

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO – PROURB

A PAISAGEM CARIOCA NA
PRIMEIRA REPÚBLICA -
O LUGAR DA NATUREZA E
A IMAGEM DA CIDADE

Raphael Marconi

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Urbanismo – PROURB
da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof. Dr^a. Rachel Coutinho Marques da Silva

Rio de Janeiro, R.J.
Agosto de 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO – PROURB

A PAISAGEM CARIOCA NA
PRIMEIRA REPÚBLICA -
O LUGAR DA NATUREZA E
A IMAGEM DA CIDADE

Raphael Marconi

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - PROURB, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Urbanismo.

Aprovado por:

Professora Dr^a. Rachel Coutinho Marques da Silva
(Orientadora - PROURB-FAU/UFRJ)

Professora Dr^a. Lúcia Maria Sá Antunes Costa
(PROURB-FAU/UFRJ)

Professor Dr. José Pessôa
(EAU/UFF)

Rio de Janeiro, R.J.
Agosto de 2003

Marconi, Raphael.

A paisagem carioca na primeira república – o lugar da natureza e a imagem da cidade / Raphael Marconi. – Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROURB, 2003.

vii, 121 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado): Universidade Federal do Rio de Janeiro – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2003.

Orientadora: Rachel Coutinho Marques da Silva.

1. Paisagem - Rio de Janeiro (RJ) - 1889-1930. 2. Imagem da Cidade - Rio de Janeiro (RJ) - 1889-1930. 3. Natureza - Rio de Janeiro – (RJ) – 1889-1930. 4. Paisagem Cultural – Rio de Janeiro (RJ) – 1889-1930. I. Silva, Rachel Coutinho Marques da. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

RESUMO

A PAISAGEM CARIOCA NA PRIMEIRA REPÚBLICA - O LUGAR DA NATUREZA E A IMAGEM DA CIDADE

A presente dissertação de mestrado trata do processo de construção cultural da paisagem na cidade do Rio de Janeiro, concentrando-se no período da Primeira República (1889-1930). Identifica neste processo o lugar e o papel dos elementos da natureza, e, em que medida a condução deste processo se relacionou com a imagem da cidade do Rio de Janeiro. Destaca também o entrelaçamento existente na Cidade do Rio de Janeiro entre sua paisagem, natureza e a imagem da cidade.

Em seus três capítulos a dissertação investiga em trajetória cronológica: 1) Como a cidade se relacionou com os elementos da natureza assim como as diversas visões de natureza que surgiram de tempos em tempos. 2) As diversas imagens emanadas da cidade do Rio de Janeiro e suas conexões com a paisagem da cidade. 3) O próprio processo de construção cultural da paisagem carioca situando a natureza neste processo.

ABSTRACT

THE LANDSCAPE IN RIO DE JANEIRO DURING THE FIRST REPUBLIC (1889-1930) -

THE ROLE OF NATURE AND THE IMAGE OF THE CITY

This master's degree thesis examines the cultural formation of the landscape of the city of Rio de Janeiro during the First Republic (1889-1930). It identifies in this process the influence and role of physical geographical elements (Nature) and their relationship with the image of the city. It also deals with the continuing link between landscape, nature and the image of the city of Rio de Janeiro.

This thesis is organized chronologically in three chapters: Chapter 1 examines how the city related to the physical elements of Nature and the different understanding of Nature that appeared from time to time. Chapter 2 analyses the image of the city through history, how this image was deliberately transformed and how it is intertwined with the physical landscape of the city. Finally, chapter 3 emphasizes the cultural process of landscape formation in the city and the continued role of Nature in its progression.

SUMÁRIO

Lista de Ilustrações	6
Introdução	8
Capítulo I - Cidade e Natureza	18
I.1-Tensão e Distensão na relação entre a Cidade e os Elementos Naturais	19
I.1.1-Cidade e Natureza	19
I.1.2-Tensão entre Cidade e Elementos Naturais - A Cidade em Crise	26
I.1.3-A Busca de Distensão entre Cidade e Elementos Naturais	31
I.2-Natureza e Discurso Civilizatório	34
I.2.1-Visões de Natureza, sécs. XIX e início XX	34
I.2.2-Da Cidade da Medicina Social à Cidade dos Engenheiros	39
Capítulo II - Imagem e Paisagem	43
II.1- A Trajetória das Imagens	44
II.2- A Imagem da Cidade em Crise	53
II.3- A Construção da Imagem e a Paisagem (Modernidade/Passos/Exposições/ Semana de 22/Os anos 20)	57
Capítulo III – Paisagem e Natureza	68
III.1-As Intervenções Urbanas e a Paisagem	69
III.1.1-Século XIX	70
III.1.2-Início do Século XX (até 1930)	75
III.1.3-Os Urbanistas - Visões de Paisagem e Natureza (Agache e Le Corbusier)	87
III.2- Os Ícones Paisagísticos (Pão-de-Açúcar, Corcovado e Copacabana)	95
Conclusão	109
Referências Bibliográficas	115

Lista de Ilustrações: (em ordem alfabética)

Av. Beira-mar (Centro e Glória). s/d (estima-se primeira década do século XX), sem créditos. Fonte secundária: Sérgio Garcia. “Rio de Janeiro – Passado e Presente”. Rio de Janeiro. Conexão Cultural. 2000. pp.173. p.22.

Av. Beira-mar em Botafogo. Foto: Marc Ferrez. Fonte: Gilberto Ferrez. “O Rio Antigo do Fotógrafo Marc Ferrez”. São Paulo. João Fortes. Ex-Libris.1984. Fonte secundária: Maurício Maurício de Abreu. “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro. IplanRio. 1997. p.64.

Avenida Central. 1910. Foto: Marc Ferrez. 1910. Coleção Gilberto Ferrez. Fonte secundária: José Inácio Parente/Patrícia Monte-Mór (org.). “Rio de Janeiro: Retratos da Cidade”. Rio de Janeiro. Interior Produções. 1994. 174p. p.71.

Avenida Central e Teatro Municipal. 1910. Foto: Marc Ferrez. 1910. Coleção Gilberto Ferrez. Fonte secundária: José Inácio Parente/Patrícia Monte-Mór (org.). “Rio de Janeiro: Retratos da Cidade”. Rio de Janeiro. Interior Produções. 1994. 174p. p.70.

Avenida Central, Vista para o Sul . s/d. Foto: Marc Ferrez. Fonte secundária: Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho. “A Construção da Imagem da Baía de Guanabara”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.32-55. p.47.

Av. do Mangue, 1907, foto: Augusto Malta. Fonte secundária: Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho. “A Construção da Imagem da Baía de Guanabara”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.32-55. p.48.

Campo de Santana. Foto de Augusto Malta. Cerca de 1910 / Arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro. Fonte secundária: Mario Ceniuel. “Paisagem e Configuração Espacial no Rio de Janeiro: os Espaços Livres Urbanos no Século XIX”. In: Revista Paisagem e Ambiente (Ensaios) – Número 8. São Paulo. Editora FAU-USP. 1995. pp. 233-275. p. 265.

Carta Topographica da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1750 – autor: André Vaz Figueira Fonte secundária: Jorge Czajkowski. (org.) “Do Cosmógrafo ao Satélite – Mapas da Cidade do Rio de Janeiro”. Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. julho 2000. p.52

Cartaz Publicitário de Companhia de Navegação Aérea – Air France. 1940. Autor: Vasarely 100 x 65 cm. Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Postais Comemorativos da exposição: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000.

Cédula de 100.000 réis. Waterlow & Sons Limited. Londres, Inglaterra, 1936. 7,5 x 14,5cm. Centro Cultural Banco do Brasil. Fonte secundária: Carlos Martins. “A Paisagem Aplicada”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.76-81. p.78.

Charge sobre o Rio de Janeiro – Fonte: Dom Quixote, nº 69, 08/08/1896 - Biblioteca Nacional. Fonte secundária: Maurício de Abreu. “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro. IplanRio. 1997. p.61.

A Cidade do Rio de Janeiro e os Melhoramentos da Reforma Passos. Autor: anônimo. Fonte secundária: FERREIRA DA ROSA, Francisco. Rio de Janeiro. Edição Oficial da Prefeitura, 1905. Impressão a cores sobre papel, 45 X 69 cm. *Apud:* CZAJKOWSKI, Jorge. (org.) “Do Cosmógrafo ao Satélite – Mapas da Cidade do Rio de Janeiro”. Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. julho 2000. p.68.

Construção da Avenida Atlântica. Sem data. Foto: Augusto Malta. 17 x 23cm. Museu da Imagem e do Som. Fonte: Parente, José Inácio / Monte-Mór, Patrícia (org.). “Rio de Janeiro: Retratos da Cidade”. Rio de Janeiro. Interior Produções. 1994. 174p. p.79.

A Entrada do Brasil, praça proposta por Agache. 1930. fonte: Editora Foyer Brésilien. Cidade do Rio de Janeiro, remodelação, extensão e embelezamento. (Plano Agache), 1930. Fonte secundária: Maria Cristina da Silva Leme. Urbanismo no Brasil – 1895 – 1965. São Paulo. Studio Nobel. FAU/USP. FUPAM. 1999. 600p. p.363.

Pão-de-açúcar visto do Corcovado. Fotografia. Foto de 1908. Autor: Augusto Malta. Fonte: PARENTE, José Inácio/ Monte-Mór, Patrícia (org.). “Rio de Janeiro: Retratos da Cidade”. Rio de Janeiro. Interior Produções. 1994. 174p. pp.46-47.

Pão-de-Açúcar visto do Corcovado. Cartão Postal. Foto de 1999. Autor: Rodolpho Machado.

Perspectiva aérea do plano de edifícios em lâminas curvilíneas, Le Corbusier, 1929. Fonte: Donato Mello Júnior. Rio de Janeiro, planos, plantas e aparências. Rio de Janeiro: Galeria de Artes do Centro Empresarial Rio, 1988. fonte secundária: Maria Cristina da Silva Leme. Urbanismo no Brasil – 1895 – 1965. São Paulo. Studio Nobel. FAU/USP. FUPAM. 1999. 600p. p.419.

Pesca da Baleia na Baía de Guanabara - Pintura atribuída a Leandro Joaquim - Rio de Janeiro - 1795. Óleo sobre tela, 111 X 139 cm – Museu Histórico Nacional
Fonte secundária: Margarida de Souza Neves. “A Cidade e a Paisagem”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.20-31. p.22.

Revista Militar no Largo do Paço - Pintura atribuída a Leandro Joaquim - Rio de Janeiro - 1795. Óleo sobre tela, 111 X 139 cm – Museu Histórico Nacional
Fonte secundária: Margarida de Souza Neves. “A Cidade e a Paisagem”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.20-31. p.23.

Selos Comemorativos – 1º Centenário da Independência: A mais bela cidade do mundo, c.1922; coleção Elysio de Oliveira Belchior. Fonte secundária: Margarida de Souza Neves. “A Cidade e a Paisagem”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.20-31. pp.30.

Vista do Pão-de-Açúcar tomada da estrada do Silvestre - 1827. Pintura atribuída a Charles Landseer. Óleo sobre tela, 60,7 X 92 cm – Coleção Brasileira – Fundação Rank Packard / Fundação Estudar. Fonte secundária: Margarida de Souza Neves. “A Cidade e a Paisagem”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.20-31. p.26.

Introdução

Esta dissertação tem por objetivo investigar o processo de construção cultural da paisagem carioca e seu entrelaçamento com elementos naturais e com a imagem da cidade. Dentro deste processo de construção cultural da paisagem carioca será investigado em que medida e com qual papel figuraram os elementos naturais. Também será investigada a produção cultural da imagem da cidade e como esta se relaciona e se serve da paisagem impregnada de elementos naturais.

Se pensarmos na cidade do Rio de Janeiro na atualidade nota-se que ela tem como uma de suas principais marcas a sua paisagem. Ao se imaginar a cidade diversas idéias que adjetivam a cidade podem vir à nossa mente. Certamente não nos faltarão em meio a estas idéias resgatadas do imaginário sobre a cidade inúmeras referências sobre a sua paisagem. Paisagem esta repleta de elementos naturais como as grandes rochas, águas e florestas onde o que é feito pelo homem partilha deste mesmo quadro, sugerindo uma singular combinação do natural com o construído. As imagens emanadas da cidade do Rio de Janeiro se representam muitas vezes por sua paisagem, esta última por sua vez muito conta dos elementos naturais. Há um verdadeiro entrelaçamento entre paisagem, elementos naturais e imagem da cidade.

Para que se entenda este entrelaçamento pode-se partir do princípio que ele tenha sido construído ao longo dos tempos, já que não deva existir relação necessariamente direta entre paisagem, imagem da cidade e natureza (ou elementos naturais). Há outros lugares no mundo onde a paisagem pouco diga de elementos da natureza e tampouco a paisagem seja emblemática em representá-los, como acontece no caso do Rio de Janeiro. Na busca da construção deste entrelaçamento há que se fazer uma trajetória na história, identificar os possíveis e/ou prováveis pontos de contato entre paisagem, natureza e imagem da cidade antes mesmo de se ensaiar uma análise mais detalhada de quaisquer destes pontos.

Pode-se começar explorando como a cidade se comporta frente aos elementos naturais: águas, rochas, florestas e mesmo o território que lhe serve de suporte. Pois bem, a cidade do Rio de Janeiro nunca pôde ser indiferente à natureza que a circunda e tomá-la como algo menor, ao contrário: sempre se relacionou com esta natureza de forma intensa. Este dado influenciou

fortemente na cidade, em sua forma, em seu crescimento, na própria escolha de seu local de fundação, em sua vida cotidiana.

A natureza sempre exerceu um papel ambíguo na história da cidade do Rio de Janeiro. É de se notar que nos primeiros séculos de sua fundação, nos dois sítios de fundação escolhidos, as necessidades de defesa e de acesso a recursos naturais básicos como a água potável era a tônica deste papel. As condições naturais do sítio, ao mesmo tempo favoreciam a defesa e dificultavam o acesso à água potável. Se a beleza do sítio era admirada por estrangeiros e reverenciada pelos nativos, seus pântanos não se mostraram propícios ao crescimento urbano e tornaram-se focos de doenças quando de um maior adensamento populacional ao final do século XIX. As necessidades de expansão da cidade ao longo de sua história fizeram com que a cidade lutasse contra seus mangues, pântanos e lagoas, através da execução de sucessivos aterros.

“O sítio impróprio, com função defensiva, improvisadamente, foi se transformando em cidade portuária e comercial, que, para crescer, soterrou lagunas, brejos, manguezais, estuários, enseadas e ilhas”.¹

A cidade sempre teve que se afirmar perante a natureza circundante, insistindo em seu crescimento no terreno adverso, superando cada uma das dificuldades impostas pelo meio. Este estado permanente de tensão² (tomando-se aqui emprestado um termo da física) entre cidade e natureza atingiu um dos seus pontos críticos nas últimas décadas do século XIX, agudizado pelo crescimento populacional significativo durante o momento histórico de então. A crise sanitária se instala e muitos dos elementos naturais são elencados como participantes dessa crise. Miasmas poderiam exalar das zonas pantanosas, havia uma preocupação com a contaminação dos mananciais e com o destino dos esgotos e até com os próprios morros da cidade que dificultariam a circulação do ar e a dispersão dos miasmas, isto para não citar outros exemplos.

¹ Elmo da Silva Amador. “Baía de Guanabara: Um Balanço Histórico”. In: Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. (Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992.), p. 202.

² Lúcio Costa já usara o mesmo termo “tensão” para classificar no Rio de Janeiro a relação entre o que é natural e o que é construído, seguem-se suas próprias palavras proferidas em 1989:

“Esta característica urbana do Rio atual – o definitivo confronto, essa permanente tensão que, vista do alto do Pão-de-Açúcar ou do Corcovado tem, por vezes uma dramática beleza: a superposição de dois perfis,- o construído e o natural.”

Ver: Lúcio Costa. Lúcio Costa: registro de uma vivência. São Paulo: UNB, Empresa das Artes, Fundação Banco do Brasil, 1995. 608 p. p.373.

O Rio de Janeiro do período colonial era o Rio de Janeiro das vielas apertadas e sem calçamento, das ruas cheias de escravos³; características que persistiram quando da passagem para o Império, embora o incremento populacional que a cidade sofresse em meados do século XIX tivesse incentivado algumas melhorias urbanas esta situação alterou-se pouco, a questão da higiene se agravou com o aumento da população e da densidade populacional; o Rio passou a ser também a cidade das epidemias, evitada por viajantes temerosos em pagar com a própria vida a “aventura” de visitar a cidade.

*“Celebrada pelo apodo ‘caixão mortuário’, a cidade do Rio de Janeiro atravessava, nas últimas décadas do século XIX, uma das suas mais graves e prolongadas crises ambientais e, diga-se, a bem da verdade, sobretudo no que se refere à questão da insalubridade, (...)”.*⁴

Esta situação da cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, não ia ao encontro de alguns dos interesses nacionais de então. A recém-implantada República tinha em mente aplicar no país um projeto modernizante, visava promover a imigração européia e dar ao Brasil a imagem de um país civilizado. Uma capital aterrada pelas doenças tropicais e imersa em grave crise sanitária afugentava imigrantes e contribuía negativamente para a imagem do país.

O Rio de Janeiro de então sofria também com a obsolescência das estruturas urbanas, as ruas eram estreitas e a ligação entre as diversas partes da cidade era dificultada por isso, a própria circulação das mercadorias numa cidade portuária e mercantil era deficiente; esta estrutura estava ainda ligada a um passado Colonial e Imperial que a Primeira República queria fazer esquecer. Cria-se então o quadro propício para a intervenção dos poderes públicos na cidade do Rio de Janeiro.

O ideário reformista da Primeira República, apoiado nas idéias positivistas que circulavam pelo mundo à época, começou a moldar no Rio de Janeiro uma nova forma urbana, baseada

³ Jaime Larry Benchimol. “Aspectos da Paisagem Material e Social da Cidade”. In: Pereira Passos: Um Hausmann Tropical: a Renovação Urbana da Cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX. (Rio de Janeiro. 1990. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.), p.27.

⁴ Jorge Luiz Barbosa. “Olhos de ver, Ouvidos de Ouvir: Os Ambientes Malsãos da Capital da República”. In: Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. (Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992.), p. 318.

na Paris de Haussmann, era preciso mudar a imagem do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, sendo a capital do país: a imagem do Brasil. O país vive então sua primeira modernidade.⁵

A conseqüência a ser pontuada quanto à relação entre cidade e elementos naturais deste momento histórico específico foi a própria distensão desta relação. A conjugação de interesse político, de capital e de recursos técnicos resolveu, nas áreas da cidade escolhidas a expressarem um quadro de modernidade apresentável ao mundo civilizado, a tensão que existia entre a cidade e seus elementos naturais. Águas e esgotos foram canalizados, movimentações de terra aterraram os pântanos, retificaram o litoral e arrasaram morros. A natureza antes ameaçadora pôde finalmente ser domada pela cidade e pelo homem.

Este quadro abriu caminho para o aparecimento das avenidas litorâneas “retificadoras” do litoral com a conjugação dos elementos naturais (domados, domesticados) na paisagem urbana. O próprio tratamento dado aos então marcos simbólicos e referências de navegação, respectivamente: Corcovado e Pão-de-Açúcar, que, sob nova perspectiva passaram a ser incorporados como referenciais “construídos” e apropriados pelo homem, que os conquista pelo meio da técnica e da ciência e os incorpora à paisagem da cidade como elemento conquistado, ordenado.

O quadro existente na cidade do Rio de Janeiro de distensão entre a cidade e seus elementos naturais, liberando os elementos naturais para serem contemplados enquanto paisagem e fruição visual conjugado com a necessidade e com a produção de cenários modernizantes via produção de paisagens urbanas que provocassem produção de boa imagem da cidade contribuiu para que os elementos naturais pudessem ser incorporados a estes cenários com forte apelo paisagístico. Neste momento se pactuam cidade e natureza que se relacionam via lógica cênica da paisagem, situação que parece perdurar até os dias atuais. A paisagem da cidade, impregnada dos elementos naturais, situa-se como um dos elementos principais do repertório imagético a que lançam mão os promotores da boa imagem da cidade⁶.

⁵ Roberto Segre. “Notas de Aula.” In: Disciplina História e Teoria do Urbanismo (Prourb – FAU-UFRJ. 2000.). Entende-se modernidade aqui não como movimento moderno que iria deixar suas marcas no país principalmente a partir da semana de 22, mas sim como um primeiro movimento expressivo e dirigido para aproximar o país do dito à época “mundo europeu civilizado”.

⁶ Estas constatações dão partida a várias discussões sobre a cidade, inclusive discussões atuais. Poderíamos, por exemplo, explorar a questão da aparente contradição que existe entre uma cidade que incorpora todo um patrimônio natural via lógica cênica da paisagem e, nem por isso, (e talvez por isso), não tenha um projeto consistente de manutenção deste patrimônio, visto que a poluição das águas e mesmo o desmatamento continuam em curso. Quando digo manutenção deste patrimônio tomo como referência a lógica contemporânea

Partindo-se das idéias desenvolvidas nos parágrafos anteriores e da premissa de que a paisagem tal como é entendida atualmente na cidade do Rio de Janeiro muito tem de seus elementos naturais e a paisagem impregnada destes elementos naturais muito representa a imagem da cidade é que será desenvolvida esta dissertação.

Para se definir melhor os conceitos usados neste trabalho vale destacar o uso do termo *paisagem* como sendo algo culturalmente construído, que depende da visão de cada época sobre a paisagem que ao vê-la e dar-lhe interpretação a constrói mentalmente. O processo de construção da paisagem a que me refiro aqui não passa necessariamente pela construção física e às vezes até mesmo dispensa qualquer intervenção no meio físico, mas do exercício de pôr os olhos sobre a paisagem e construí-la atribuindo-lhe valores.

A despeito disto destaco ao longo da dissertação muitos momentos nos quais houve intervenções físicas na paisagem. Muitas destas intervenções aconteceram para que se buscasse a materialização de uma paisagem já previamente imaginada. Uma intervenção física já precedida de uma construção mental de paisagem, paisagem impregnada de valores culturais, notadamente da cultura dominante. Esta construção cultural da paisagem, mais que a própria produção física de paisagem por intervenções no meio físico é a que me interessa tratar aqui.

O termo *paisagem* ao qual me refiro engloba tanto os elementos naturais existentes quanto os feitos por obra humana. Assim, evito na dissertação fazer uma divisão entre paisagem natural e paisagem construída, ou entre paisagem urbana e paisagem natural, quando esta divisão for feita isto será destacado no texto.

O material usado para se trabalhar com a paisagem é majoritariamente material secundário, quase sempre textos de outros autores que já trabalharam a paisagem carioca preocupando-se

de manutenção do patrimônio natural, dentro das idéias ambientalistas que se difundiram principalmente a partir dos anos 70 do século XX. Talvez, dentro da lógica ambientalista atual, fosse impensável que extensas áreas, inclusive áreas de mangue, fossem aterradas em nome da retificação do litoral ou mesmo da construção de vias de beira-mar “integradas” paisagisticamente à natureza, como ocorreu, por exemplo, no início do século XX no Rio de Janeiro.

em contextualizá-la aos valores culturais de época, entre eles Neves⁷ e Chiavari⁸. As iconografias usadas na dissertação são mais ilustrativas e exemplificam passagens do texto, pouca análise de paisagem é feita a partir de iconografias, busco analisar a paisagem principalmente a partir dos textos citados na dissertação.

A condução da dissertação se dará com o entendimento da paisagem como sendo algo historicamente e culturalmente construído, para tanto este trabalho se apoiará em descrições históricas feitas por diversos pesquisadores, e se conduzirá principalmente pelas análises de paisagem e natureza empreendidas por urbanistas, historiadores e geógrafos com uma abordagem culturalistas destes temas. Paralelamente a esta abordagem culturalista algumas considerações sobre a paisagem desenvolvidas principalmente no capítulo III serão feitas sob um suporte teórico distinto. Aplicar-se-ão para isto conceitos da fenomenologia presentes no trabalho de Norberg-Schulz⁹ como o de *genius loci*¹⁰ para analisar a força do sítio geográfico da cidade do Rio de Janeiro como algo supra-cultural e atemporal que atravessa épocas e momentos históricos diversos. Mas a abordagem primordial da paisagem ao longo de todo este trabalho seguirá primordialmente a linha dos culturalistas.

Pelo mesmo enfoque da cultura tanto a *natureza* quanto *imagem da cidade* buscam ser entendidas de época para época. No âmbito da natureza será investigada a relação da cidade com o meio ambiente e com os principais elementos deste meio físico, tentando-se entender o papel dos elementos naturais para a sociedade de cada uma das épocas em termos de uso e valor, principalmente aqueles elementos naturais que passaram a ser mais importantes na composição da paisagem carioca como as águas, as rochas e as florestas.

O termo *imagem da cidade* usado neste trabalho se refere a tudo aquilo que se projeta em nossa mente quando nos referimos a um lugar, as idéias que emanam de um conceito que foi coletivamente construído sobre uma cidade. Uma imagem do lugar que não é figura ou iconografia, ressalto porém que não persegui os conceitos de imagem derivados da semiótica ou da fenomenologia.

⁷ Margarida de Souza Neves. “A Cidade e a Paisagem”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.20-31.

⁸ Maria Pace Chiavari. “Rio de Janeiro: de Paraíso a Narciso”. In: Machado, Denise B. Pinheiro/ Vasconcellos, Eduardo Mendes (org.) Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro. UFRJ/FAU/PROURB. 1996. pp.81-86.

⁹Christian Norberg-Schulz. “Genius Loci – Towards a Phenomenology of Architecture”. New York. Rizzoli International Publications. 1980.

O recorte temporal principal escolhido para a dissertação foi o da Primeira República, no qual a paisagem é vista sob um novo enfoque na cidade do Rio de Janeiro e a partir do qual os elementos naturais são mais sistematicamente apropriados na construção da paisagem. Esta paisagem passa a ser um dos principais elementos na promoção de uma nova imagem da cidade. Períodos anteriores à Primeira República serão trabalhados para que promova uma comparação entre períodos ou mesmo para que se contextualize o recorte temporal principal da dissertação no todo, através de uma seqüência histórica que o conecte a períodos anteriores. Conexões com períodos após a Primeira República serão raras, o trabalho se deterá em 1930.

A dissertação se estrutura em três capítulos:

O **primeiro capítulo** da dissertação se intitula **Cidade e Natureza**. Desenvolve-se discorrendo como cidade e natureza interagiram ao longo da história. Para isto lancei mão de uma análise geográfica da cidade e de seu sítio. Diversos trabalhos de geógrafos¹¹ foram usados para este fim. Apresenta-se a constante luta que a cidade trava com seu sítio natural desde os primeiros tempos de sua fundação. Utilizo o termo tensão (termo da física aqui usado em ciências sociais) para explicar a relação da cidade com o seu meio físico. Aponto para uma aparente redução desta tensão no início do século XX, época em que a paisagem é percebida de uma nova maneira surgindo um novo modo de se produzir paisagem na cidade. O primeiro capítulo analisa também as diversas concepções de natureza que existiam em diversas épocas e como estas concepções influenciaram a relação da cidade com os seus elementos naturais.

O **segundo capítulo** intitulado **Imagem e Paisagem** faz um resgate histórico das imagens da cidade do Rio de Janeiro ao longo de sua história, também relaciona imagem da cidade e

¹⁰Ibidem p.05.

¹¹ Maurício de Abreu. “A Cidade, a Montanha e a Floresta”. in: Abreu, Maurício de A. (org.) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. pp. 54-103.

Elmo da Silva Amador. “Baía de Guanabara: Um Balanço Histórico”. In: Abreu, Maurício de A. (org.) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. pp. 201-258.

Lysia M. C. Bernardes. “Evolução da Paisagem Urbana do Rio de Janeiro até o Início do século XX”. In: Abreu, Maurício de A. (org.) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. pp. 37-53.

paisagem. Destacam-se aqui os trabalhos de Pereira¹², Chiavari¹³ e Neves¹⁴. A importância da cidade e a importância de sua imagem crescem ao longo da história, ambas igualmente importantes para o Brasil, visto ser a cidade do Rio de Janeiro sua capital no recorte temporal da Primeira República. Neste capítulo mostro como os graves problemas urbanos da cidade na virada do século XIX para o século XX interferiram na imagem da capital do país. Além da crise sanitária a cidade viveu uma crise de imagem. Para se reverter a imagem da cidade mais do que ser saneada a cidade precisou ser embelezada, as intervenções urbanas na paisagem colaboraram para a promoção de uma nova imagem da cidade.

No **terceiro capítulo** intitulado **Paisagem e Natureza** argumentarei que a paisagem carioca no período da Primeira República muito foi moldada em função de se ter uma boa imagem da cidade. Neste capítulo será abordada novamente a natureza, situando-a nesta nova maneira de se produzir paisagem. A paisagem será aqui tratada como algo construído culturalmente dentro de um processo ao longo da História. Processo cultural resultado do enfrentamento de idéias que pesam de forma diferente quando se direcionam de determinado grupo com mais ou menos poder e representação social. Tratarei da paisagem produzida pela cultura hegemônica nas regiões da cidade com maior peso de representação coletiva da imagem da cidade.

Neste terceiro capítulo analisarei alguns dos principais projetos de intervenção urbana produzidos no período da Primeira República. Será estudado também o surgimento de notáveis ícones paisagísticos cariocas, exemplo disto é o Corcovado com a estátua do Cristo Redentor. Estes ícones paisagísticos serão tratados neste capítulo como sendo tipos de construção de paisagem que incorporam elementos da natureza e ao mesmo tempo representam a imagem da cidade, são verdadeiras sínteses imagético-natural-paisagísticas.

A título de revisão de literatura posso comentar o material bibliográfico sobre paisagem, natureza e imagem da cidade que se relacionavam à cidade do Rio de Janeiro e que foi levantado ao longo da trajetória de pesquisa que levou à elaboração deste trabalho:

¹² Margareth da Silva Pereira. “Corpos Escritos – Paisagem, Memória e Monumento: visões da Identidade Carioca”. In: Ferreira, Glória/ Venâncio filho, Paulo (org.) Revista Arte & Ensaio, 2000, nº7. Editora UFRJ. pp.99-113.

¹³ Maria Pace Chiavari. “Rio de Janeiro: de Paraíso a Narciso”. In: Machado, Denise B. Pinheiro/ Vasconcellos, Eduardo Mendes(org.) Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro. UFRJ/FAU/PROURB.1996. pp.81-86.

Posso começar pelos geógrafos, cito principalmente trabalhos daqueles que relacionam cidade e elementos naturais ao longo da história da cidade, como Abreu¹⁵ e Bernardes¹⁶. Ainda na geografia temos Damasceno¹⁷ que relaciona a cidade do Rio de Janeiro com a sua natureza atentando para os aspectos da salubridade; na história Heynemann¹⁸ que nos mostra uma maneira local peculiar de relação entre a cidade e floresta no século XIX, que serviria de base a uma tentativa de forjar-se uma nova civilização tropical.

Do material bibliográfico sobre imagens da cidade destaco o trabalho de Pereira¹⁹ que contextualiza as imagens emanadas da cidade do Rio de Janeiro como advindas de uma matriz maior: a matriz das imagens emanadas do novo mundo. Sigo pelo trabalho de Chiavari²⁰ que situa a natureza na paisagem carioca. Neves²¹ nos dá uma interessante contribuição ao analisar iconografias e ver o quanto a cena natural vai se tornando mais definida e presente nestas iconografias a medida em que se torna mais importante para a cidade.

Diversos autores comentam as intervenções urbanas da época Passos, alguns situam a natureza nestas intervenções como Benetti²². Algumas das intervenções urbanas propostas por Agache e Corbusier são analisadas por Costa²³ e Pereira²⁴, em ambas as análises são destacados aspectos da paisagem e natureza.

¹⁴ Margarida de Souza Neves. “A Cidade e a Paisagem”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.20-31.

¹⁵ Maurício de Abreu. “A Cidade, a Montanha e a Floresta”. in: Abreu, Maurício de A. (org.) Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. pp. 54-103.

¹⁶ Lysia M. C. Bernardes “Evolução da Paisagem Urbana do Rio de Janeiro até o Início do século XX”. In: Abreu, Maurício de A. (org.) Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. pp. 37-53.

¹⁷ Ângela Nunes Damasceno. “Os Miasmas, os Médicos e a Relação Homem-natureza na Cidade do Rio de Janeiro no Séc. XIX”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia – UFRJ.1993.

¹⁸ Claudia Heynemann. “Floresta da Tijuca: Natureza e Civilização no Rio de Janeiro – Século XIX”. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura.. Biblioteca Carioca. 1996. 196p.

¹⁹ Margareth da Silva Pereira. “Corpos Escritos – Paisagem, Memória e Monumento: visões da Identidade Carioca”. In: Ferreira, Glória/ Venâncio filho, Paulo (org.) Revista Arte & Ensaio, 2000, nº7. Editora UFRJ. pp.99-113.

²⁰ Maria Pace Chiavari. “Rio de Janeiro: de Paraíso a Narciso”.In: Machado, Denise B. Pinheiro/ Vasconcellos, Eduardo Mendes (org.) Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro. UFRJ/FAU/PROURB. 1996. pp.81-86.

²¹ Margarida de Souza Neves. “A Cidade e a Paisagem”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.20-31.

²² Pablo Benetti. “Projetos de Avenidas no Rio de Janeiro (1830-1995)”. Tese de Doutorado-FAU-USP,1997. Cap. II – Um Palco para a Sociedade Elegante: A Abertura da Avenida Central. pp.78-130.

²³ Lucia M Costa. “Paisagem e Cultura: Agache e a Entrada do Brasil”. In: Revista Paisagem e Ambiente (Ensaios) – Número 13. São Paulo. Editora FAU-USP.1997. pp. 147-157.

A própria constituição de ícones paisagístico aparece nos trabalho de Chiavari²⁵ e Grinberg²⁶ e sua disseminação em objetos do dia a dia como estampas em cédulas de dinheiro, selos, postais e cartazes publicitários é tratada no trabalho de Martins²⁷.

²⁴ Margareth da Silva Pereira. “Pensando a Metrópole Moderna: Os Planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro”. In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz/ Pechman, Robert (org.). Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1996. pp. 363-376.

²⁵ Maria Pace Chiavari. “Os Ícones da Paisagem do Rio de Janeiro: um Reencontro com a Própria Identidade”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp. 56-75.

²⁶ Lúcia Grinberg. “República Católica – Cristo Redentor”. In: Knauss, Paulo et alli (org.) Cidade vaidosa: Imagens Urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Sette Letras. 1999. pp.57-72.

²⁷ Carlos Martins. “A Paisagem Aplicada”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.76-81.

Capítulo I - Cidade e Natureza

Este capítulo tem o objetivo de analisar a relação existente entre a cidade do Rio de Janeiro e a natureza circundante, tendo como foco o período denominado como Primeira República ou República Velha (1889-1930).

Primeiramente será tratado como a cidade se relacionava com os elementos naturais, notadamente: águas, montanhas, matas e o próprio território. Serão destacados os momentos nos quais a relação entre cidade e natureza mais apresentavam conflito, estado este que me referirei aqui como estado de tensão, para tomar emprestado um termo da física. Serão destacados também outros momentos quando este conflito parece ter tido uma aparente trégua, trato estes momentos chamando-os de momentos de distensão. Estes momentos serão mostrados ao longo da História e em paralelo ao processo de evolução urbana da cidade.

As idéias e concepções de natureza existentes à época deste estudo são de fundamental importância para que se contextualize a relação da cidade do Rio de Janeiro com o seu entorno natural, por isso estas idéias serão também exploradas neste capítulo (item **I.2. Natureza e Discurso Civilizatório**).

I.1.-Tensão e Distensão entre a Cidade e os Elementos naturais

I.1.1-Cidade e Natureza

Já na escolha do sítio de sua primeira e segunda fundação, a cidade do Rio de Janeiro já tem como sendo um fator determinante nesta escolha os elementos naturais, traduzido na escolha dos próprios sítios de assentamento. Este sítio deveria ser dotado de determinadas “qualidades” naturais, qualidades estas que só podem ser entendidas dentro da lógica da fundação de cidades por europeus na América àquela época e, mais ainda, dentro da lógica lusitana de fundar cidades:

“..., a primeira decisão fundadora, antes da opção do tipo de traçado (que viria a seguir), era a de adequar ao desígnio, ou seja, aos objetivos da missão, a ‘escolha do sítio’; (...)”²⁸.

As águas de fácil penetração da Baía de Guanabara e uma pequena porção de terra cercada por paredões rochosos atenderam à necessidade primeira da fundação da cidade, eminentemente defensiva e que estava incluída numa lógica de formação de rede de cidades que criasse condições de desenvolver o caráter mercantil que era buscado nas novas terras americanas.

Isso explica porque muitas cidades como o Rio de Janeiro, fundado inicialmente junto ao morro Cara de Cão, tiveram a escolha do sítio de fundação baseada na necessidade de posse do território e de defesa (aos franceses, à época já ocupando o interior da baía) tendo este sítio posição estratégica na entrada da baía; protegido naturalmente por costões rochosos, e, ainda, a facilidade de atracamento de barcos, por estar dentro da baía e se tratar de um porto natural.

Não devemos esquecer que esta lógica de fundação de cada uma das cidades no novo continente estava inserida numa estratégia mais ampla, que era a de constituição de uma rede de cidades, não só portuárias mas também vinculadas ao território (hinterland):

²⁸ Nuno Portas. “Os Tempos das Formas das Cidades Lusas do Brasil”. in: Revista Oceanos, n.º.41. Janeiro/março 2000. pp. 162-172. p.164.

“ ... A lenta conquista de terras inteiramente desconhecidas, onde a posse e a descoberta são praticamente simultâneas, geram a necessidade do estabelecimento de uma rede de povoamento e controle dos nós geográficos achados. São os pousos mais seguros na terra inóspita, porquanto desconhecida, capazes de garantir o já descoberto e permitir futuras incursões.²⁹”

Dentro desta estratégia era procurado um território adequado à fundação de cidade que pudessem compor uma rede de cidades, acidentes naturais que pudessem propiciar portos naturais acabaram por ser importantes na escolha destes locais de fundação de cidades. A natureza é refletida nos nomes da maioria dos primeiros assentamentos, São Sebastião do Rio de Janeiro e São Salvador da Bahia de Todos os Santos são exemplos disso, a cidade *“...adquire o nome do sítio condicionador da escolha do assentamento, sinalizando seu papel de marco de reconhecimento do território³⁰”*.

Foram estabelecidos assentamentos junto a *“...confluência de baías e linhas de água de fácil penetração, prevendo assentamentos de pequena dimensão e de ‘baixa’ e ‘alta’...³¹*.

Exemplo disto são os dois sítios de fundação da cidade do Rio de Janeiro, o primeiro e o segundo, quando a cidade foi transferida para o morro do Castelo. No segundo sítio a lógica de defesa se manteve, porém um pouco arrefecida com a expulsão dos franceses e, tendo com a planície, mesmo que pantanosa, na base do morro, a possibilidade de expansão da cidade.

O caráter português de fundação de novas cidades, pelo menos até o século XVI, conduzia a uma lógica de se produzir uma cidade por partes: os obstáculos naturais seriam, nos primeiros tempos de colonização, os elementos balizadores que poderiam até mesmo dificultar o crescimento das cidades. No momento da fundação da cidade do Rio de Janeiro não se imaginava que aquele pequeno entreposto comercial viesse a se tornar sede do Governo-geral e muito menos a futura capital do Império e da República. O Rio de Janeiro, quando de sua fundação, não foi pensado para ser uma cidade que fosse ser expandida sucessivamente, seu próprio crescimento passou a se constituir numa luta constante contra os

²⁹ José Pessoa. “Em Tudo Semelhante, em Nada Parecido, Modelos e Modos de Urbanização na América Portuguesa”. In: Revista Oceanos, nº.41. Janeiro/março 2000. pp. 70-81. p.71.

³⁰ Ibidem p.71.

³¹ Nuno Portas. “Os Tempos das Formas das Cidades Lusas do Brasil”. in:

obstáculos naturais, em sucessivas intervenções onde a natureza teve que ser domada a cada ato de expansão.

O morro do Castelo comportava apenas uma pequena povoação. Quando a cidade começou a crescer a sua expansão se deu além do Morro, abaixo em direção à planície. No século XVII, o centro econômico já havia “descido” junto com a cidade. A povoação do Morro se liga à planície por três ladeiras, ainda juntas ao morro e tortuosas. Já nesta primeira expansão da cidade pode-se notar uma interferência dos elementos naturais no próprio traçado das ruas, como será visto a seguir.

A ocupação da planície encontra um território natural impróprio à urbanização com a presença de brejos e pântanos. O primeiro traçado na planície segue o modelo tradicional das cidades daquela época: a rua Direita (ou direta) que estrutura o traçado regulador acompanhando a linha do cais e com ruas na perpendicular desta via estruturante. No caso do Rio de Janeiro esta rua ligava o morro do Castelo ao de São Bento, diretamente, pelo trajeto mais curto; ela não era nem tão reta assim, era ligeiramente sinuosa, ia acompanhando as partes mais altas junto ao mar, seguindo a linha do litoral e se adequando ao terreno, descrevendo um pequeno arco para fugir das partes do terreno mais baixas junto ao mar. Esta rua orientou a lógica de ocupação de toda a planície, a partir dela foram traçadas perpendiculares a ela, mais estreitas por razão de hierarquização e também paralelas a ela; aliás, nem tão paralelas assim, já que o próprio arco que a rua produzia impedia paralelismos, mas, digamos assim: numa tentativa de alguma regularidade maior de traçado, a partir de um traçado inicial adaptado ao terreno.



Carta Topographica da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1750 – autor: André Vaz Figueira

Fonte secundária: Jorge Czajkowski. (org.) “Do Cosmógrafo ao Satélite – Mapas da Cidade do Rio de Janeiro”. Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. julho 2000. p.52.

Neste mapa da Cidade do Rio de Janeiro, já do século XVIII, vê-se ainda o traçado sinuoso da Rua direita (letra A no mapa) que acompanhava o trecho mais alto junto à antiga curva da praia. Nessa data (1750) pequeno aterro já separava a rua Direita do mar.

A geração do traçado das ruas ao estilo português tenta adaptar o traçado ao território, sendo os elementos naturais do território conformadores da própria cidade. A cidade começa a aterrar os brejos que formam a planície para formar as ruas que saíam das partes mais altas, principalmente as que iam perpendiculares à rua Direita para longe da praia (*ver mapa anterior*). As lagoas começaram a ser drenadas ainda no século XVII, a lagoa de Santo Antônio (atual Largo da Carioca), foi drenada por uma canalização que veio a dar origem à rua do Cano (atual Sete de Setembro).

Sobre as ruas traçadas na planície pode-se ainda comentar:

“Também, a estreiteza das ruas é sempre salientada, (...). Várias têm sido as razões aventadas para isso, seja o interesse pela sombra proporcionada pelas construções que ladeavam as vias, seja a ausência de veículos, (...) seja a economia de esforços, estas ruas tendo sido abertas à custa de penosos trabalhos de aterros, sendo escasso o material e difícil seu transporte, compreende-se que isto fosse feito ao longo de uma faixa, à qual se apegavam logo as construções, cujos quintais, por muito tempo, permaneceram alagadiços”³².

Poderíamos acrescentar também a existência de lotes estreitos, os quais maximizavam a ocupação das ruas. A profundidade dos lotes era grande, e as despesas com aterramento posteriores ficariam às custas dos particulares e não dos arruadores. Essa tipologia de parcelamento influenciou a tipologia das construções, dada a estreiteza dos lotes.

Ao longo do século XVIII a expansão da cidade continua sobre lagoas e brejos circundantes à planície. A cidade passa a crescer a partir de três frentes: a oeste, a norte sobre os terrenos de marinha, entre o morro e o mar e a sul, na faixa entre a serra da Carioca e o mar. O maciço da Carioca passa a ser um elemento natural que vai orientar o crescimento da cidade, dividindo-a nas suas porções norte e sul. Novamente vê-se a cidade espraiando-se limitada e orientada pelo seu peculiar relevo.

³²Lysia M. C. Bernardes. “Evolução da Paisagem Urbana do Rio de Janeiro até o Início do século XX”. In: Abreu, Maurício de A. (org.) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. pp. 37-53. p.40.

É do século XVIII a construção do Passeio Público, terreno conseguido graças ao aterro parcial de duas lagoas. Já no início deste mesmo século a cidade ultrapassa a rua da Vala (atual rua Uruguaiana), vala esta que drenava os terrenos pantanosos existentes entre os morros de Santo Antônio e da Conceição. Nesta fase, com o aumento populacional mais acelerado, a conquista deste novo território se deu de forma intensa, diversos melhoramentos urbanos foram feitos com a abertura de ruas e construção de praças. A cidade, no início do século XIX já conseguia ocupar toda a planície e apresentava mesmo extensões como o Largo do Machado, também formado às custas do aterro de uma lagoa.

Outro elemento natural que foi muito caro à cidade nos seus quatro primeiros séculos de existência foi a água potável. Logo após a cidade ter se estabelecido no novo local de assentamento notou-se que os poços perfurados no novo sítio ofereciam somente água salobra, a solução encontrada para a escassez de água potável foi dar aos índios e escravos negros a tarefa de buscar água no rio Carioca.

“Essa longa caminhada em busca da água não era apenas incômoda. Do ponto de vista estratégico, ela também comprometia a defesa da cidade. Afinal, bastava que o inimigo ocupasse a antiga praia do Sapateiro (Flamengo) para que o Rio de Janeiro fosse conquistado.”³³

Diante deste fato é antiga a idéia de se captar a água do Rio Carioca próximo à sua nascente (local de mais fácil defesa) e canalizá-la até a cidade. Em 1720 a água canalizada chegava até o morro do Desterro (no bairro de Santa Teresa, àquela época fora da cidade) e somente em 1723 no Campo de Santo Antônio (atual Largo da Carioca) jorrou água dentro da cidade, em um chafariz. Em 1744 foi autorizada construção do novo aqueduto da Carioca, que se mantém até os dias atuais.

A carência de água potável continua a existir ao longo da história, paralelamente ao espraiamento da cidade pela planície. Diversas crises de abastecimento de água se abateram sobre o Rio de Janeiro, principalmente com a pressão demográfica influenciada por fatores

³³Maurício de Abreu. “A Cidade, a Montanha e a Floresta”. in: Abreu, Maurício de A. (org.) Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. pp. 54-103.p.56.

como o de ter se tornado a capital da Colônia em 1763 e com a chegada da família real em 1808.

Entra-se então no século XIX com esse problema ainda por ser resolvido. Com o crescimento demográfico, novas fontes de captação de água foram buscadas como o rio Maracanã, por exemplo. Em 1817 D. João VI decretou a proibição do desmatamento e a desapropriação de uma faixa ao redor do percurso do aqueduto e do percurso do rio Carioca; no entanto secas esporádicas agravavam o problema.

Outro agravante foi o fato do maciço da Carioca (ou da Tijuca) ter sido tomado por plantações de café, o que dizimou muito da mata nativa, contribuindo para a redução do volume de água dos rios que nasciam no maciço. O Maciço também era tradicional fornecedor de lenha para a cidade. Em 1861 resolveu-se efetivamente replantar área de floresta do maciço da Tijuca e encarar o problema com mais firmeza, desapropriações foram feitas e já em 1870 a floresta replantada começava a mostrar os sinais de sua recuperação, mas os efeitos sobre a recuperação dos mananciais só poderiam se fazer sentir a longo prazo. Somente em 1880, com

I.1.2- Tensão entre Cidade e Elementos Naturais - A Cidade em Crise

Ao mesmo tempo em que o problema da água se resolvia, outro fator passou a preocupar os habitantes da cidade principalmente a partir na segunda metade do século XIX: a salubridade. Nesta época a pressão demográfica intensificou-se:

“A independência política e o início do reinado do café geram, por sua vez, uma nova fase de expansão econômica, resultando daí a atração – no decorrer do século e em progressão crescente de grande número de trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros³⁴”.

A cidade passa a se expandir mais rapidamente, vendo-se surgir novos bairros, a partir do aparecimento de novos meios de transportes: primeiramente bondes e posteriormente as ferrovias. A cidade, ao final do século XIX vive uma verdadeira febre imobiliária. A partir do início do século XX configura-se o crescimento para a direção sul a partir do centro para as classes mais privilegiadas, o litoral norte para os “usos sujos” e o surgimento dos subúrbios ao longo da linha do trem³⁵.

O crescimento populacional acabou por agravar as péssimas condições de saneamento da cidade. Os serviços de esgoto eram até então inexistentes e a coleta dos resíduos sólidos era tarefa dos escravos denominados “tigres”: sua função consistia em jogar os dejetos no mar carregando-os em barris. Os serviços de esgotos foram então concedidos pelo Estado a City Improvements Company, empresa de capital inglês. Esta empresa, nas palavras de André Rebouças: “...convertera a baía de Guanabara numa imensa cloaca³⁶”. Esta mesma empresa ainda atendia à população discriminando as habitações coletivas das habitações dos mais ricos, o que contribuía para o agravamento da questão da saúde pública.

³⁴ Maurício de Abreu. “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro. IplanRio. 1997. p.140.

³⁵ Rachel C. M. da Silva Carvalho. “The Urban Renewal Plan for Rio de Janeiro under Pereira Passos: 1902-1906”, Dissertação de Mestrado, Cornell University, Ithaca, 1984.

³⁶ Jorge Luiz Barbosa. “Olhos de ver, Ouvidos de Ouvir: Os Ambientes Malsãos da Capital da República. In: Abreu, Maurício de A. (org.) Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. pp. 317-329. p.320.

Neste quadro de insalubridade devido ao sistema sanitário deficiente, crescimento populacional acelerado e construções com condições precárias de higiene, surgem epidemias, dentre elas a de febre amarela:

“Celebrada pelo apodo ‘caixão mortuário’, a cidade do Rio de Janeiro atravessava, nas últimas décadas do século XIX, uma das suas mais graves e prolongadas crises ambientais e, diga-se, a bem da verdade, sobretudo no que se refere à questão da insalubridade,(...) O clima excessivamente quente, a umidade dos solos, a existência de pântanos e o ar impuro (contaminado por ‘infecções miasmáticas’), faziam parte do imenso rol das explicações das condições insalubres da cidade³⁷”.

Algumas teses médicas tentavam explicar a disseminação de doenças e mesmo com conclusões equivocadas (como a hipótese dos miasmas), acabaram por servir de justificativa a políticas públicas de remoção de habitações coletivas e mesmo servir de justificativa para o desmonte do morro do Castelo, para que os ventos do mar livrassem a cidade dos miasmas e das doenças.

Nos primeiros anos do século XX acentua-se o processo de segregação espacial entre ricos (zona sul) e pobres (subúrbios e habitações coletivas do centro). Por algumas razões, dentre elas por buscar bairros mais salubres, os ricos passaram a se estabelecer em bairros como botafogo, que passa por um processo de desmembramento de suas chácaras, na verdade, esta auto-segregação dos ricos já tinha começado anteriormente, com as faltas d’água que persistiam até 1880 muitos ricos já haviam se mudado para chácaras na zona sul, onde podiam ter poços e ter acesso à água sem mais problemas.

Em nome da salubridade, escamoteando um desejo de “limpar” o centro e a zona sul da presença dos mais pobres, diversas intervenções foram feitas nas habitações coletivas, muitas foram fechadas e outras demolidas, algumas arrasadas com a abertura da Avenida Central, símbolo da reforma comandada por Pereira Passos, verdadeiro fomento para o surgimento das favelas.

³⁷ Jorge Luiz. “Olhos de ver, Ouvidos de Ouvir: Os Ambientes Malsãos da Capital da República. In: Abreu, Maurício de A. (org.) Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. pp. 317-329. p.318.

Um episódio que foi marcante na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1904 foi uma revolta popular que recebeu o nome de Revolta da Vacina. A população foi às ruas contra a determinação do serviço de higiene do governo de vaciná-la à força. Na verdade a revolta explode por motivos mais amplos e complexos que este, a própria destruição dos pardieiros e cortiços levaram ao desabrigo milhares de famílias formando uma massa de descontentes com a política de higiene governamental, além de algum descontentamento popular e mesmo de alguns setores da elite quanto à política econômica praticada pelo governo à época³⁸.

O Maciço da Tijuca foi muito procurado à época que a insalubridade atormentava os moradores da cidade, hotéis foram construídos lá e eram muito apreciados por viajantes estrangeiros, porém destaque outro aspecto do Maciço: este havia servido à cidade como fornecedor de água, madeira, pedras para as construções e terreno para plantações de café, e é palco agora do surgimento das favelas, no início do século XX (a primeira, no morro de Santo Antônio surgiu ainda no século XIX, seguida pela do morro da Providência).

O processo de favelização que iria se iniciar em poucas décadas, tivera como base um forte crescimento populacional aliado a uma falta de moradias baratas juntas aos locais de trabalho (isso tudo associado aos baixos salários dos trabalhadores, o que os impossibilitava de pagar aluguéis). A favela começa a se incorporar à paisagem da cidade e a do Maciço da Carioca (ou da Tijuca). Já ao fim da reforma de Pereira Passos a cidade apresenta notoriamente uma grande contradição em sua paisagem:

“Terminada a reforma, entretanto, os jornais dão-se conta que a nova fisionomia do Rio não se resumia às amplas avenidas que surgiam ou aos novos edifícios, (...). Não muito longe destes ‘símbolos do progresso’, uma quantidade apreciável de barracos, verdadeiras negações da modernização urbana, também haviam se incorporado à paisagem da cidade”³⁹.

De maneira sintética podemos dizer que com o incremento populacional que ocorreu durante o século XIX na cidade do Rio de Janeiro, em princípio ainda nos tempos do Império e por

³⁸ Edgard Carone. “A Primeira República.” Rio de Janeiro-São Paulo. Editora Difel. 1976. p. 42.

³⁹ Maurício de Abreu. “Reconstruindo uma História Esquecida: Origem e Expansão Inicial das Favelas do Rio de Janeiro”. In: Espaço e Debates nº37, ano XIV. 1994. p. 38.

fim nos primeiros anos da República, uma a crise ambiental ali se instalou e se agudizou na virada dos séculos XIX e XX.

Os desequilíbrios entre cidade e natureza que poderiam existir desde os tempos coloniais de fundação da cidade passando pelos tempos do Império, chegam aos primeiros anos da República em seu ponto máximo, transfigurados em crise na saúde pública ao final do século XIX. Pode-se sintetizar todo este percurso temporal sobre a questão ambiental na cidade do Rio de Janeiro ao longo de sua história da seguinte forma:

“... compreende-se que a questão ambiental no Rio colonial tenha consistido em processos de ajustamento do crescimento urbano às possíveis ampliações do espaço condizentes com o conhecimento técnico da época, (...). É de se supor que inexistissem pressões demográficas sobre o espaço urbano, que pudessem provocar desequilíbrios nas relações cidade-natureza.

Já na cidade de perfil mercantil-industrial que se delineia no final do século XIX, a pressão da população sobre os recursos se manifesta, entre outras formas, corporificada na deficiência numérica de moradia para a classe pobre na proximidade do local de trabalho.

Tendo por base esta realidade, a questão ambiental se transfigura em saneamento e combate à febre amarela, implicando remodelação urbana e eliminação de focos propagadores da doença, dentre os quais se incluíam os casarões plurifamiliares da classe pobre – cortiços ou cabeças de porco -, reconhecidamente precários em suas condições de higiene. (...).

A campanha sanitária, então deflagrada, veio encobrir e mascarar a dimensão social da questão ambiental efetiva naquele momento, servindo igualmente de base a uma política urbana voltada para o embelezamento e valorização da cidade, dela retirando seus aspectos feios e desagradáveis, sem atentar para a solução ou equacionamento dos problemas embutidos naqueles aspectos. Vale lembrar, (...), os efeitos dessa política na criação e expansão das favelas”⁴⁰.

⁴⁰ Maria do Carmo Corrêa Galvão. “Focos sobre a Questão Ambiental no Rio de Janeiro”. In: Abreu, Maurício de A. (org.) Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. pp.13-26. p.21-22.

Maurício de Abreu⁴¹ argumenta que as relações da cidade com o Maciço da Tijuca e suas florestas que até então existiam devido a algum fator natural (fornecimento de água, pedra, lenha, clima ameno contra as epidemias) se transfiguraram no século XX em questão habitacional, o Maciço passou a fornecer moradia, pela possibilidade de nele surgirem as favelas, para os moradores mais pobres. Além da questão habitacional não poderia deixar de dizer sobre o entendimento do Maciço da Tijuca e de alguns de seus montes específicos (como o Corcovado, por exemplo) como importante elemento paisagístico da cidade, mas isso será desenvolvido no Capítulo III deste trabalho que relaciona os elementos naturais à construção da paisagem.

⁴¹ Maurício de Abreu. “A Cidade, a Montanha e a Floresta”. in: Abreu, Maurício de A. (org.) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. p.89.

I.1.3-A Busca de Distensão entre Cidade e Elementos Naturais

Nas primeiras três décadas do século XX uma conjunção de fatores poderia nos indicar um aparente processo de distensão entre a cidade e seus elementos na cidade do Rio de Janeiro.

Vamos investigar esta afirmação nos próximos parágrafos:

A cidade que teve que lidar em toda a sua história com o seu sítio natural como fator condicionante de sua expansão sobre o território: terreno alagadiço e difícil, contornando morros e aterrando mangues, lagoas e mar, continua a ter que lidar com este dado. Porém, no início do século XX, temos um novo momento histórico quando a técnica encontra-se mais desenvolvida e a superação dos obstáculos naturais pode ser resolvida com maior eficiência e os novos desafios de expansão passam a serem vencidos um a um. Temos desmonte de morros, os aterros sucessivos de linhas de costa e de lagoas, a abertura de túneis, etc... Para que as obras fossem realizadas soma-se ao domínio da técnica a presença de capital estatal, este obtido muitas vezes em empréstimos externos, há também vontade política para se realizar estas obras.

A própria abertura do Túnel Alaor Prata (Túnel Velho) ligando Botafogo a Copacabana já na última década do século XIX (1892) exemplifica isto. O túnel construído inicialmente para bondes perfurando o morro e adentrando em meio ao que então era um areal sinaliza bem a mudança dos tempos. O desmonte de grande parte do Morro do Castelo já na década de 20 do século passado empregou nova técnica de desmonte de morros a jatos de água, ao passo que a terra obtida como resultado deste desmonte já iria ser direcionada a novas áreas a serem aterradas como a que hoje forma o bairro da Urca e a área da Esplanada do Castelo, direcionada primeiramente para uso da Exposição do Centenário da Independência de 1922.

O próprio controle de algumas das doenças de então sugeriu uma trégua neste estado de tensão existente. O controle da febre amarela conseguido graças à aplicação da política de saúde proposta por Oswaldo Cruz fez com que em 1907 o número de mortes na cidade pela doença fosse igual a zero, neste mesmo ano o Rio já recebe um navio com turistas estrangeiros para visitar a cidade, até então evitada por ter uma imagem de cidade repleta de doenças, foi um indício que a imagem de cidade das doenças começara a se dissolver. A eliminação do mosquito transmissor reduziu também os casos de malária, embora ela só fosse

erradicada da região na década de 30 com o saneamento de algumas áreas da baixada fluminense⁴².

Embora a cidade pudesse ter sofrido com o surto de gripe espanhola em 1918, o que provocou a morte de 13 mil pessoas somente no Rio de Janeiro, este surto não pôde mais ser associado diretamente com algum desequilíbrio seja natural ou urbano, já que tinha atingido igualmente países europeus em áreas que não eram epidêmicas de outras doenças.

Seria de se imaginar que a carência de água potável que foi resolvida em 1880, ainda no Império, com a canalização de águas da Serra do Tinguá tivesse aliviado significativamente o quadro sanitário da cidade. Imaginaríamos também que a implantação, por volta desta mesma época, de um sistema de esgotos executado pela companhia privada City Improvements tivesse contribuído significativamente com a melhora do quadro sanitário local, mas isso na verdade não aconteceu⁴³. Na verdade a implantação destas melhorias sanitárias não chegou a todas as residências, o serviço de saneamento acabava por atender majoritariamente aos mais ricos e era ainda assim precário, as tubulações apresentavam problemas de má vedação e muitas vezes contribuía para contaminar o lençol freático. A própria distribuição da rede de esgotos, por exemplo, era desigual na cidade: bairros mais ricos acabavam sendo mais bem servidos e muitas vezes a infra-estrutura de esgotos vinha juntamente com a infra-estrutura de transportes abrindo novas frentes de expansão na cidade. Esta expansão atendia mais ao interesse do capital imobiliário que à grande parte da população, chegando mesmo a atender pior determinadas áreas mais populosas em detrimento a outras que tivessem menor número de habitantes mas que fossem mais interessantes ao capital.

Mazelas da sociedade à parte o fato é que muito da idéia de crise sanitária, que poderíamos entender como uma crise na relação cidade-natureza, foi se perdendo a partir do controle das epidemias. A aparente redução da tensão existente entre cidade e natureza é resultado não apenas do domínio pela técnica e pela ciência de alguns dos conhecimentos necessários à resolução de desequilíbrios criados pelo surgimento de uma cidade em crescimento rápido e, podemos dizer sem controle (planejamento) em sítio tão peculiar. Seguindo-se pela mesma

⁴² Carlos Lessa. "O Rio de Todos os Brasis – Uma Reflexão em Busca de Auto-estima". Rio de Janeiro. Editora Record. 2000. p.196-197.

argumentação: a idéia de redução da tensão entre cidade e natureza só foi possível porque isso acabou acontecendo nas áreas de maior “visibilidade” da cidade, nas áreas ocupadas pela camada de maior renda, principalmente grande parte da área central da cidade e a sua expansão para a zona sul. Por isso poderíamos chamar de aparente (ou pelo menos de limitado) este processo de distensão na relação cidade-natureza, pois muito mais que ter sido de fato na totalidade da cidade ele “se fez sentir” como total, visto que ocorreu em áreas da cidade de maior representação coletiva e de maior visibilidade como as áreas centrais e zona sul.

Para entender-se melhor este processo de redução de tensão entre cidade e natureza nas três primeiras décadas do século XX precisa-se entender localmente (e às vezes mundialmente) as idéias sobre natureza que circulavam a época. Temos presente nesta época a idéia que a natureza deveria ser domesticada e submetida pela técnica e pela ciência ao dispor do homem, assim poderia ser equacionado o problema de como se relacionar cidade e natureza e ainda: resolver as tensões que desta relação surgissem. No Brasil e em sua capital à época a vontade de se tornar civilizado e europeu acabara por associar o domínio da natureza (ou dos elementos naturais) à idéia de se criar um país civilizado e europeizado.

As tentativas de superação de tensões existentes entre a cidade do Rio de Janeiro e natureza no início do século XX puderam se configurar muito mais do que em meras tentativas de resolução de uma crise sanitária específica. Mais que superar uma tensão específica, a cidade em muitos momentos tentou estabelecer relações com seus elementos naturais que fossem marcadas por um novo entendimento destes elementos. Uma relação de tal forma que a cidade pudesse compor com estes elementos naturais um pacto de construção de uma civilização tropical viável, que por sua originalidade poderíamos chamar de inédita. Argumentações e esta idéia serão desenvolvidas agora, logo a seguir:

⁴³ Jaime Larry Benchimol. “A Reestruturação dos Sistemas de água e Esgotos do Rio de Janeiro”. in: Pereira Passos: Um Hausmann Tropical: a Renovação Urbana da Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século XX. Rio de Janeiro. 1990. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Pp. 65-75.

I.2-Natureza e Discurso Civilizatório

I.2.1-Visões de Natureza, sécs. XIX e início XX

Das concepções de natureza que surgiram ao longo da história vamos nos concentrar em algumas que tiveram maior força durante a Primeira República (1889-1930) e no período Imperial imediatamente anterior a este último.

Poderíamos dizer que as concepções de natureza no Império brasileiro (1822-1889) tenham sido influenciadas inicialmente pelo naturalismo e pelo ideário romântico, dos quais iriam lentamente começar a se afastar a partir de 1870, dando lugar às idéias científicas que iriam se manifestar junto a algumas idéias de caráter determinista da década de 70 do século XIX. Por fim teríamos o positivismo que já durante a República parece ter tido o seu auge no Rio de Janeiro da primeira década do século XX, com a aplicação das idéias higienistas para que se conseguisse equacionar o problema da tensão entre cidade e elementos naturais e interferir na remodelação da então capital federal.

A relação entre natureza e cidade do Rio de Janeiro nos primeiros tempos do Império pode ser compreendida dentro das idéias naturalistas e do ideário romântico, por exemplo, quando lemos os relatos de viajantes estrangeiros que visitaram a cidade no século XIX. Estas visitas ocorreram principalmente no período do século entre a abertura dos portos ainda no período Colonial (1808) e da agudização da crise sanitária (por volta de 1870) quando elas passaram a diminuir em número. Neste período temos nestes relatos a exaltação da natureza tropical, prodigiosa em fornecer seus frutos (águas, florestas, etc...) a uma cidade que crescia em seu meio.

O Romantismo valorizava o bucólico:

“Houve modismo, por exemplo, na difícil excursão ao alto do Corcovado, Pedro II foi um dos primeiros, para conhecer a mata atlântica e descortinar o panorama. Em 1884 foi construída uma estrada de ferro sem qualquer função

econômica para a cidade... mesma curiosidade valorizará as visitas às praias oceânicas durante o império⁴⁴.”

Podemos pensar assim a relação da cidade com a floresta indo além de uma relação de consumidor/fornecedor de água, lenha, madeira, como já vimos na primeira parte deste trabalho baseada em trabalhos de geógrafos que enfatizavam principalmente este tipo de relação. Apoio-me para esta argumentação no trabalho de Cláudia Heynemann⁴⁵, que afirma que quando houve o reflorestamento da Floresta da Tijuca muito mais que uma recuperação de uma fonte de recursos naturais, isto se deu como um:

“...processo de reitificação da natureza, o seu domínio, traduzido na idéia de utilidade, no esforço de um conhecimento da silvicultura e também a inscrição da floresta e das paisagens naturais em uma história nacional, reunindo o conhecimento ilustrado com o romântico⁴⁶...”

Chegou-se mesmo a se ensaiar aqui nos nossos trópicos, ainda no Império, o projeto de se construir uma civilização tropical até então original no mundo e que incorporasse os elementos naturais em sua construção dentro das cidades, diferentemente do que se fazia na Europa de então, com o domínio da natureza e intenso processo de urbanização.

Quando do reflorestamento da Floresta da Tijuca, diversas idéias foram desenvolvidas como a do espalhamento pela cidade de trechos da floresta. A floresta desceria os morros e penetraria na cidade, amenizando o clima e mesmo alterando o aspecto pouco arborizado do Rio de Janeiro que mais o fazia parecer uma cidade lusitana ou moura. Certamente a fusão cidade-floresta proposta incorporava já as idéias científicistas, o domínio da silvicultura pela ciência possibilitava um novo aproveitamento das áreas florestais e já apontava ser um passo à frente cronologicamente do ideal romântico de natureza e do naturalismo.

Coincidência ou não, justamente quando começa a se agudizar uma crise sanitária na capital do país, as idéias naturalistas de se criar uma civilização tropical são mais contra-

⁴⁴ Carlos Lessa. “O Rio de Todos os Brasis – Uma Reflexão em Busca de Auto-estima”. Rio de Janeiro. Editora Record. 2000. pp. 148.

⁴⁵ Claudia Heynemann. “Floresta da Tijuca: Natureza e Civilização no Rio de Janeiro – Século XIX”. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura.. Biblioteca Carioca. 1996. 196p.

argumentadas. Em oposição a isto temos as idéias deterministas que se espalharam pelo Brasil lá pelos idos de 1870, somadas já ao aparecimento no âmbito nacional das idéias positivistas. Para alguns dos pensadores desta geração a natureza em vez de ser prodigiosa nos poderia condenar ao atraso e ao fracasso civilizatório, segundo Lessa⁴⁷ esta geração:

...sentia-se esmagada pela maldição eurocêntrica. Filosofias da história centradas na determinação geográfica e/ou racial estiveram em voga no final do século XIX, revestidas de um sabor cientifizante exerceram fortíssima influência sobre intelectuais brasileiros contemporâneos. Desde o diagnóstico de inviabilidade de desenvolvimento e bloqueios ao processo civilizatório, as propostas de enbranquecimento saíam deste referencial teórico...”⁴⁸

Penso que as concepções sobre civilização brasileira e natureza às quais me referi neste item do trabalho não cabem com precisão nos períodos específicos aos quais me referi anteriormente, não há fronteiras rígidas temporais ou mesmo geográficas para a circulação de idéias, de qualquer forma tomei esta divisão como base para o desenvolvimento de uma argumentação que tentou estabelecer uma trajetória da visão de natureza empreendida dentro da cidade do Rio de Janeiro. Esta divisão pode ser útil para entendermos a relação da cidade com seus elementos naturais e para entendermos o próprio projeto de construção de uma civilização brasileira e de sua capital.

Estas idéias que circulavam no século XIX, mesmo que fossem substituídas por algumas outras, não se desfizeram de vez ou totalmente com o passar dos anos, podendo ter mesmo reedições futuras e serem apresentadas ainda como se estivessem ainda cheias de frescor. Como exemplo disso temos a citação de Maurício de Abreu⁴⁹ ao uso do determinismo geográfico por Agache lá na segunda metade dos anos 20, quando este último compara a industrialização do Rio de Janeiro à de São Paulo:

⁴⁶ Ibid p.33.

⁴⁷ Carlos Lessa. “O Rio de Todos os Brasis – Uma Reflexão em Busca de Auto-estima”. Rio de Janeiro. Editora Record. 2000.

⁴⁸ Ibidem. pp. 184

⁴⁹ Maurício de Abreu. “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro. IplanRio. 1997.

“O Rio de Janeiro não dá, como São Paulo, a impressão de uma cidade industrial, não só por motivo de ordem climática pouco favorável ao trabalho contínuo, como por motivos ethnológicos, índole e hábitos de seu povo.”⁵⁰

O determinismo geográfico já tinha mostrado então sinais de enfraquecimento no ideário da cidade do Rio de Janeiro, as construções do período Passos e o arrefecimento das epidemias pareciam ter tornado possível a construção de um país civilizado e ao mesmo tempo tropical. Podemos ainda explorar outras facetas da afirmação acima como o próprio preconceito quanto à constituição étnica carioca majoritariamente portuguesa (a imagem de Portugal de então era ligada a de um país europeu ainda ligado à monarquia e ao atraso dentro de uma Europa mais avançada) e a seus descendentes e também aos próprios escravos libertos e seus descendentes, assim como os mestiços que constituíam grande parte da população da cidade. Essa comparação racial era contraposta à composição racial de São Paulo, dominada pela imigração majoritariamente européia e plural.

Outro exemplo de anacronismo, e também no Plano Agache desta vez na parte do plano que trata especificamente do meio ambiente intitulada: *“Considerações Geraes e Exame do Meio Ambiente”*, se refere às referências feitas às emanações que pudessem vir do solo e as doenças que estas poderiam provocar. Pois bem: a teoria dos miasmas já estava então superada pela ciência de então, apesar do Plano não usar o termo “miasma” é interessante notar que ainda aponta como causa de insalubridade algumas emanações semelhantes:

“...calor e humidade favorecem as fermentações e a decomposição rápida das matérias orgânicas, fonte de emanações pútridas que infectam a atmosphera. Mais do que nas cidade de clima temperado, deve ser afastada esta causa de insalubridade pela adoção de disposições apropriadas.”⁵¹

Agache cita ainda no seu plano que a boa circulação do ar pudesse ser elemento determinante para a boa salubridade mesmo em áreas de favela. Podemos imaginar que a esta época houvesse ainda alguma crença que os ventos salitrados do mar pudessem provocar reais

⁵⁰ Alfred Hubert Donat Agache. “Cidade do Rio de Janeiro, Extensão, Remodelação, Embellezamento.” Paris. Foyer Bresilien. 1930. pp.90.

⁵¹ Alfred Hubert Donat Agache. “Cidade do Rio de Janeiro, Extensão, Remodelação, Embellezamento.” Paris. Foyer Bresilien. 1930. pp.230.

benefícios à saúde, argumento inclusive muito usado quando da venda dos primeiros terrenos em Copacabana na virada do século XIX para o século XX. Citando um dos trechos do Plano que fala sobre as favelas:

“É verdadeiro milagre se as epidemias não visitam com freqüência logares tão sujos! Sem dúvida elles são preservados desses males pela boa ventilação resultante da sua situação elevada...”⁵²”

Anacronismos a parte, voltando-se ao século XIX, pode-se imaginar se naquela época a matriz teórica do determinismo fosse levada ao pé da letra haveria pouco espaço para o desenvolvimento de uma civilização próspera num clima tropical: o calor, a exuberância tropical e mesmo a composição racial poderiam formar um quadro que nos condenaria para sempre ao atraso e ao fracasso civilizatório. O próprio caos sanitário da capital do país de então e o próprio atraso do país em relação à Europa poderiam até ser usados como reforços de afirmação a esta teoria.

⁵² Ibid. pp. 240.

I.2.2-Da Cidade da Medicina Social à Cidade dos Engenheiros

Uma das saídas intentadas em fins do século XIX para se resolver este impasse entre natureza exuberante e fracasso civilizatório na cidade do Rio de Janeiro, de certa forma suplantando as idéias deterministas que nos condenariam ao atraso inexorável, foi uso das idéias higienistas, que apontavam para uma possibilidade de se resolver os problemas sanitários de então.

Podemos notar também que estas idéias já no século XIX, coordenadas e divulgadas inicialmente pelo saber médico, mas principalmente em inícios do século XX, já tendo sido assimiladas pelos técnicos interventores no espaço da cidade, àquela época em sua maioria engenheiros, foram usadas para que se interferisse no espaço da cidade nas diversas remodelações urbanas que a cidade viesse a sofrer.

“O discurso higiênico teve origem na metade do século XIX na Europa e propunha um novo modelo de ocupação do espaço urbano com ruas e avenidas amplas que permitiriam a melhor circulação de ar e o combate aos miasmas. Por detrás destas afirmações encontraremos vários mecanismos de dominação expressos nos códigos, nos recenseamentos e no discurso sobre os ‘vícios da pobreza.’⁵³”

“O Poder higiênico foi um dos instrumentos mais poderosos na difusão de um padrão de ocupação do espaço no Brasil.”⁵⁴

As concepções médicas que apoiavam as idéias higienistas no século XIX influenciaram toda a prática médica até que se conhecesse a bacteriologia e tudo mudasse.

“Até este momento a causa das doenças era atribuída basicamente a fatores externos (...) os médicos atribuíaam às condições do meio as mais diferentes doenças, principalmente as endêmicas e infecciosas. A malignidade do ar

⁵³ Dermeval L. Polizelli. “O Poder Higiênico e suas Influências na Ocupação do Espaço no Brasil”. In: Revista Paisagem e Ambiente (Ensaios) – Número 9. São Paulo. Editora FAU-USP.1997. pp. 177-199. p.183.

⁵⁴ Ibidem p.183. p.183.

provinha de ‘emanações pútridas’ que, a partir do século XVIII serão chamadas de miasmas.”⁵⁵

A própria relação da cidade com o mar quanto a balneabilidade até a primeira década do século XX se dá muito através do viés medicinal: banhos de mar eram considerados benéficos à saúde, embora o sol devesse ser evitado e estes banhos ocorressem muitos deles próximo à alvorada. Muitos destes banhos eram realizados em casas de banho que protegiam, por exemplo, as moças de olhares curiosos. Somente após as reformas empreendidas por Passos é que tivemos a difusão mais maciça dos banhos de mar em áreas abertas na então praia do Flamengo, anterior ao Aterro que hoje temos no local.

Além do desenvolvimento científico que permitiu o conhecimento de técnicas para se lidar com o território e do desenvolvimento da medicina, temos que entender que estas técnicas e conhecimentos científicos foram adotados e incorporados na cidade pelas administrações e até mesmo transbordou em alguns momentos para as diversas camadas da população. Tornaram-se motivos de discussão em jornais e passaram a ser assuntos do dia-a-dia.

Interessante se notar, nas palavras de Damasceno: “.. *a gradativa perda de influência dos médicos e a ascensão dos engenheiros. Estes, com um discurso voltado para a técnica e a eficiência, assumiram a liderança do processo de ordenação da cidade, personificados na figura do engenheiro Pereira Passos*⁵⁶.”

Não tínhamos ainda o urbanismo enquanto campo de conhecimento coeso e distinto dos demais no Brasil onde o pensamento urbanístico viria a ser mais desenvolvido por volta de fins dos anos 20 do século XX, notadamente a partir do plano Agache⁵⁷.

Antes de Agache e a partir de Passos as idéias higienistas saídas do campo da medicina acabaram por ser incorporadas ao discurso remodelador da cidade pelos engenheiros, eram uns dos pretextos para se abrir a Av. Central e arrasar o morro do Castelo em nome da aeração e para que se retirassem os cortiços do centro da cidade em nome da higiene. Muitas

⁵⁵ Ângela Nunes Damasceno. “Os Miasmas, os Médicos e a Relação Homem-natureza na Cidade do Rio de Janeiro no Séc. XIX”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia – UFRJ.1993. pp.16.

⁵⁶ Ibidem pp.98.

destas realizações, como já vimos anteriormente, serviriam para a retirada dos pobres do centro da cidade e para a criação de cenários modernizantes na então capital federal.

“... o discurso higienista foi encampado por outros interesses, mais preocupados com a modernização da cidade, colocando em segundo plano o caráter higienista das medidas.”⁵⁸

Não só a natureza deveria ser civilizada, mas a própria cidade deveria se espelhar em uma imagem de cidade civilizada, à altura da capital de um país que queria entrar para a categoria das nações desenvolvidas.

Temos no início do século XX, entre as primeiras intervenções de Passos até a elaboração do Plano Agache, uma conjunção de fatores que faz com que a crise sanitária vivida pela cidade do Rio de Janeiro possa ser em parte resolvida pela interferência dos poderes públicos no meio físico da cidade. A cidade lida então com seus elementos naturais mais do que buscando resolver problemas sanitários: conjugando-se a isto um desejo governamental de criação de uma imagem de cidade civilizada.

A natureza se coloca como elemento a ser domesticado. As interferências governamentais sobre o meio físico domando-se a natureza e colocando-a a serviço de se criar um cenário modernizante podem ser exemplificadas pelas palavras do presidente Rodrigues Alves, que em discurso de abertura da Exposição do Centenário de Abertura dos Portos de 1908 diz:

“O Rio de Janeiro, pelas suas bellezas naturaes, que não encontram no resto do mundo, segundo o insuspeito testemunho estrangeiro, outras que com ela rivalisem, seria uma cidade sem seducção, mão grado todos os atractivos em que se aprimorou a natureza, se o homem não lhe offerecesse a colaboração do seu trabalho, da sua sciencia e do seu gosto.

⁵⁷ Denise Cabral Stuckenbruck. “O Rio de Janeiro em Questão: o Plano Agache e o Ideário Reformista dos Anos 20”. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1996. pp.25 e pp.64.

⁵⁸ Ângela Nunes Damasceno. “Os Miasmas, os Médicos e a Relação Homem-natureza na Cidade do Rio de Janeiro no Séc. XIX”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia – UFRJ.1993. pp.98.

A natureza, desamparada dos benefícios da civilização, é uma expressão de valor precário para o homem moderno, que desadora as cidades sem hygiene nem conforto”.⁵⁹

No discurso acima podemos perceber que muito mais do que ser domesticada, a natureza só teria seu real valor levado a um ponto máximo se fosse cooptada pela técnica, fosse transformada e colocada a serviço da civilização, ultrapassando-se em muito qualquer relação que pudesse se limitar a resolver um mero desequilíbrio ambiental. A técnica e a ciência emprestavam valor à natureza, os elementos naturais não deveriam ser glorificados por si só nem mesmo na própria observação passiva da paisagem, quando transformados pela ciência e pela técnica, os elementos naturais nesta mesma paisagem poderiam, aí sim, em toda a sua grandiosidade, ajudar a expressar a imagem que se buscava para a capital do país.

É nesta imagem de capital federal, perseguida pelo Estado brasileiro e setores da sociedade de então, que se concentrará a parte seguinte deste trabalho, capítulo II. Onde o processo de construção cultural da imagem da cidade nos primeiros anos do século XX passa pelo processo de construção cultural da paisagem da cidade com a incorporação dos elementos da natureza: águas, montanhas e florestas com um viés de transformação pela técnica.

⁵⁹ “O Rio de Janeiro e as Grandes Phases do seu Desenvolvimento. Antecessores de Carlos Sampaio. Ligeiras Notas Históricas”. In: A Exposição de 1922. (Órgão da Comissão Organizadora). Rio de Janeiro, Litho Typografia Fluminense, julho de 1922, n.1. In: Margarida de Souza Neves. “A Cidade e a Paisagem”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.20-31. p.30.

Capítulo II -Imagem e Paisagem

Neste capítulo será apresentada a trajetória da imagem da cidade do Rio de Janeiro ao longo de sua história e suas ligações com o processo cultural de construção da paisagem carioca. Devido ao sítio natural singular no qual a cidade está situada destaca-se quase sempre a presença marcante de elementos naturais neste processo de construção da paisagem da cidade. Serão apresentadas ao longo da história, e principalmente no recorte temporal da Primeira República (1889-1930), as conexões entre: imagem da cidade e construção da paisagem, destacando-se sempre que possível neste processo a interferência da natureza.

As diversas imagens da cidade do Rio de Janeiro ao longo de sua história serão entendidas aqui como sendo a síntese de um conjunto de impressões manifestadas por alguns grupos (moradores, visitantes, governo local/nacional, etc...) em documentos, produção de iconografia, relatos e outros meios. Assim estas imagens serão entendidas dentro de um processo histórico-sócio-cultural; mesmas considerações poderiam ser feitas sobre o entendimento da paisagem.

II.1-A Trajetória das Imagens

Podem-se imaginar as diversas imagens que o Rio de Janeiro imprimiu aos mais diversos olhares ao longo de sua história. Podemos começar pelos primeiros períodos de colonização portuguesa. A chegada a um território estrangeiro e estranho às origens do colonizador, a presença de um sítio natural privilegiado paisagisticamente fez com que os primeiros colonizadores pontuassem seus relatos com representações que se aproximavam muito de um cenário bíblico, parecia a descrição do Paraíso terrestre reencontrado⁶⁰.

Às imagens emanadas do sítio geográfico e de seus elementos naturais somam-se as derivadas da observação dos povos que viviam na América: livres e nus, destituídos do pecado, pareciam projetar e reforçar a idéia de Éden, imagem já provocada pela simples observação da natureza. Estas imagens, suscitadas pela descoberta do território americano, parecem realmente ter feito o caminho de volta pelo mar e lá na Europa ter servido de subsídio a muitos dos pensadores dos séculos XVI e XVII:

“...entre os séculos 16 e 17 o cenário construído de Roma e o cenário natural da América (particularmente da América brasileira e da Baía de Guanabara) tornam-se os dois mais importantes focos de atenção e de inspirações das reflexões de moralistas, filósofos, escritores e artistas.”⁶¹

Se o retorno destas imagens suscitava idéias na Europa temos que entender o que poderiam significar ao colonizador português que entrava pela baía da Guanabara e aqui se estabelecia. O outro lado da moeda poderia ser a face hostil desta mesma natureza que colocava ao colonizador os desafios da sobrevivência, precisando rapidamente conhecer o que se deveria comer, onde estaria a água boa de beber, enfim: dominar códigos de sobrevivência frente ao novo meio natural que se apresentava.

“... mesmo em cenas ‘harmoniosas’ e quase ‘edênicas’ – como parecem ser o Brasil ou a Baía de Guanabara e seus habitantes – de imediato se evidenciam a

⁶⁰Maria Pace Chiavari. “Rio de Janeiro: de Paraíso a Narciso”. In: Machado, Denise B. Pinheiro/ Vasconcellos, Eduardo Mendes (org.) Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro. UFRJ/FAU/PROURB. 1996. pp.81-86. p.81.

existência de códigos de sobrevivência, um constructo diante de um universo animal e vegetal que é preciso dominar... Qual raiz alimenta ou mata? Qual árvore resiste ou apodrece? Onde está a fonte que sacia a sede? Que caminho é o justo? Qual direção tomar? Em que abrigo se esconder nas intempéries? Estar em permanente estado de avaliação – foi essa a única certeza que, sem descanso, a América buscou transmitir à cultura europeia dos séculos 16 e 17”⁶².

Vamos nos fixar do lado de cá do Atlântico, imaginar a luta pela sobrevivência que aqui se travou. Tarefa árdua era permanecer na nova terra, dominar o meio físico e obter dele recursos para a sobrevivência e para a construção de uma vida, principalmente se pensarmos no colonizador europeu cuja experiência colonizadora estava baseada ainda em códigos culturais europeus. Se a transposição de modelos culturais feita pelo agente colonizador pôde em muito se opor a modelos culturais sejam de matriz indígena ou negra, em princípio culturas ditas “não-dominantes” em relação à trazida da metrópole, temos que pensar como foi o processo de justaposição do modelo cultural europeu frente ao meio físico-natural desconhecido.

A experiência colonizadora portuguesa em território brasileiro teve em muitos aspectos facetas assimiladoras de características locais: a absorção de hábitos culinários indígenas e a própria mestiçagem, por exemplo. Embora tenhamos que pensar que a principal diretriz do pensamento colonizador fosse o ideal de conquista, a supressão de fatores opostos ao movimento de domínio da nova terra podia ser de fato o primeiro movimento tentado pelo colonizador, em seguida, quando da não possibilidade de seu sucesso, poderia ser tentado um movimento conciliador com as adversidades.

Pode-se pensar ainda que dentro da cidade do Rio de Janeiro, principalmente a partir de 1763 quando passa ser a nova sede do Vice-reinado, como se deu este impulso colonizador. E mais ainda: que as imagens emanadas da cidade-capital da porção de território colonizado passariam a ser expressão do impulso colonizador em terras brasileiras. O Rio de Janeiro passara então a ser capital de Vice-reinado, passando então a ser ponto focal da representação

⁶¹ Margareth da Silva Pereira. “Corpos Escritos – Paisagem, Memória e Monumento: visões da Identidade Carioca”. In: Ferreira, Glória/ Venâncio filho, Paulo (org.) Revista Arte & Ensaio, 2000, n°7. Editora UFRJ. pp.99-113. p.102.

⁶² Ibidem p.105.

da colonização portuguesa em terras americanas, principalmente no que se referia ao estabelecimento de núcleos urbanos no novo território. Desta cidade deveriam emanar-se imagens que a este grau de representação correspondessem.

Ao passo que nos sertões brasileiros as prováveis maiores dificuldades de sobrevivência fizeram com que o colonizador tivesse que dialogar mais intensamente com o meio físico, novas gerações de então brasileiros é que passaram a abrir as novas frentes de colonização já assimilando adaptações ao meio, e quantas foram as cidades já fundadas por brasileiros natos. O isolamento dos sertões poderia ser um fator importante para que o modo de vida fosse em certo grau mais livre dos padrões metropolitanos, sendo menos balizado por regras e convenções que viessem de além-mar. Se pensarmos em termos de representações de imagens as emanadas dos sertões poderiam também ser mais livres de representações que tivessem que refletir um modo de vida próximo ou similar ao europeu.

Já as representações de imagens emanadas do Rio de Janeiro de então tenderiam a ter um conteúdo mais comprometido com o projeto colonizador. Embora todo um movimento de assimilação de características locais pudesse acontecer aqui também, teríamos menos margem para a supressão de hábitos europeus: a vida urbana por si só poderia torná-los mais fáceis e poderiam ser também mais desejáveis e exigidos dada a proximidade com o poder governamental e mesmo com o poder religioso. A própria cidade por si só deveria dar conta das representações de imagens de que a capital de então deveriam oferecer.

A concretização de uma cidade nos trópicos, imprimindo a marca de um cenário urbano consolidado no novo território e que tivesse vencido as adversidades de implantação oferecidas pelo sítio natural era da maior importância para a representação da cidade. Isto conferia êxito ao empreendimento colonizador. Os elementos marcantes de uma infraestrutura para esta cidade de então, como exemplo um porto, passaram a ser elementos importantes na representação da cidade do Rio de Janeiro, em detrimento a qualquer atributo natural-paisagístico que a cidade pudesse oferecer.

“O Rio, simples aldeia, estrategicamente implantada em sítio propício à defesa, como na Idade Média, à medida que se torna centro de poder, assume os sinais

*exteriores da organização de sociedade civil vigente na metrópole e destaca-se sempre mais do “outro” mundo, onde reina a natureza.”*⁶³

A imagem da cidade, seja traduzida em representações iconográficas, seja descrita por meio de relatos, poderia então em certo grau dispensar como elemento protagonista principal em sua representação o envoltório natural. Melhor dizendo: este envoltório natural podia então ser considerado assim mesmo, sendo apenas envoltório. Usando um termo muito bem entendido à época para explicar o entendimento do sítio paisagístico poderíamos dizer que ele era entendido dentro de um contexto extra-muros da cidade. A cidade era o construído: ruas, construções e porto; o natural era o que a envolvia, não era cidade.

Posso citar a representação das imagens da cidade através da análise de iconografias, principalmente pinturas do final do século XVIII, empreendida por Margarida de Souza Neves⁶⁴, que destaca a representação de elementos de infra-estrutura da cidade colonial nestas representações em detrimento dos elementos naturais e seus atributos paisagísticos:

*“... a paisagem natural é moldura iconograficamente acidental para o cenário essencial: o porto de mar – praça de guerra e praça comercial – que dá sentido à cidade colonial.”*⁶⁵

⁶³ Maria Pace Chiavari. “Rio de Janeiro: de Paraíso a Narciso”. In: Machado, Denise B. Pinheiro/ Vasconcellos, Eduardo Mendes (org.) Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro. UFRJ/FAU/PROURB. 1996. pp.81-86. p.82.

⁶⁴ Margarida de Souza Neves. “A Cidade e a Paisagem”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.20-31.

⁶⁵ Ibidem. p.25.



Revista Militar no Largo do Paço - Pintura atribuída a Leandro Joaquim - Rio de Janeiro - 1795. Óleo sobre tela, 111 X 139 cm – Museu Histórico Nacional. Fonte secundária: Margarida de Souza Neves. “A Cidade e a Paisagem”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.20-31. p.23.



Pesca da Baleia na Baía de Guanabara - Pintura atribuída a Leandro Joaquim - Rio de Janeiro - 1795. Óleo sobre tela, 111 X 139 cm – Museu Histórico Nacional. Fonte secundária: Margarida de Souza Neves. “A Cidade e a Paisagem”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.20-31. p.22.

Estas pinturas do século XVIII mostram a vida na capital do Vice-reinado principalmente no que se refere aos seguintes elementos: vida urbana, porto, armada, formação da Guarda no Largo do Paço, pesca das baleias, em todas elas o fundo (morros, etc...) se apresenta indistinto e às vezes nem é representado (o Pão-de-Açúcar é ignorado à direita da entrada da baía no quadro da pesca da baleia, por exemplo).

De certa forma uma visão “partida” entre cidade e envoltório natural tendeu a se perdurar ainda por todo o século XIX, porém com alguns matizes de diferenciação ao longo do tempo que serão ressaltados a seguir. Um destes matizes a ser destacado é a predominância do ideário Romântico, principalmente até o final do Império (1889), o que dava um tom específico à leitura do quadro natural que envolvia a cidade do Rio de Janeiro e conseqüentemente às imagens que deste quadro emanassem.

Com a independência do Brasil em 1822 e conseqüentemente a invenção de um novo país, único e não dividido em muitos como as antigas colônias espanholas da América, o Rio de Janeiro ao longo do século XIX vai consolidando sua imagem de capital do país. A paisagem que envolvia a cidade ganha força na representação de sua capital e empresta sua imagem para representar o país. O envoltório natural não é mais relegado a um segundo plano, difuso e indistinto por detrás da representação da cidade colonial; ele passa a ser minuciosamente representado e inserido junto às representações da cidade, emprestando sua marca ao que se queria entender que fosse a capital do país e ao que fosse o país.

No Rio de Janeiro transformado assim em metonímia do Brasil, a paisagem natural ganha uma função icônica. Os pintores-viajantes aplicam-se em definir, com todos os detalhes os contornos das montanhas (...). Os rochedos e morros escrupulosamente delineados, o mar onipresente e a vegetação luxuriante estudada e reproduzida torna-se protagonistas da paisagem retratada (...) Com a obstinação, o método e o minucioso cuidado próprio dos naturalistas, esses artistas e seus discípulos brasileiros parecem querer identificar cada detalhe da paisagem, isolá-lo, classificá-lo, diferenciá-lo dos demais e inseri-lo no panorama da cidade, que encontra na paisagem natural sua marca de identificação, e, (...) também um selo que distingue o Império do Brasil no concerto das nações”⁶⁶.

⁶⁶ Ibid. p.27.



Vista do Pão-de-Açúcar tomada da estrada do Silvestre - 1827. Pintura atribuída a Charles Landseer. Óleo sobre tela, 60,7 X 92 cm – Coleção Brasileira – Fundação Rank Packard / Fundação Estudar. Fonte secundária: Margarida de Souza Neves. “A Cidade e a Paisagem”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro, 2000. Prefeitura do Rio, pp.20-31. p.26.

O Morro do Pão-de-Açúcar encontra-se aqui representado com seus contornos bem definidos, é ponto focal da composição da pintura.

Há uma verdadeira profusão de documentos que podem ser estudados para que se entenda a imagem da cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Tanto as iconografias e os relatos deste século, principalmente em sua primeira metade, tiveram um acréscimo em número pela abertura do comércio às nações estrangeiras (o que fez multiplicar o número de estrangeiros aqui), como pela chegada da família real à cidade e também devido à chegada da Missão Francesa que acabou por produzir também farto material sobre a cidade.

“Com a chegada da Corte e sucessivamente da Missão francesa, O Rio é objeto de uma nova onda de olhares maravilhados. A visão é sempre externa e também exógena. O olhar estrangeiro volta a observar e a representar a cidade segundo

uma visão romântica, onde a pujança da paisagem é argumento de prova de uma suposta harmonia entre homem e natureza.”⁶⁷

A natureza era então exaltada, a floresta, o mar e a montanha envolviam a cidade e pareciam sugerir uma completa harmonia entre homem e natureza. Embora o ideário Romântico pudesse sugerir um equilíbrio cidade e natureza, o século XIX veio trazer uma crítica à própria urbe colonial. A própria produção de iconografias do período, exemplo das pinturas feitas pelos membros da chamada Missão Francesa, parecia denunciar a arcaica estrutura urbana colonial de ruas apertadas. Edifícios coloniais distanciados em estilo, por exemplo, do neoclássico europeu.

Os hábitos urbanos de então foram também descritos em relatos e nos transmitem uma visão de ruas cheias de vendedores de mercadorias as mais variadas, grande número de negros nas ruas, enfim: um quadro que descrevia hábitos urbanos que contrastavam com os europeus.

A visão partida entre cidade e seu envoltório natural deixava para sua parte de natureza um olhar maravilhado e fascinado pelas matas, rochedos e águas; ao mesmo tempo muitos destes relatos apontavam para um quadro construído confuso, “sujo”, contrastante com a beleza natural.

*“Os viajantes dos séculos XVIII e XIX, (...), foram unânimes em destacar a diferença gritante que se verificava, àquela época, entre o magnífico quadro natural que envolvia a cidade e o acanhamento e a feiúra do seu quadro construído”.*⁶⁸

De fato temos de pensar que quando a cidade passou a ser pouso definitivo da família real portuguesa, e, poucos anos depois continuando como capital, só que do Império, se deu de forma diferente a demanda por uma imagem de cidade que viesse a corresponder a esta situação. A Corte agora era aqui. Mas esta preocupação não se traduziu em mesmo grau em um número significativo de reformas urbanas; a cidade atravessara o século XIX passando

⁶⁷ Maria Pace Chiavari. “Rio de Janeiro: de Paraíso a Narciso”. In: Machado, Denise B. Pinheiro/ Vasconcellos, Eduardo Mendes (org.) Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro. UFRJ/FAU/PROURB. 1996. pp.81-86. p.83.

⁶⁸ Maurício de Abreu. “Reconstruindo uma História Esquecida: Origem e Expansão Inicial das Favelas do Rio de Janeiro”. In: Espaço e Debates nº37, ano XIV. 1994. p.34.

por todo o período Imperial (1822-1889) e adentrando no período Republicano carregando praticamente a mesma carcaça colonial.

II.2 - A Imagem da Cidade em Crise

Temos ao longo do século XIX, além de assistir a três períodos distintos: fim da fase colonial com a presença da família real portuguesa, todo o período Imperial e início do período Republicano; a cidade do Rio de Janeiro assistindo a uma série de mudanças históricas. Junto a estas mudanças este século traz uma primeira grande crise entre a cidade do Rio de Janeiro e a sua imagem. Para entender esta crise tem-se que primeiramente contextualizá-la ao momento histórico.

O Rio de Janeiro de 1808, na época da chegada da família real tinha por volta de 60.000 habitantes, já em 1900 contava com 500.000 moradores. Ao longo do século XIX a cidade sofre uma verdadeira reordenação espacial, a lógica de crescimento e produção da forma urbana se altera, provocando alterações na cidade e discussões sobre a obsolescência do seu antigo tecido colonial. Este incremento populacional iria colocar em cheque a antiga e obsoleta infra-estrutura da cidade.

A circulação das mercadorias da cidade-porto pelas estreitas ruas de calado colonial se dava de maneira difícil; no Rio de Janeiro os serviços de esgoto eram deficientes, em algumas áreas inexistentes: os escravos, em grande parte do século XIX, carregavam nas costas barris com esgoto para serem despejados ao mar, as cidades careciam de toda uma infra-estrutura necessária a se fazer frente a um local com forte crescimento populacional, o abastecimento de água era precário.

“A presença, nas ruas, dos numerosos escravos destinados a estes serviços urbanos afastava das áreas centrais, para os subúrbios, as residências das camadas de renda mais alta, enfraquecendo significativamente, a vida urbana.”⁶⁹

Ao final do século XIX as transformações urbanas são mais notadas: há uma segregação espacial entre ricos e pobres, por bairros e por zonas de expansão. Esta segregação foi apoiada pelos meios de transporte, que permitiram que a cidade se expandisse: o bonde para a zona sul, para onde iam os mais ricos e, mais tarde e principalmente já no início do século XX, o

⁶⁹ Nestor Goulart Reis. “As Principais Cidades e Vilas do Brasil - Importância da Vida Urbana Colonial”. in: Revista Oceanos, n.41. Janeiro/março 2000. pp. 60-67. p.61.

trem para os subúrbios. Os serviços de infra-estrutura urbana foram instalados principalmente nos bairros dos mais ricos, os sobrados coloniais na região central da cidade foram desocupados pelos mais ricos tendo sido muitos deles transformados em cortiços – habitação típica de grande parte da população pobre de então, que preferia morar perto do trabalho pela impossibilidade de arcar com custos de transporte e/ou aluguel de casas nos subúrbios.

Todo este quadro veio acompanhado do surgimento de uma forte crise sanitária: na segunda metade do século XIX diversas epidemias, em particular a de febre amarela, assolam a cidade, fazendo vítimas principalmente nos bairros onde moravam os mais pobres e junto às habitações coletivas onde as condições de higiene eram mais precárias. Muitos dos ricos acabam por abandonar a região central da cidade, por exemplo indo morar em chácaras em botafogo. Quanto mais nos aproximamos do final do século XIX a crise sanitária aumenta e o incremento populacional continua acontecendo.

Enfim: a urbe estava em crise. Embora no raiar do século XIX sob olhares românticos a pequena cidade do Rio de Janeiro (60.000 habitantes em 1808) pudesse sugerir exemplo de equilíbrio entre cidade e natureza, temos que imaginar como esta cidade chega ao final do século XIX já com os seus 500.000 moradores. Chega a esta época também com uma série de desequilíbrios urbanos e urbano-ambientais que pareciam surgir de uma situação onde existia uma cidade despreparada a tal crescimento populacional.

Se fizermos aqui uma ruptura no entendimento da paisagem da cidade separando paisagem produzida por elementos naturais e pelos elementos construídos pelo homem passamos então a sentir um contraste entre natureza exuberante com um quadro construído confuso e obsoleto, ligado ao período colonial. Olhando-se a paisagem somente na pequena escala urbana da caixa de rua temos um quadro muito diferente dos grandes panoramas produzidos por alguns pintores do início e até metade do século XIX. O movimento de representação das imagens da cidade através da representação da paisagem, que na primeira metade do século XIX tentava abarcar em uma só tomada de vista a cidade e os elementos naturais produzindo uma só paisagem harmoniosa, aos fins do século XIX poderia apontar até para o descompasso entre estas duas escalas, não lhe emprestando mais harmonia em sua representação.



Charge sobre o Rio de Janeiro – Fonte: Dom Quixote, n° 69, 08/08/1896 - Biblioteca Nacional. Fonte secundária: Maurício de Abreu. “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro. IplanRio. 1997. p.61.

Charge Representando a cidade do Rio de Janeiro como uma mulher “na lama”, ao fundo Buenos Aires e Montevideo como mulheres “chics”, e a imagem do Pão-de-açúcar livre da sujeira.

A própria manutenção da Capital do país na cidade do Rio de Janeiro chegara a ser questionada, no seguinte contexto: em fins do século XIX o momento político é marcado pelo fim da escravidão e do Império e início da República. Com o próprio início do período republicano o novo governo brasileiro veio questionar se as imagens emanadas da capital do país viriam de encontro ao ideal de projeto de país que a República buscava construir. Houve até uma discussão sobre a possível transferência da capital para outro lugar, que correspondesse mais ao projeto republicano.

“Ao iniciar a consolidação institucional da República o Marechal Floriano organiza a Comissão Cruls para estudar a região do Brasil central, reservada à nova capital. Parecia estar no subliminar da nascente República a sinalização de

repúdio à cidade imperial: expressaria um certo desamor pelo Rio, considerado lugar ‘contaminado’ por conotações coloniais e dinásticas.”⁷⁰

Esta discussão acabou por perder força logo adiante, como afirma Lessa⁷¹. O Rio já era desde 1834 município neutro, desligado politicamente da província fluminense, logo descolado politicamente de um retro-território que comprometesse o desligamento político que pudesse ser desejado a uma capital. Era também uma cidade do litoral, uma opção pelo interior poderia ligar a capital a uma imagem de atraso. A pouca expressão arquitetônica do império brasileiro não deixara muitas marcas construídas que tivessem que ser suprimidas ou ofuscadas pela República. A capital então deveria ser mantida “onde” está, mas não “como” está.

Alguns interesses governamentais de ordem até mesmo nacional, como a própria atração de imigrantes⁷², vital para o desenvolvimento econômico do país, estavam sendo prejudicados pela imagem da capital de ser uma cidade pestilenta e repleta de doenças. A má fama da capital acabava por “contaminar” todo o país. A imagem de cidade suja, obsoleta em sua estrutura urbana, estava presente na cabeça do governo e de seus habitantes.

As comparações com Buenos Aires e Montevideo quanto a ser a capital mais civilizada e europeizada eram constantes na imprensa, o Rio parecia “perder” em muito nesta pseudo competição regional e Buenos Aires, com a sua Avenida de Mayo, parecia ser imbatível como “capital” da América do Sul.

A primeira década do século XX assiste a um quadro onde tanto a população do Rio de Janeiro quanto (e principalmente) as figuras dos governos local do Prefeito Pereira Passos e do governo Federal do Presidente Rodrigues Alves pensam numa mesma direção: a de se haver uma real necessidade em se mudar a imagem da cidade do Rio de Janeiro.

⁷⁰ Carlos Lessa. “O Rio de Todos os Brasis – Uma Reflexão em Busca de Auto-estima”. Rio de Janeiro. Editora Record. 2000. p.183.

⁷¹ Ibidem p.187.

⁷² Rachel C. M. da Silva Carvalho. “The Urban Renewal Plan for Rio de Janeiro under Pereira Passos: 1902-1906”, Dissertação de Mestrado, Cornell University, Ithaca, 1984.

II.3 - A Construção da Imagem e a Paisagem (Modernidade/Passos/Exposições/ Semana de 22/Os anos 20)

Estava formado um quadro propício a que o Estado interviesse ao promover profundas alterações no espaço da cidade. O viés higienista/sanitarista muito foi usado para justificar estas alterações de caráter espacial que deveriam mais do que tudo contribuir para transmutar a imagem da cidade e colocá-la em consonância com a imagem desejada pelo governo. O Rio de Janeiro como capital da jovem república deveria representar um Brasil moderno⁷³, e não um Brasil arcaico, ligado ao período colonial e a suas formas e estruturas (mesmo as urbanas).

O viés higienista, na verdade, ocultava outras idéias como a de “limpar” o centro da cidade da presença de pobres e ex-escravos, expulsando-os para outras áreas, retomando o centro da cidade para as classes mais favorecidas. No Rio de Janeiro em particular, as habitações coletivas foram atacadas por medidas sanitaristas que fechavam ou mesmo demoliam estas habitações, o que viria a agravar uma deficiência habitacional para os mais pobres e, logo a seguir na virada do século XIX para XX, fomentar o surgimento de um então novo elemento na cidade: a favela.

“A destruição dos quadros urbanos do Período Colonial se colocou como um objetivo político prioritário, que por um lado correspondeu à construção de um cenário de modernidade⁷⁴ e, por outro, à expulsão dos antigos escravos das áreas centrais e sua retomada, com sentido simbólico, pelos setores socialmente dominantes”⁷⁵.

Na primeira década do século XX temos as reformas urbanas empreendidas na época do prefeito Pereira Passos, apoiadas no ideário positivista e tendo como diretrizes o sanitarismo e principalmente a modernização da capital. Estas reformas fazem verdadeiras cirurgias na cidade: o aterro de linhas de costa vem atender a uma pressão por busca de novas áreas de frente ao mar livres da atividade portuária. O Rio de Janeiro tem que ser dotado de espaços que sejam representativos das atividades comerciais e relativos a ser uma capital de país. A

⁷³ Entende-se modernidade aqui não como movimento moderno que iria deixar suas marcas no país principalmente a partir da semana de 22, mas sim como um primeiro movimento expressivo e dirigido para aproximar o país do dito à época “mundo europeu civilizado”.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ Nestor Goulart Reis. “As Principais Cidades e Vilas do Brasil - Importância da Vida

imagem de capital desejada muito é buscada através da construção da paisagem, alterando-se a cidade.

“O projeto do Rio para a cidade-passaporte do ingresso brasileiro na civilização seria construído com o Progresso, sob o comando da Razão e da Ciência. O umbral da entrada no Brasil na modernidade seria o Rio, desde que radicalmente modificado em seu corpo físico, urbanístico e arquitetônico, com sua população fecundada pelos fluxos imigratórios e sua cultura renovada pela absorção integral do mundo francês.”⁷⁶

Neste quadro destaco o ato de abertura da Avenida Central que sintetiza na sua execução toda a nova lógica de se produzir forma urbana naquele período. O rasgo reto, “positivo” na afirmação de seu traçado, unindo as partes norte e sul do antigo tecido urbano conformado à época colonial pretendia arejá-lo e livrá-lo da sua sufocação e de seus miasmas, dar ao velho tecido colonial a possibilidade da circulação de pessoas e mercadorias e dotar a cidade do Rio de Janeiro de um *boulevard* que pudesse fazer frente à Avenida de Mayo em Buenos Aires e até que estivesse à altura de similares europeus.

Um concurso de fachadas foi feito pelo poder público, a construção dos edifícios foi fiscalizada de perto e executada em um curto espaço de tempo. A própria divisão dos lotes foi controlada e suas propriedades foram dirigidas a capitalistas que pudessem erigir prédios que espelhassem a grandiosidade da avenida. O ecletismo francês que muito influenciou o estilo dos prédios da avenida ao lado de soluções neoclássicas, neobarrocas, etc... pode ainda hoje ser visto no Teatro Municipal. Igualmente francesa foi a influência pela escolha dos materiais, em alguns prédios mesmo quando da falta de algum material que se queria usar (geralmente em se tratando de materiais que precisariam ser importados da Europa e por isso mesmo mais caros) chegou-se a praticar mesmo um certo “mimetismo”: a reprodução de alguns padrões de mármore através de pinturas, por exemplo, tentava através de um recurso caprichado aproximar a cópia do modelo.

Urbana Colonial”. in: Revista Oceanos, n.41. Janeiro/março 2000. pp. 60-67. p.61.

⁷⁶ Carlos Lessa. “O Rio de Todos os Brasis – Uma Reflexão em Busca de Auto-estima”. Rio de Janeiro. Editora Record. 2000. p.191.



Avenida Central e Teatro Municipal. 1910. Foto: Marc Ferrez. 1910. Coleção Gilberto Ferrez. Fonte secundária: José Inácio Parente/Patrícia Monte-Mór (org.). "Rio de Janeiro: Retratos da Cidade". Rio de Janeiro. Interior Produções. 1994. 174p. p.70.



Avenida Central. 1910. Foto: Marc Ferrez. 1910. Coleção Gilberto Ferrez. Fonte secundária: José Inácio Parente/Patrícia Monte-Mór (org.). "Rio de Janeiro: Retratos da Cidade". Rio de Janeiro. Interior Produções. 1994. 174p. p.71.

Não se podia descuidar de um detalhe importante: as pessoas. De nada adiantava se ter uma avenida européia com um povo maltrapilho. O poder público logo proibiu diversos hábitos urbanos e os coibiu, principalmente nestes espaços representativos de modernidade: a venda de alimentos por ambulantes e em quiosques (e os próprios quiosques), vendedores de loteria, carnaval e capoeira. Alguns destes hábitos foram tolerados em espaços como a Praça XI, espaços onde poderiam ser destinados aos usos “sujos” do espaço urbano.

Passear pela Avenida Central, ou “fazer a avenida”⁷⁷, passou a ser um hábito cultivado pelas elites: vestidas por roupas européias, muitas das vezes inadequadas ao clima tropical, as pessoas mais abonadas poderiam quase se sentir na Europa. Foi-se mandado até mesmo importar pardais, para que estes passarinhos pudessem compor aqui, tal como na França, o cenário urbano. O espaço urbano “civilizado” poderia mesmo servir com didatismo a que o povo observasse os novos “bons hábitos” impetrados no espaço urbano e que estes pudessem servir como referência de comportamento.

Quanto às intervenções urbanas o padrão Haussmanniano da época Passos se estendeu por muitas áreas da cidade com o alargamento de ruas, abertura de novas ruas rasgando tecido urbano, novas proposições de ruas, arborização mais presente no tecido urbano e aberturas de vias litorâneas conjugadas com jardins. Não podemos esquecer que algumas destas intervenções, principalmente as ligadas à remodelação do porto tinham caráter de intervenção federal.

Deve-se ressaltar, como já foi dito no Capítulo I deste trabalho, que a criação de cenários modernizantes nos primeiros anos do século XX se deu principalmente nos espaços que tivessem uma forte vocação como espaços de representação coletiva e que por isso pudessem emanar uma imagem de cidade forte o suficiente para dar conta da representação da imagem da cidade como um todo: exemplo de algumas áreas do centro da cidade e zona sul. Muito embora a cidade pudesse continuar tendo em muitas de suas outras áreas aspectos que pudessem denunciar esta situação, mas que não viessem a repercutir na imagem da cidade em sua totalidade.

⁷⁷ Ana Maria Mauad. “Flagrantes e instantâneo: Fotografia de Imprensa e o jeito de ser da Belle Époque”. In.: Lopes, Antônio Herculano (org.) *Entre Europa e África – A Invenção de Carioca*. Rio de Janeiro. 2000. Fundação Casa de Rui Barbosa. Topbooks. pp.267-288. pp.275.

*“Com as reformas, os brasileiros podem afirmar: Somos civilizados, construímos no trópico uma Paris com perfeita iluminação pública, com uma adequada rede de transporte coletivo eletrificado e dispomos de uma paisagem tropical única. Afastamos as endemias – exceto aquelas como tuberculose, que atingem até os parisienses-, apagamos os vestígios da atrasada cidade colonial. Somos uma cidade européia com os benefícios da modernidade. O Rio é a Paris dos trópicos. O Rio é até superior a Buenos Aires, que está numa faixa temperada”.*⁷⁸

A construção de uma paisagem urbana que em termos de imagem correspondesse a uma imagem de país moderno foi muito perseguida a partir do período Passos, vamos falar um pouco mais do que me refiro como moderno, balizando este termo para que não se confunda com o movimento modernista.

Os termos *modernização*, *modernidade* e *moderno*, povoavam os mais diferentes discursos na virada dos séculos XIX e XX e na primeira década do século XX, se fôssemos destacar estes discursos e analisá-los procurando significados em comum para estes termos, em todos eles poderíamos sim achar alguns pontos em comum⁷⁹:

*“Na diversidade dos discursos (...) uma unanimidade se impõe: ser ‘moderno’ significa viabilizar uma nova ordem presidida pelos valores do progresso e da civilização. (...) ser moderno é romper com o atraso colonial, é buscar ser igual à Europa”.*⁸⁰

O certo é que as transformações empreendidas durante o período Passos conseguiram se apoiar num consenso de toda a população que era necessário mudar a imagem da cidade. Quando isto começa a acontecer e as transformações urbano-paisagísticas se concretizam muito muda também do imaginário da população sobre a cidade que habita:

“As transformações criam uma expectativa povoada de imagens oníricas. Ao Progresso se atribui o poder carismático de realizar sonhos, desde sempre

⁷⁸ Carlos Lessa. “O Rio de Todos os Brasis – Uma Reflexão em Busca de Auto-estima”. Rio de Janeiro. Editora Record. 2000. pp.207-208.

⁷⁹ Usarei aqui uma análise de discursos empreendida por Margarida de Souza Neves, in: “As Vitruines do Progresso. O Brasil nas Exposições Internacionais”. Rio de Janeiro. 1996. PUC/Finep. pp.17.

⁸⁰ Ibidem pp.17.

*insatisfeitos. A ilusão nascida nos descobridores de enfim ter encontrado o lugar ideal, onde seria possível edificar uma nova sociedade, volta a tomar corpo. Na opinião pública nunca foi tão sentida e manifestada a tensão entre cidade real e cidade ideal. A cidade vira o centro das atenções, o imaginário social toma conta dela”.*⁸¹

Neste momento, quando as transformações urbanas fazem a cidade mudar a cada dia, surge a oportunidade de se realizar uma Exposição que viria ser em 1908 para se comemorar os 100 anos de abertura dos portos brasileiros. Foi encontrado nesta data a ser comemorada o pretexto para uma grande celebração da nova roupagem da cidade e da nova imagem emanada pela cidade do Rio e por consequência do país, isto após tantas interferências e construção de verdadeiros cenários de modernidade.

Outras exposições já tinham sido realizadas na cidade como a Exposição Nacional de 1861 ainda na época imperial, porém com pouca ligação ao urbano e à cidade do Rio de Janeiro. Em 1900, já no período republicano, realizou-se a Exposição Artístico-Industrial Fluminense, com caráter local e pouco voltada para a promoção da (boa) imagem da cidade.

Estas exposições estavam contextualizadas dentro de uma lógica internacional, já um pouco mais antiga na Europa, de exposições nacionais ou internacionais (às vezes chamadas de universais). Geralmente empreendidas nos países mais desenvolvidos do ocidente elas serviam como espaços de lazer educativo-didático às massas (como os parques podiam ser vistos também à época) e templos de exaltação dos avanços da indústria e da técnica, assim como do progresso de cada país⁸². Podemos citar algumas das grandes Exposições Universais como as de Londres (1862), Viena (1873) e Paris (1889). Precediam as exposições Universais as Exposições Nacionais, como se fossem preparatórias.

A Exposição Nacional de 1908 no Rio de Janeiro de certa forma é uma das preparatórias para a grande Exposição do Centenário do Brasil, em 1922, de caráter internacional.

⁸¹Maria Pace Chiavari. “Rio de Janeiro: de Paraíso a Narciso”. In: Machado, Denise B. Pinheiro/ Vasconcellos, Eduardo Mendes (org.) Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro. UFRJ/FAU/PROURB. 1996. pp.81-86. pp.85.

⁸² para saber mais sobre exposições ver: Margarida de Souza Neves. “As Vitrines do Progresso. O Brasil nas Exposições Internacionais”. Rio de Janeiro. 1996. PUC/Finep.

“Comemorativa do centenário de abertura dos portos, a grande exposição funciona como um reforço à imagem da cidade moderna e saneada.”⁸³

“Exposição e grande avenida são homólogas. Celebram e expandem o modo de vida burguês, oferecem ao mundo uma imagem vendável do Brasil, que ingressa no mundo civilizado...”⁸⁴

Os pavilhões para a exposição de 1908 foram montados na entrada da Urca, que teve seu aterro ampliado para tal. Acabou por ser eficaz no que diz respeito ao reforço da imagem de capital civilizada, moderna e saneada, de um país rumo ao progresso. O papel do Estado acabou por ser destacado como o de ser o principal empreendedor e responsável por estes êxitos.

A Exposição do Centenário do Brasil em 1922 atua como sendo um momento de reafirmação de todas estas conquistas, reforçando a imagem de país civilizado a passos largos para o progresso. Por ser uma exposição internacional o caráter de espetáculo e grandiosidade acabou por ser mais enfatizado ainda, era como se o triunfo da Exposição de 1908 tivesse que ser amplificado.

Grande área junto ao centro da cidade foi criada com o desmonte de quase totalidade do morro do Castelo, a grande esplanada foi em parte ocupada pelos pavilhões, o evento conseguiu mesmo suplantar a exposição de 1908 em grandeza e brilho. Isto apesar de acontecer num mundo do pós-guerra, onde algumas ilusões pudessem se encontrar arranhadas.

Como toda exposição realizada anteriormente no Brasil foi exaltada a prodigiosidade de nossa natureza, porém nesta, mais que em todas as outras, foi destacado que de nada adiantava se ter uma natureza prodigiosa se a ela não agregarmos a cultura, como agente transformador e por meio do trabalho poderíamos levar a natureza a lugares nunca antes imaginados exaltando a civilização brasileira.

⁸³ Annateresa Fabris. “Fragmentos Urbanos – Representações Culturais”. São Paulo. Studio Nobel. 2000. pp.27.

⁸⁴ Ibidem pp.30.

Aliás, se formos tratar do período entre as exposições de 1908 e 1922 poderemos ver algumas alterações importantes na cidade do Rio de Janeiro, no que se refere à sua imagem e à própria auto-imagem do carioca. Neste período o carioca parece ter reencontrado consigo próprio, pois fora possível fazer da sua cidade e em sua cidade o sonho de civilização tão almejado, que às vezes no passado parecera distante ou até mesmo impossível, muitas eram as teorias (com sabor científico) que apontavam para a impossibilidade desta realização. Se quiséssemos ir mais fundo poderíamos mesmo explorar o quanto isto ajudou a formar a própria identidade do carioca, ou mesmo do brasileiro, por extensão.

Neste período, a cidade saneada, embelezada e modernizada abriu espaço para que surgisse o termo ‘Cidade Maravilhosa’:

“O mito do Rio de Janeiro como Cidade Maravilhosa foi adotado pelos brasileiros após o nihil obstat dos franceses. A neta de Victor Hugo, Jeanne Catulle Mendes, em 1912 publicou Rio: la Ville Marveilleuse. Coelho Neto em 1908 já havia utilizado o qualificativo (...)”⁸⁵

Longe geograficamente dos conflitos da Primeira Guerra Mundial a cidade atravessa a segunda década do século XX. O período Passos fica para trás, porém deixa na cidade o germe da reforma urbana e as transformações continuam a acontecer na cidade, agora pelas mãos de outros administradores. De qualquer forma estabelece-se no Rio de Janeiro uma idéia que por meio de reformas urbanas e produção de paisagem, que eram mais do que tudo a produção de cenários de modernidade, se poderia alterar a imagem da cidade e do país e influir até mesmo na auto-estima de seu povo, empurrando-os para o caminho da civilização e do progresso.

Embalados nesta mesma idéia chegam os anos 20, porém neste momento as intervenções urbanas apresentam um caráter diverso do das duas primeiras décadas do século, marcadas por intervenções aos moldes da administração Passos:

⁸⁵ Carlos Lessa. “O Rio de Todos os Brasis – Uma Reflexão em Busca de Auto-estima”. Rio de Janeiro. Editora Record. 2000. pp.211.

*“Em Passos, o que se faz é abrir ruas, praças, alargar avenidas, constituir um rígido código de posturas, regulamentando o uso do espaço urbano, mas não há uma concepção global deste processo. (...) O que há são intervenções pontuais e localizadas na malha urbana, orientadas pelos princípios do higienismo e da ciência positiva”.*⁸⁶

*“Os anos 20 romperiam com esta postura, transformando o olhar sobre a cidade, passando de uma análise meramente estética/espacial para uma leitura social/moral da mesma. Assim se começa a pensar a cidade como organismo, como um todo que precisa ser estudado globalmente por homens capacitados pela técnica e legitimados pela racionalidade da ciência.”*⁸⁷

Neste contexto as autoridades e sociedades de classe se articulam para que os problemas urbanos passassem a ser vistos e resolvidos de forma mais ampla, agregando toda a complexidade de muitas facetas não exploradas na época Passos como a questão do tráfego de automóveis, que com o passar dos anos passou a ser um dado novo a ser considerado nas intervenções urbanas. Esta articulação acabou por consolidar o pensamento urbanístico no Brasil e deu condições para o convite de Alfred Agache para elaboração de seu plano, concluído em 1930 e talvez só não amplamente aplicado devido à mudança de regime neste mesmo ano.⁸⁸

Voltando ao início dos anos 20 não podemos deixar de falar da Semana de Arte Moderna de 1922. Apesar de São Paulo parecer ter sido o local da vanguarda da modernidade brasileira temos que pensar como as idéias modernistas aconteceram no Rio de Janeiro e como contribuíram para a produção da imagem e da paisagem na cidade. Poderia se fazer aqui novamente uma distinção entre idéias modernistas e os conceitos de moderno e modernização tal qual já foi feita quando foi falado do período Passos, esta distinção já feita anteriormente dispensa maiores comentários.

⁸⁶ Denise Cabral Stuckenbruck. “O Rio de Janeiro em Questão: o Plano Agache e o Ideário Reformista dos Anos 20”. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1996. pp.20.

⁸⁷ Ibidem pp.22.

⁸⁸ Ibid. pp.25.

O fato é que em se tratando de produção de: paisagem, forma urbana e arquitetura as idéias modernistas através de seus aplicadores que poderíamos reunir num “grupo” de discípulos do “movimento moderno” iriam atuar sobre a cidade do Rio de Janeiro mais a partir dos anos 30. Não que as idéias modernistas não estivessem já circulando, mas acabaram por tomar ainda algum tempo para se articularem e partirem para a prática e até mesmo caírem no gosto do Estado. Antes da aplicação em maior escala as idéias modernistas já apontavam para a necessidade do país buscar caminhos próprios, originais, livre do eurocentrismo. A construção da idéia de país, sua imagem, sua identidade, tudo isto foi muito discutido nos anos 20.

O nacionalismo ganha força no país, isso transparece na Exposição do Centenário da Independência de 1922 quando grande exaltação foi feita ao caráter nacional. A cidade nos anos 20 acabou por ser consagrada como o local ideal para a construção da modernidade. A associação de idéias entre praticar a urbanização como criação de meios para a modernização toma mais força. O Rio de Janeiro como capital federal, emblemático na representação da imagem da nação, acaba por ver na urbanização o reforço do seu papel de espaço de representação e afirmação do caminho que a pátria tinha escolhido: o da modernidade e do progresso.

Nos anos 20 as sucessivas intervenções urbanas que a cidade veio a sofrer acabaram por ser orientadas na mesma direção: a produção de paisagem urbana visando o embelezamento, saneamento e modernização da cidade, tal qual poderiam estar orientadas nas duas primeiras décadas do século XX. A questão que se coloca é que embora este possa ser um novo momento, pareceu ter se cunhado já no início do século vinte um modo específico de se promover a imagem do país e de sua capital e de afirmação de seu progresso via construção de paisagem.

Podemos verificar a esta época uma estreita relação entre imagem da cidade e paisagem. Para isso podemos destacar como exemplo a relevância que assume e a grande quantidade de vezes em que a paisagem aparece quando da representação da imagem da cidade. E aparece como elemento preponderante de representação em objetos tradicionalmente usados para se representar a imagem de uma cidade, tais como: postais, fotografias, toda a sorte de material iconográfico, passando por objetos de *souvenir* e até mesmo em relatos sobre a cidade.

“A paisagem, (...), marca de identidade da cidade e do país, (...), assumiu nas primeiras décadas do século XX a função de suporte deslumbrante da ordem e do progresso, e foi mil vezes reproduzida em fotografias, postais, selos, gravuras, bandejas de asas de borboleta, caixas, broches, relógios, e uma miríade de objetos os mais variados que através dela representavam a cidade-capital e, portanto, o país.”⁸⁹



Selos Comemorativos – 1º Centenário da Independência: A mais bela cidade do mundo, c.1922; coleção Elycio de Oliveira Belchior. Fonte secundária: Margarida de Souza Neves. “A Cidade e a Paisagem”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.20-31. pp.30.

Temos aqui alguns selos comemorativos onde a cidade do Rio de Janeiro é representada por sua paisagem, ao título em francês: “La plus belle ville du monde”.

Este momento pareceu consolidar e ser a semente (ou gênese) para que se trouxesse até mesmo aos dias de hoje um padrão de representação da imagem da cidade que muito conta com a paisagem, e muito conta também da paisagem. Caberia, ainda dentro desta questão, situar a natureza. Nesta manipulação de imagens via produção de paisagens: o quê da natureza se retirou como ingrediente para se produzir esta paisagem? O lugar da natureza e dos elementos naturais como: o mar, as rochas, a floresta será explorado no capítulo seguinte. Procurará se encontrar o papel da natureza neste processo de construção/produção da paisagem.

⁸⁹Margarida de Souza Neves. “A Cidade e a Paisagem”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.20-31. pp.30.

Capítulo III - Paisagem e Natureza

Este capítulo do trabalho procurará buscar o lugar da natureza e de elementos naturais como as montanhas, águas e florestas no processo de construção da paisagem carioca, principalmente no período temporal de enfoque principal deste trabalho que é o da Primeira República (1889-1930), estendendo-se a outros períodos quando isto for conveniente ao entendimento da questão.

Para tanto, este processo de construção da paisagem será entendido como sendo um processo de construção cultural e histórica. O papel da natureza, da mesma forma, tentará ser entendido dentro deste processo levando-se em conta o caráter cultural e histórico que ele possa ter, caráter este que pode ser distinto de época para época.

III.1 - As Intervenções Urbanas e a Paisagem

O termo construção de paisagem, no sentido que quer se propor aqui, é algo muito mais complexo e amplo do que simplesmente o de se intervir na forma urbana e no meio físico. Se formos entender esta construção como sendo um processo cultural vivo e dinâmico através da história poderíamos até imaginar que dois observadores diferentes, impregnados de experiências histórico-culturais diferentes pudessem interpretar uma mesma forma urbana de maneira diversa e com isso “construir” com seus olhares duas paisagens diferentes.

Porém, no decorrer deste estudo, farto material bibliográfico foi encontrado sobre as intervenções urbanas ou projetos de intervenção urbana (às vezes executados, às vezes não) do qual o Rio de Janeiro foi objeto de estudo durante sua história, este material acaba por ser elemento interessante para a análise do processo de construção da paisagem e não poderia ser desprezado. O que se intentará é enxergar além da mera intervenção urbana formal e ver a construção da paisagem por detrás deste processo, e dentro desta construção da paisagem situar a natureza.

O ato de se construir paisagem seria: ou do agente governamental, ou da população, ou do arquiteto/urbanista propositor de algum plano, às vezes mais de um destes agentes. De qualquer forma seria o ato de construir paisagem daquele que deitasse os olhos sobre esta paisagem e nela situasse a natureza. Vamos discutir então alguns momentos onde houve intervenções urbanas ou projetos de intervenções urbanas e fazer um pequeno exercício para ver como a natureza foi situada dentro da construção de paisagem que se buscou em cada um deles.

III.1.1 - Século XIX

Não vamos voltar muito no tempo para nossa análise, vamos começar no século XIX onde temos o fim do período colonial e todo o período imperial (1822-1889). A produção de forma urbana no século XIX não se deu de forma tão intensa quanto no início do século XX, de qualquer forma a partir da chegada da família imperial em terras cariocas a cidade começa a sofrer uma série de intervenções em seu espaço urbano.

Embora o país tivesse iniciado a sua modernização⁹⁰ em meados do século XIX com o fim do tráfico negreiro, esta modernização não se traduziu em tantas reformas e melhorias urbanas, especialmente na produção de espaço público, exceções a isto temos: a reforma do Passeio Público em 1862, Largo do Paço 1875, Quinta da Boa Vista em 1876 e os jardins do Campo de Santana, projetados por Glaziou com reforma concluída em 1880.

O incremento populacional progressivo que a cidade veio a sofrer durante toda a segunda metade do século XIX fez pedir que se realizassem melhorias urbanas. O aumento dos casos de doenças no perímetro urbano situava os problemas urbanos como casos de saúde pública. Em 1874 uma Comissão de Melhoramentos foi instituída pelo governo imperial, um ano após, em 1875, elaborou um relatório onde já apontava a sugestão de modificações que deveriam ser feitas no corpo físico da cidade. Apesar da necessidade de melhorias urbanas e também devido ao seu alto custo estas idéias de urbanização acabaram por ser engavetadas. Pereira Passos participou desta Comissão, mas suas idéias de “Hausmannização” da cidade só vieram ser aplicadas quando chegou ao poder como prefeito do Rio de Janeiro (1902-1906).

Outro fator que poderia contribuir para o não fomento à urbanização no século XIX seria o próprio ideário romântico que tão ativo e presente no período imperial não valorizava a urbanização como ponto essencial a ser buscado na construção da nação brasileira.

“Os mitos românticos ligados à fundação da brasilidade valorizaram o território nacional, a natureza tropical e o índio pré-cabralino. Não Olharam

⁹⁰ O termo “modernização” já foi explanado no capítulo II deste trabalho.

para o urbano. O Romantismo postulou o resgate da natureza. O bucólico era valorizado⁹¹.”

Apesar do romantismo exaltar a natureza isso não se traduzia necessariamente em uma construção de paisagem que incorporasse de maneira consciente ou sistemática nem mesmo os elementos naturais mais significativos em termos paisagísticos como as grandes rochas de granito, as massas verdes ou mesmo o mar. Para se enfatizar: no século XIX não havia construção de paisagem que de maneira sistemática incorporasse os elementos mais significativos do sítio geográfico.

O próprio desfrutar da natureza era muito feito a esta época em excursões ao alto do Corcovado, ao alto da Tijuca, *pic-nics* à beira-mar onde se pudessem receber ao ares salitrados e sadios do oceano. Era comum entre a rica sociedade, que chegava até a evitar os parques para não se misturar com os mais pobres, que se apreciasse a natureza em seu estado *in natura*. Muitos destes hábitos eram “importados” do estrangeiro como os próprios *pic-nics*. De qualquer forma a natureza não parecia estar inscrita “dentro” da cidade e com ela formar uma mesma paisagem. Para se ter contato com a natureza deveria se excursionar para “fora da cidade”.

O bucólico poderia dispensar a inscrição na cidade dos aspectos naturais na construção da paisagem. Não só isso: a rua parecia ser o mais importante na própria produção da cidade. A valorização dos elementos naturais na produção da paisagem parecia ser algo ainda tateado pelos “produtores de paisagem” do século XIX. Algumas exceções poderiam ser feitas para o próprio Passeio Público, que já no século XVIII era um verdadeiro balcão que se debruçava sobre o mar e a paisagem da baía e que já levava em conta no jogo paisagístico criado a dimensão dos elementos naturais.

“É verdade que, entre a boa sociedade do Rio de Janeiro, a valorização das vistas da cidade ainda não se havia imposto (no séc. XIX), e muitos palacetes fossem construídos de costas para o mar, como é o caso do solar urbano do barão de Nova Friburgo, que depois de ser presidencial é hoje o Museu da

⁹¹ Carlos Lessa. “O Rio de Todos os Brasis – Uma Reflexão em Busca de Auto-estima”. Rio de Janeiro. Editora Record. 2000. pp.148.

República, cuja fachada se abre para a rua do Catete, deixando os fundos para a enseada do Flamengo.”⁹²

Outro exemplo de construção de paisagem muito apreciado no século XIX que poderia denunciar um procedimento aparentemente alheio ao sítio paisagístico peculiar da cidade do Rio de Janeiro seria o da construção dos parques, exemplificando-se pelo Campo de Santana com sua reforma feita por Glaziou e concluída em 1880.

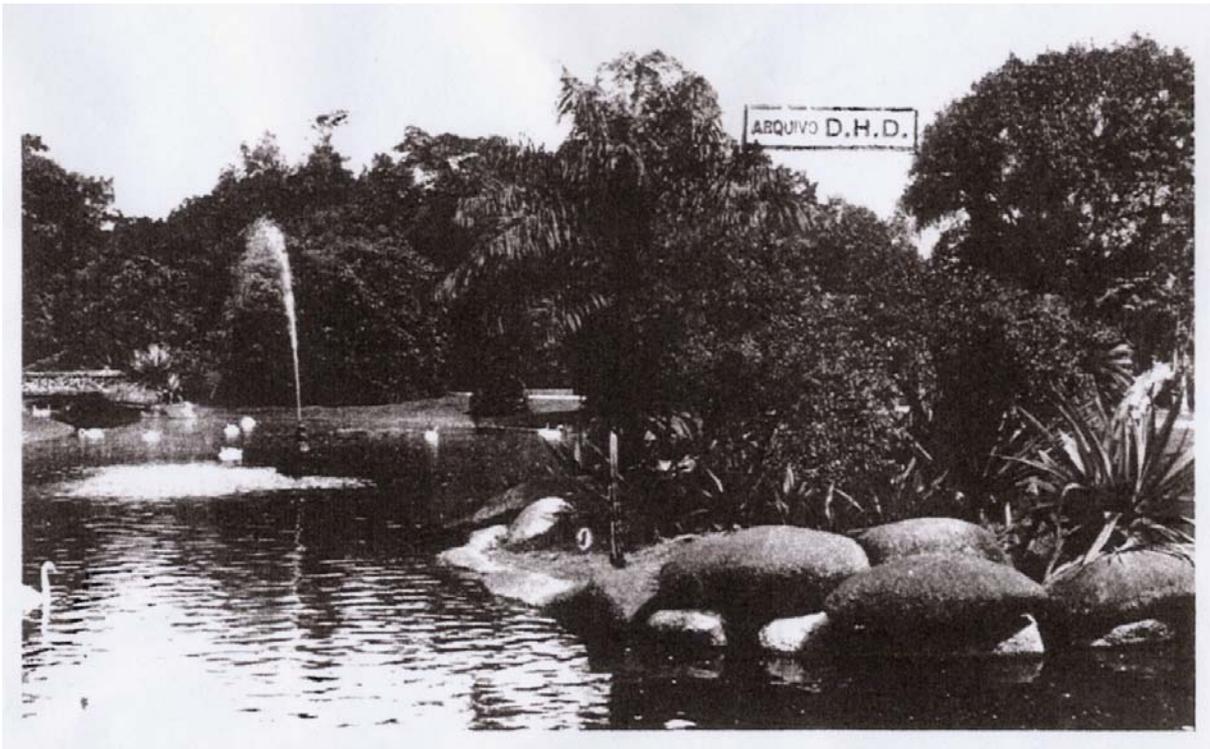
*“Auguste François Glaziou, botânico e arquiteto paisagista francês, britanizou o Campo de Santana, transformado em miniatura do Bois de Boulogne entre 1873 e 1880. O campo ganhou grutas, cascatas e caminhos sinuosos: um jardim europeu “natural” no meio de uma cidade tropical, exuberante por natureza”.*⁹³

*“O Parque seguia sem dúvida o caminho dos jardins ingleses, como indica a construção de cascatas e rochedos artificiais, onde mais do que a beleza natural procurou-se imprimir a beleza pitoresca. Um jardim “mais natural” que o francês, o jardim das paisagens comportava estes artifícios, com suaves curvas sinuosas e uma paisagem “selvagem” que imitasse a natureza. O conceito de “pitoresco” é um termo de forte conotação do ponto de vista semântico, de pintura, e é formado na mesma matriz que ‘landscape’, que designa a pintura de uma paisagem”.*⁹⁴

⁹² Margarida de Souza Neves. “A Cidade e a Paisagem”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.20-31. p.27.

⁹³ Jeffrey Needell. “Belle Époque Tropical”, São Paulo. Cia. Das Letras. 1993. p.53.

⁹⁴ Claudia Heynemann. “Floresta da Tijuca: Natureza e Civilização no Rio de Janeiro – Século XIX”. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura.. Biblioteca Carioca. 1996. 196p. p.163.



Campo de Santana. Foto de Augusto Malta. Cerca de 1910 / Arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro. Fonte secundária: Mario Ceniuel. “Paisagem e Configuração Espacial no Rio de Janeiro: os Espaços Livres Urbanos no Século XIX”. In: Revista Paisagem e Ambiente (Ensaios) – Número 8. São Paulo. Editora FAU-USP. 1995. pp. 233-275. p. 265.

O Campo de Santana poderia ser o exemplo de como os elementos naturais de forte apelo paisagístico na cidade do Rio de Janeiro como as grandes rochas, o mar e as matas poderiam ficar de fora deste tipo de construção de paisagem. Elementos naturais são recriados, às vezes artificialmente em cimento como algumas grutas e contornos de rochas, delimitados por grades ou por muros como eram os limites dos parques; e dentro deste espaço limitado, fechado em si, poderia se apreciar uma paisagem pitoresca, simulacro de dominação e limitação da própria natureza.

Aliás, o aspecto de se dominar a natureza pelo domínio da silvicultura, pelo tratamento paisagístico e até pelo seu uso pragmático era uma preocupação corrente no Brasil do século XIX⁹⁵. Na cidade do Rio de Janeiro isso pôde se traduzir, por exemplo, em proposições para que através de replantios e plantios de árvores a floresta da Tijuca interpenetrasse na cidade, formando-se assim um novo padrão de ruas e de relação cidade-floresta que justificaria o replantio da floresta para além das razões de escassez de água potável que já conhecemos.

⁹⁵ Ibidem p.163.

De qualquer forma e apesar destas proposições, em grosso modo, o século XIX termina e a cidade é constituída majoritariamente ainda por estreitas vielas a modo do tempo colonial, uma estrutura inadequada para a cidade de perfil comercial-mercantil que crescia vertiginosamente em número de habitantes e era a capital do país. Estrutura urbana inadequada tanto pela dificuldade de se circular com mercadorias quanto pessoas; estrutura esta ligada muitas vezes a causas de doenças que afligiam a cidade já que dificultaria a circulação também do ar (como se pensava à época) e a promoção da higiene. Enfim: um cenário na escala da rua que se apresentava além de inadequado também obsoleto e sujo e muito contrastava com a beleza dos atributos naturais que envolviam a cidade.

III.1.2- Início do Século XX (até 1930)

O século XX traz novidades para a fisionomia da cidade, logo já em sua primeira década o Rio de Janeiro é objeto de uma série de transformações urbanas. Diversas reformas urbanas foram empreendidas quando da administração do Prefeito Pereira Passos (1902-1906), elas estavam previstas no plano de nome: “Embelezamento e Saneamento da Cidade”. Na verdade este plano é uma reformulação do Plano de Melhoramentos de 1875⁹⁶, do qual Pereira Passos, que já tinha sido anteriormente discípulo de Haussmann, havia participado de sua elaboração ainda na época Imperial.

Se na época Imperial as reformas urbanas não puderam ser aplicadas, no início do século XX encontram-se as condições para isso, inclusive as políticas, para que elas sejam postas em prática com nova leitura. O projeto republicano de dotar o país de uma capital moderna, a *la Paris*, saneada e embelezada, imagem-espelho da grandiosidade da nação e pronta para atrair imigrantes encontrou no momento da eleição de Rodrigues Alves para a Presidência o seu momento de realização.

O governo federal se responsabilizou por algumas das obras que mudaram a fisionomia da cidade na primeira década do século XX, o porto talvez seja o maior exemplo disso. O capital federal também foi aplicado na abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), canalização do canal do Mangue e arrasamento do morro do Senado.

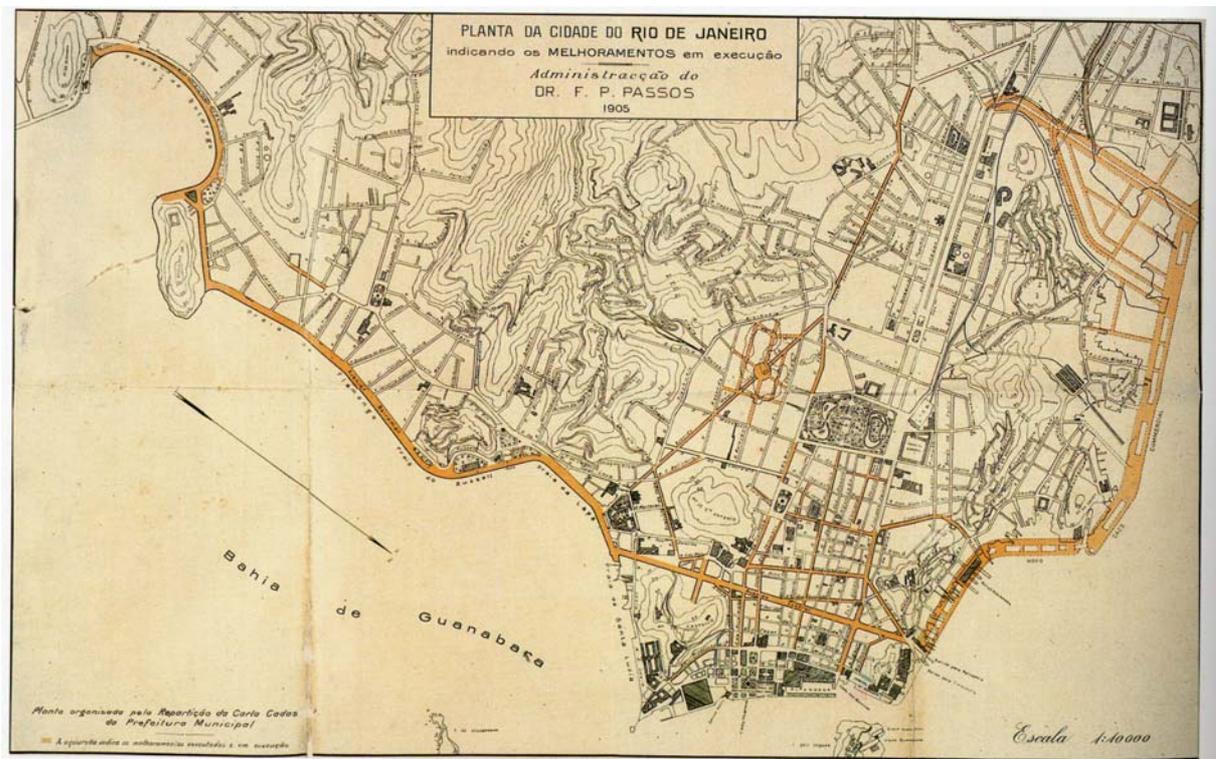
O prefeito Pereira Passos, ao incluir muitas destas remodelações urbanas em seu plano de “Embelezamento e Saneamento da Cidade”, acabou por levar a fama pela realização destas obras, embora o capital para estes empreendimentos pudesse muitas vezes ter outra procedência que não a do governo local⁹⁷. De qualquer forma as realizações do governo local foram bem abrangentes indo além das já anteriormente citadas. Foram abertas as Avenidas e Ruas: Salvador de Sá, Estácio de Sá, Francisco Bicalho, Marechal Floriano, Visconde de Inhaúma, Atlântica, Beira-mar. Fez-se também o Túnel do Leme, obras de higiene e obras

⁹⁶ Maria Cristina da Silva Leme (org.) Urbanismo no Brasil – 1895 – 1965. São Paulo. Studio Nobel. FAU/USP. FUPAM. 1999. 600p. p.358.

⁹⁷ Rachel C. M. da Silva Carvalho. “The Urban Renewal Plan for Rio de Janeiro under Pereira Passos: 1902-1906”, Dissertação de Mestrado, Cornell University, Ithaca, 1984.

diversas no: Passeio Público, Praça XV de Novembro, Praça São Salvador, Praça Tiradentes, Largo da Lapa, etc...⁹⁸

*“O plano tem como objetivo dar maior fluidez ao tráfego nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, substituir as vielas por ruas arborizadas, promover melhores condições estéticas e higiênicas para as construções urbanas, sanear, embelezar. As avenidas constituem o instrumento principal do plano, destinado a transformar a capital da República em uma cidade moderna”.*⁹⁹



A Cidade do Rio de Janeiro e os Melhoramentos da Reforma Passos. Autor: anônimo. Fonte secundária: FERREIRA DA ROSA, Francisco. Rio de Janeiro. Edição Oficial da Prefeitura, 1905. Impressão a cores sobre papel, 45 X 69 cm. *Apud*: CZAJKOWSKI, Jorge. (org.) “Do Cosmógrafo ao Satélite – Mapas da Cidade do Rio de Janeiro”. Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. julho 2000. p.68.

Muitas das avenidas obedeceram ao padrão Haussmanianno de rasgar ruas largas, às vezes até em diagonal, rompendo o antigo tecido urbano, promovendo a ligação entre pontos da cidade, saneando as áreas onde passavam e introduzindo vegetação nas ruas. A abertura da Avenida Central é emblemática dentro da reforma Passos. Mais do que ser aberta houve uma

⁹⁸Ibidem p.360-361.

⁹⁹Ibid p.358.

preocupação em se constituir um concurso de fachadas para que só se construíssem prédios que espelhassem a grandiosidade da avenida.

A cidade, que já tinha um patrimônio natural de grande beleza poderia agora, após as reformas, se orgulhar do seu patrimônio edificado, parecia ter se rompido o grande descompasso existente entre o tecido urbano do século XIX: sujo, feio, pestilento e obsoleto e o quadro natural magnífico que envolvia a cidade.

“A ação demolidora, que tinha como norte o saneamento da cidade constituiu uma operação que ideologicamente colocava em sintonia natureza e cidade, Em outros termos, a beleza da natureza do Rio deveria vir acompanhada da beleza das construções erguidas pelo homem¹⁰⁰”.

Temos que refletir sobre esta afirmação de Benetti ¹⁰¹ e questionarmos a forma como foram introduzidos os elementos naturais nas obras da Época Passos que visavam levar à cidade Melhoramentos e Embelezamento (como é o nome do Plano). Destaco que este embelezamento era muito resolvido no contexto da própria escala da rua preocupando-se com traçado das vias, calçamento e arborização, por exemplo. A natureza estava “de fora” de muitas das intervenções, poderia entrar como algo projetado (arborização), mas não como macro conjunto paisagístico. Intenções à parte, as Reformas de Passos pareceram pôr a cidade tão bela quanto a natureza que a circundava e ter (talvez sem perceber) rompido com o desequilíbrio entre beleza natural e feiúra urbana.

Além das reformas da época Passos acabarem por dotar a cidade de um patrimônio construído à altura do natural temos que imaginar como foram tratados alguns elementos naturais na própria construção desta paisagem; dentre eles o território, usado como suporte para as intervenções urbanas, passando-se pela própria arborização e chegando até os grandes elementos naturais paisagísticos característicos do Rio de Janeiro como as águas, as montanhas com suas florestas e suas rochas. Se pensarmos na Avenida Central, assim como em outras avenidas contidas dentro do tecido urbano da cidade poderíamos pensar que houvesse diferença quando comparássemos, por exemplo, com as novas vias abertas à beira-

¹⁰⁰ Pablo Benetti. “Projetos de Avenidas no Rio de Janeiro (1830-1995)”. Tese de Doutorado-FAU-USP,1997. Cap. II – Um Palco para a Sociedade Elegante: A Abertura da Avenida Central. pp.78-130. p.117.

¹⁰¹ Ibidem. p.117.

mar, já que nestas últimas poderia ser usados o “apelo” da paisagem das águas e das grandes rochas, penso que talvez não hajam tantas diferenças assim entre estes dois tipos de vias.

Nos dois casos temos a introdução da vegetação/arborização, mas sempre como conjunto matematicamente implantado, criando aléias regulares sujeitas a um traçado rígido. Mesmo em se tratando de vias litorâneas como a Avenida Beira-mar ou a Avenida Atlântica tem-se uma preocupação com a regularização do litoral, em trechos retos ou em curvatura geométrica, em alguns casos com balaustrada, pavimentação e passeio, extração de pedras ou elementos “irregulares” à linha d’água, ignora-se vegetação típica de mangue ou restinga. Embora estas avenidas de beira-d’água pudessem oferecer ao usuário uma vista magnífica do mar e dos rochedos elas pareciam estabelecer em seu traçado um discurso retificador e civilizador da natureza. O espetáculo paisagístico poderia acontecer por acaso, ao lado da via recém-urbanizada.



Av. do Mangue, 1907, foto: Augusto Malta. Fonte secundária: Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho. “A Construção da Imagem da Baía de Guanabara”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.32-55. p.48.

Observar na foto: fileira de palmeiras imperiais ordenadamente plantadas, retificação do canal com balaustrada.

“... o embelezamento convencional desse tipo de renovação acaba por introduzir em suas práticas a natureza projetada. A nova organização viária, em função da qual boa parte do plano é concebido, recorre às fileiras de palmeiras imperiais, no canal do Mangue, as mesmas até então relegadas à função de marcar a nobreza de residências importantes”.¹⁰²

¹⁰²Maria Pace Chiavari. “Rio de Janeiro: de Paraíso a Narciso”. In: Machado, Denise B. Pinheiro/ Vasconcellos, Eduardo Mendes (org.) Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro. UFRJ/FAU/PROURB. 1996. pp.81-86. p.85.



Av. Beira-mar (Centro e Glória). s/d (estima-se primeira década do século XX), sem créditos. Fonte secundária: Sérgio Garcia. “Rio de Janeiro – Passado e Presente”. Rio de Janeiro. Conexão Cultural. 2000. pp.173. p.22.

Observar na foto: regularização do litoral, balaustrada, paisagem natural.



Av. Beira-mar em Botafogo. Foto: Marc Ferrez. Fonte: Gilberto Ferrez. “O Rio Antigo do Fotógrafo Marc Ferrez”. São Paulo. João Fortes. Ex-Libris.1984. Fonte secundária: Maurício Maurício de Abreu. “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro. IplanRio. 1997. p.64.

Observar na foto: regularização do litoral, vegetação geometrizada.

A natureza era manipulada pelas intervenções urbanas na escala do arruador e rasgador de avenidas; era retificada, domada e colocada a serviço de se criar um cenário modernizante. Para a criação destes cenários contamos muito (e principalmente) com a ajuda da arquitetura. Ao mesmo tempo os macro-conjuntos paisagísticos de rochas e águas passaram também a ser

mostrados e acabaram ficando em sintonia com a nova imagem da cidade, mesmo que isto não fosse intenção principal do plano. Outras vias foram recuperadas ou criadas mesmo que não fossem importantes para a circulação na cidade; mas para que o visitante ou morador pudesse ver a cidade “de cima”, abarcando de uma só tomada de vista todo um espetáculo paisagístico, exemplo disto poderia ser a recuperação da Floresta da Tijuca e de seus caminhos assim como a construção de mirantes.

*“A exuberante natureza tropical, que deslumbrava e até hoje deslumbra o viajante, deveria se enfocada de forma tal que vistas, Promenades, cenários, tendo a natureza como protagonista, fossem oferecidos ao viajante. Mas oferecidos, cabe frisar, conjuntamente com mostras de racionalidade e sinais universais do domínio da própria natureza, tais como as construções, os templos do poder e da cultura, lugares da vida mundana tão apreciada e cantada naquela época.”*¹⁰³

As reformas da época Passos serviram para colocar o Brasil nos trilhos da modernidade, provar que a nossa civilização estava apta a construir um país moderno, a obra humana aqui empreendida estava à altura da natureza, emprestando mesmo a esta última valor ao dominá-la através da técnica e da ciência, derrotando o determinismo geográfico que parecia ligar os trópicos ao atraso civilizatório. Resolvida a tensão entre cidade e natureza, o controle das epidemias e ainda com as intervenções urbanas resolvia-se a própria crise da cidade com a sua imagem. A cidade parecia estar pronta a pactuar e estabelecer uma nova relação com os elementos naturais baseada na conciliação da paisagem em escala urbana com a paisagem dos grandes conjuntos paisagísticos naturais, agora em harmonia e em estado de potencialização mútua, comungando um com o outro de uma mesma paisagem.

Ilustra o que foi dito no parágrafo anterior o percurso do viajante ao chegar no Rio de Janeiro. Benetti¹⁰⁴ chama a atenção para a seqüência visual que estava submetido o visitante ao chegar à cidade (àquela época isto se dava praticamente só por mar) como sendo um espetáculo paisagístico impressionante impregnado dos melhores testemunhos de obra da natureza e humana compondo um mesmo cenário belo e harmonioso, diferente do cenário do século

¹⁰³ Ibidem p.116.

¹⁰⁴ Ibid. p.118-119.

XIX. Primeiro se via o Pão-de-Açúcar, o forte de São João e logo após os palacetes ecléticos de Botafogo e do Flamengo. Depois o desembarque no novo e moderníssimo porto, junto à Praça Mauá de onde se mirava toda a Avenida Central que concentra instalações culturais, bancárias, clubes, lojas luxuosas e no fundo, ao fechar a perspectiva, novamente o Pão-de-Açúcar.

Se bem que o fechamento dado pelo Pão-de-Açúcar me pareceria um tanto não intencional ou mesmo uma coincidência, até nem muito exato está na direção do eixo da avenida. Aliás, a avenida contava (e conta ainda hoje) com um obelisco a servir de ponto focal em seu final, talvez, ao menos no que se refira a uma intenção projetual, este tenha sido o elemento a ser pensado enquanto ponto focal.



Avenida Central, Vista para o Sul. s/d. Foto: Marc Ferrez. Fonte secundária: Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho. “A Construção da Imagem da Baía de Guanabara”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.32-55. p.47.

Av Central vista ‘de cima’, com Pão-de-Açúcar ao fundo.

De qualquer forma temos aberto o caminho para que a partir das reformas realizadas na época Passos a paisagem possa ser pensada na escala que engloba os grandes conjuntos paisagísticos naturais, incluindo a natureza na paisagem da cidade nesta mesma escala e não mais na escala do jardim, como tivemos no exemplo do Campo de Santana do século XIX.

“A cidade passa a ser pensada numa escala diversa, mais à altura do ambiente no que tange, sobretudo, à expansão ao longo da orla e em direção à zona sul. O olhar sobre o ambiente, filtrado pela ordem produtiva colonial, era aquele em que o território era visto como mero suporte, indiferente e neutro”¹⁰⁵.

As reformas de Passos pareceram marcar justamente o ponto de partida a que se pudessem fazer intervenções futuras incorporando a paisagem dos elementos naturais à cidade. Podemos questionar a intencionalidade do fato desta incorporação quando da realização das intervenções urbanas, mas de fato as intervenções que aconteceram na cidade acabaram por aproximar a beleza do quadro construído do edificado. Isto proporcionou que estes dois quadros pudessem ser observados em conjunto. A imagem da cidade, e mais do que isso: o “olhar” sobre a cidade, mudou após as reformas da época Passos.

“É como se, com as novas expansões, fosse redescoberta a mesma paisagem, que permanecera impassível, como cenário imóvel, do meio urbano.”¹⁰⁶

Mesmo após a administração Passos (1902-1906), que ficou marcada como um período de grandes transformações na fisionomia da cidade, obras de saneamento e embelezamento da cidade seguem em curso, principalmente no centro e na zona sul da cidade. Em 1908 realiza-se a Exposição do Centenário da Abertura dos Portos na Praia Vermelha, a Urca já recebe aterros a esta época. As obras do Cais do Porto são inauguradas em 1910, mesmo ano em que algumas melhorias são feitas na Floresta da Tijuca e na Quinta da Boavista. Em 1911 Copacabana já tinha recebido uma série de melhorias urbanas como o calçamento de várias ruas e saneamento.

¹⁰⁵Maria Pace Chiavari. “Rio de Janeiro: de Paraíso a Narciso”. In: Machado, Denise B. Pinheiro/Vasconcellos, Eduardo Mendes (org.) Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro. UFRJ/FAU/PROURB. 1996. pp.81-86. p.85.

¹⁰⁶Ibidem p.85.

O período 1914-1918, período da Primeira Guerra Mundial, traz efeitos para a economia do país, há a contenção de despesas por parte do Estado e conseqüentemente uma desaceleração do volume de obras públicas.

Com a gestão de Carlos Sampaio (1920-1922) à frente da Prefeitura do Distrito Federal o Rio de Janeiro sofre um novo surto de obras públicas. Carlos Sampaio aplica em seu governo as idéias de embelezamento e saneamento, propondo uma retomada das reformas urbanas em caráter mais sistemático nos mesmos moldes do Período Passos, em seu discurso de posse pode-se destacar o seguinte trecho:

*“(...) o momento presente é de ação, porque é essencial dar à cidade o asseio indispensável, co-participar tanto quanto o possível do governo federal para o seu saneamento, terminar as obras de embelezamento desta cidade”.*¹⁰⁷

Notadamente neste período temos o tão antigo projeto de arrasamento do Morro do Castelo posto quase que totalmente em prática, na verdade o Castelo só foi totalmente arrasado na gestão Dodsworth (1937-1945). Interessante chamar a atenção para alguns dos argumentos usados no desmonte do morro como a promoção de uma melhor da circulação de ar, o que poderia ser benéfico à saúde. Estes preceitos que pregavam a circulação de ar e evitariam a formação de miasmas já tinham sido derrubados pela medicina, ou melhor: a própria existência ou a malignidade dos miasmas já havia sido questionada. De qualquer forma este não era o único argumento: a própria supressão de um quadro paisagístico que a cidade queria eliminar que seria a de se livrar das construções dos pobres nas áreas nobres poderiam ser suficiente para este propósito de arrasamento do morro, assim como a ampliação da área central com a criação da Esplanada do Castelo, liberando e criando grandes áreas edificáveis no centro da cidade.

A Exposição de 1922 é realizada junto ao centro da cidade e mesmo alguns pavilhões já foram construídos em algumas áreas surgidas após o aterro com parte do material obtido no

¹⁰⁷Denise Cabral Stuckenbruck. “O Rio de Janeiro em Questão: o Plano Agache e o Ideário Reformista dos Anos 20”. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1996.p.55. Apud L. H. P. Silva. “Engenheiros, Arquitetos e Urbanistas: a história da elite burocrática na cidade do Rio de Janeiro, 1920-1945”. Dissertação de mestrado. IPPUR-UFRJ. 1995.

desmonte do morro do Castelo. No mesmo ano é feito o arruamento em torno da Lagoa Rodrigo de Freitas.

As transformações urbanas empreendidas pelo Estado nos espaços representativos da imagem da cidade, notadamente centro e zona sul, seguem até 1930 numa mesma direção, ao menos no que se refiram ao caráter paisagístico e ao papel da natureza dentro da construção da paisagem: a de criação de cenários modernizantes que possam espelhar uma cidade moderna, saneada e bela, com a natureza levada ao seu ápice em valor através da domesticação e da aplicação da técnica e dos saberes da ciência.

A cidade cresce em um ritmo acelerado, na Primeira República, principalmente no período que se inicia após a administração Passos e vai até 1930 a cidade industrializa-se e há um grande incremento populacional, há a intensificação da separação geográfica entre ricos e pobres: os primeiros vão para a zona sul, seguindo o litoral, já os pobres seguem a linha do trem formando os subúrbios e ocupando a baixada fluminense. Cabe aqui ressaltar que a região habitada pelos mais pobres não era a que espelhava a imagem da cidade, nestas áreas (como ainda hoje ocorre), muito faltava em termos de infra-estrutura urbana e até mesmo costumavam carecer de atributos paisagísticos interessantes. Ao terminar a década de vinte, estavam lançadas assim as bases para a formação da região metropolitana do Rio de Janeiro¹⁰⁸.

A cidade vai se tornando algo mais e mais complexo enquanto objeto de intervenção urbana se pensarmos em intervenções que não sejam pontuais e sejam planos de conjunto. Neste momento temos algumas variáveis novas como a intensificação do tráfego de automóveis. Em meados dos anos 20 do século XX surge o entendimento que a cidade precisaria de um plano global que considerasse todas as suas complexidades. Agache foi convidado para elaborar este plano para a cidade, e o fez entre 1927 e 1930.¹⁰⁹

Um dos frutos das idéias concebidas por Agache, cujo plano foi só parcialmente executado, foi a Praça Paris. Construída em 1929 durante a administração do Prefeito Prado Junior e de

¹⁰⁸As afirmações deste parágrafo foram retiradas de: Maurício de Abreu. “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro. IplanRio. 1997. p.72.

inspiração francesa (*Tuileries*) em área ganha do mar por ocasião do desmonte de parte do Morro do Castelo. Havia nesta praça uma seqüência de arbustos podados na forma de animais, jardins ordenados à moda francesa da época e uma infinidade de estátuas e bustos. Apesar de estar ao lado de um sítio natural-paisagístico privilegiado (às margens da Baía) a Praça Paris ainda guardava em sua concepção uma ordenação paisagística que muito remetia a uma idéia de se construir a paisagem numa cidade como Paris, que não contava com tal apelo paisagístico da cena natural. Isto será melhor explorado logo a seguir, quando iremos explorar como o próprio Agache poderia ter situado a natureza do Rio de Janeiro em seus planos urbanísticos e na sua concepção de paisagem.

¹⁰⁹ Para saber mais sobre o plano Agache ver: Denise Cabral Stuckenbruck. “O Rio de Janeiro em Questão: o Plano Agache e o Ideário Reformista dos Anos 20”. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1996.

III.1.3 - Os Urbanistas - Visões de Paisagem e Natureza (Agache e Le Corbusier)

A cidade do Rio de Janeiro, ao carregar todo um repertório paisagístico de forte apelo visual, provoca nos elaboradores de planos de intervenções urbanas todo um discurso que quase sempre exalta as possibilidades paisagísticas de seu patrimônio natural. Os planejadores (urbanistas) propõem intervenções que ao menos nos seus discursos costumam além de contemplar a natureza, principalmente quanto ao aspecto paisagístico, exaltá-la e mesmo valorizá-la quando da realização das intervenções por eles propostas.

A força paisagística do sítio geográfico da cidade do Rio de Janeiro sempre foi citada como elemento importante por aqueles que intervieram na paisagem da cidade. Será que esta força paisagística do sítio natural foi sempre percebida aos olhos destas pessoas que propuseram ou executaram planos para a cidade? Em que medida esta força paisagística teria sido traduzida em seus planos para a cidade? Procurarão agora ser feitos comentários que situem o lugar da natureza dentro das sugestões a respeito da construção da paisagem feitas por Agache na elaboração de seu plano para a cidade do Rio de Janeiro. Da mesma forma estes comentários serão feitos a respeito das idéias de intervenção urbana para o Rio de Janeiro feitas por Le Corbusier, quando de suas visitas à cidade.

Mais do que simplesmente analisar os discursos de Agache e Le Corbusier se buscará captar por trás destes discursos se a real força do sítio geográfico reconhecida em seus discursos foi realmente “percebida” e em que medida foi “traduzida” nas suas propostas formais de intervenção na cidade e em sua paisagem.

Vamos nos concentrar primeiramente nas idéias e considerações de Agache a respeito do Rio de Janeiro contidas no seu plano¹¹⁰ para a cidade que foi elaborado entre os anos de 1927 e 1930. O contexto para o surgimento do plano Agache é o da década de 20, num mundo animado pelas idéias urbanísticas incentivadas pelo processo de reconstrução das cidades européias ao fim da Primeira Guerra Mundial. A cidade do Rio de Janeiro pedia por um plano urbanístico que seguisse as diretrizes de embelezamento e saneamento já acolhidas aqui com

¹¹⁰ Alfred Hubert Donat Agache. “Cidade do Rio de Janeiro, Extensão, Remodelação, Embellezamento.” Paris. Foyer Bresilien. 1930.

sucesso na primeira década do século XX. Neste contexto¹¹¹, o Prefeito Prado Júnior (1926-1930) convida Agache para elaborar um plano para o Rio de Janeiro.

O plano tem uma intenção de ordenação da cidade, com todas as características de um plano diretor, usa para isso o zoneamento e instrumentos de legislação urbanística, leva em conta como *funções* “*primordiais da cidade do Rio de Janeiro as político-administrativas como capital e função econômica como porto e mercado comercial e industrial*”.¹¹² Nele poderiam ser observados elementos inspirados na *École de Beaux-Arts* de Paris e também fortes traços do movimento *City Beautiful*¹¹³. Outras diretrizes do plano podem ser evidenciadas até pelo nome da publicação que o contém, concluída em 1930 e intitulada: *Cidade do Rio de Janeiro, Extensão, Remodelação, Embelezamento*.

A paisagem e a natureza dentro das propostas de Agache nunca foi ignorada, ao mesmo tempo Agache parecia colocá-las como mais alguns dos elementos a serem manipulados por suas intervenções urbanas que viessem a contribuir para a formação da cidade que acreditava ser ideal, dentro do que acreditava como boa estética. Parecia que o sítio geográfico não estivesse “pronto”, que fosse sim artefato a ser moldado enquanto suporte à cidade e mesmo enquanto paisagem, elemento oferecido pela natureza para que seja alterado¹¹⁴.

*“Ao mesmo tempo em que exaltava a paisagem natural em seu plano, Agache, diplomaticamente reforçava a necessidade de alterá-la a fim de acomodar as reformas urbanas que ele considerava importantes.”*¹¹⁵

*“(...)a excelência da paisagem do Rio situava-se também na sua maleabilidade em se adaptar a novos valores estrangeiros, no que diz respeito a novos padrões de espaço urbano(...)”*¹¹⁶

¹¹¹Para saber mais sobre as condições que propiciaram o convite de Agache para elaborar o plano para a cidade do Rio de Janeiro ver: Denise Cabral Stuckenbruck. “O Rio de Janeiro em Questão: o Plano Agache e o Ideário Reformista dos Anos 20”. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1996.

¹¹²Vera F. Rezende. “Planejamento Urbano e Ideologia: Quatro Planos para a Cidade do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1982. p.43.

¹¹³ *Ibidem*.p.41.

¹¹⁴ Idéia apresentada por Lucia M. Costa. “Paisagem e Cultura: Agache e a Entrada do Brasil”. In: Revista Paisagem e Ambiente (Ensaio) – Número 13. São Paulo. Editora FAU-USP.1997. pp. 147-157.

¹¹⁵ *Ibidem* p.151.

¹¹⁶ *Ibid.* p.152.

Podemos usar como bom exemplo de se situar a natureza e a paisagem natural dentro da visão de Agache a análise feita por Costa¹¹⁷ que em artigo destaca as propostas de Agache para a praça intitulada “A Entrada do Brasil”. Nesta praça, Agache criaria o pórtico simbólico de entrada do Brasil para os visitantes que chegassem em sua capital, àquela época quase sempre por mar. Estes visitantes desembarcariam numa praça, com entrada ladeada por duas grandes colunas laterais. A autora argumenta que Agache desconsiderou como monumental a entrada natural já existente e muito bem marcada pelo Pão-de-Açúcar na entrada da baía e salientou a retificação do litoral sinuoso existente à frente da zona de intervenção proposta.



A Entrada do Brasil, praça proposta por Agache. 1930. fonte: Editora Foyer Brésilien. Cidade do Rio de Janeiro, remodelação, extensão e embelezamento. (Plano Agache), 1930. Fonte secundária: Maria Cristina da Silva Leme. Urbanismo no Brasil – 1895 – 1965. São Paulo. Studio Nobel. FAU/USP. FUPAM. 1999. 600p. p.363.

¹¹⁷ Ibid.

Lamas¹¹⁸ até chama a atenção para que o alinhamento de uma das ruas mais largas que chegariam até a praça em questão ligaria visualmente em longa perspectiva o local do arrasado morro do Castelo ao da entrada da baía marcado pelo Pão-de-Açúcar. Mesmo neste exemplo temos as caixas de rua e elementos arquitetônicos “construídos” enquadrando ou geometrizando a paisagem e a cena natural.

Vamos agora deslocar o foco da análise sobre o entendimento da força do sítio geográfico em planos e projetos urbanísticos feitos para o Rio de Janeiro para as idéias propostas para esta cidade por Le Corbusier, isto ainda em sua primeira viagem ao Brasil em 1929.

Le Corbusier se dirige para a América e vê nesta oportunidade um campo fértil para poder aplicar suas idéias, o contato com a experiência americana iria influenciar seu trabalho em suas concepções teóricas, que seriam desenvolvidas no período entre esta primeira viagem e uma segunda viagem de 1936. O construído e o natural lado a lado e a relação entre estes dois elementos, fato este particularmente notado por ele no Rio de Janeiro, iria impressioná-lo já em sua primeira experiência americana de 1929. Este momento contribuiria para a sua antevisão da “cidade radiosa” e iria deixar marcas em seu trabalho¹¹⁹.

“A contemplação aérea da cidade, seu sítio cercado de florestas, a observação das favelas em sua lógica construtiva e aberta para a paisagem insuflaram uma antevisão da cidade radiosa e deram os primeiros contornos à sua teoria...(...)Para Le Corbusier, O Rio de Janeiro significa, talvez, a mais radical promessa da arquitetura como experiência sublime: Olho (e espírito) contemplam a paisagem que é sublime justamente porque foi conquistada e construída”¹²⁰.

Tem-se aqui toda uma consideração e percepção sobre a força do sítio geográfico no qual o objeto (no caso a cidade do Rio de Janeiro) está inserido. Os elementos naturais e o suporte do território emprestam força ao gesto projetual quando este último os considera como umas

¹¹⁸ José M. Ressano Garcia Lamas. “Morfologia Urbana e Desenho da Cidade”. Lisboa. 1993. Fundação Calouste Gulbenkian.p.274.

¹¹⁹ Margareth da Silva Pereira. “Pensando a Metrópole Moderna: Os Planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro”. In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz/ Pechman, Robert (org.). Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1996. pp. 363-376.

¹²⁰ Ibidem. p.372.

das diretrizes de projeto. Estes elementos têm aqui a sua força levada em conta, esta força interage com a arquitetura e com a ato do arquiteto. A prática dá conta do discurso, o projeto contempla a natureza em sua força paisagística.

Nas propostas formuladas por Agache isto não acontecia. Preocupado muito mais com as questões econômicas, funcionais e a sua materialização em termos espaciais, as propostas de Agache não se apoiavam na força peculiar de um sítio geográfico como o da cidade do Rio de Janeiro, apesar de sinalizá-la em seu discurso. Algumas tentativas de Agache para comunicar em projeto a cidade com a natureza podem, por exemplo, ser traduzidas também na concepção de subúrbio-jardim¹²¹. O princípio dos bairros-jardim partia muito mais de uma comunicação entre cidade e natureza aparentemente desligada de um sítio tão peculiar como o da cidade do Rio de Janeiro. Esta comunicação se resolvia muito mais em termos de se propiciar nestas áreas da cidade uma quantidade de espaço verde por habitante ou mesmo uma relação de entre espaços livres (e verdes) e construções que satisfizesse a uma relação considerada ideal, e de certa forma desconectada com as extremas particularidades paisagísticas do meio natural carioca.

“Ao contrário de Agache, para Le Corbusier não é da cidade existente – e da prospecção de suas características funcionais, demográficas, econômicas – que surgem as diretrizes e leis que engendram o projeto. Para Le Corbusier a cidade existente é lida antes de tudo como fato poético – plástico – na forma que se relaciona com o seu sítio, com sua geografia. Assim, é o gesto arquitetural que instaura, corrige, retoma ou potencializa uma qualidade plástica que sensibiliza o olhar do arquiteto, reorganizando a totalidade do sistema urbano¹²²”.

Poderíamos até especular que Le Corbusier tivesse tido um entendimento dos elementos naturais presentes no repertório paisagístico da cidade do Rio de Janeiro em função de suas idéias estarem inseridas no âmbito das idéias modernistas do início do século XX¹²³. Pois bem, estas idéias levavam em conta a necessidade de arquitetura, cidade e natureza estarem

¹²¹Sobre a aplicação do modelo de cidade Jardim no Rio de Janeiro ver: Jeanice de Freitas Magina. “A transposição do modelo de Cidade-Jardim para um subúrbio do Rio de Janeiro: o Loteamento Jardim Guanabara”. Dissertação de Mestrado, Prourb/FAU/UFRJ, janeiro 2003.

¹²² Margareth da Silva Pereira. “Pensando a Metrópole Moderna: Os Planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro”. In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz/ Pechman, Robert (org.). Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1996. pp. 363-376. p.372.

integrados, grandes áreas verdes e uma preocupação com a insolação e com condições de salubridade. Embora o movimento modernista pudesse contemplar em seu escopo um entendimento de que a natureza deveria fazer parte e comungar das soluções projetuais, não parece ser este o ponto de contato que Le Corbusier estabeleceria entre natureza e sua proposta de intervenção para o Rio de Janeiro. Numa análise da perspectiva que se segue, produzida em 1929 (*ver figura na página 93*), pode-se tentar observar o grande conjunto viário-habitacional que serpenteia sinuosamente as partes baixas da cidade, contornando ou rompendo os morros, evitando composições axiais ou geométricas que contrariassem o relevo e a paisagem.

A concepção de uma circulação sobre um grande viaduto habitado aéreo, de onde pudesse se ver dele a paisagem e a baía de Guanabara e as próprias encostas do Maciço da Tijuca como sendo uma grande área verde natural poderia ser considerada como sendo uma releitura da idéia da *croisée* de Eugène Hénard¹²⁴:

*“Le Corbusier, (...), levaria a idéia da croisée ainda mais longe, concebendo seu plano como uma enorme via expressa aérea, onde o espectador cidadão contempla, como num filme, a cidade existente e a paisagem”*¹²⁵.

Esta concepção de circulação pareceria em princípio ir contra até mesmo a alguns trechos de suas obras em livro, como um de 1925: “Urbanisme¹²⁶” citado por Choay:

*“A circulação exige a linha reta. A reta é sadia também para a alma das cidades. A curva é prejudicial, difícil e perigosa; ela paralisa. A linha reta está em toda a história humana, em toda intenção humana, em todo o ato humano. (...)A curva é o caminho dos asnos; a rua reta, o caminho dos homens.”*¹²⁷

¹²³ Françoise Choay. “O Urbanismo em Questão”. In: O Urbanismo. São Paulo. Editora Perspectiva. 1998.

¹²⁴ Ibid. Margareth Pereira p.371.

¹²⁵ Ibid. p. 371.

¹²⁶ Le Corbusier. “Urbanisme- L’Urbanisme des Trois établissements humaines. Ed. Minuit. 1959. (Trad. Bras.: Os Três estabelecimentos Humanos. São Paulo. Perspectiva. 1976).

¹²⁷ Françoise Choay. “Le Corbusier”. In: O Urbanismo. São Paulo. Editora Perspectiva. 1998. p.188.



Perspectiva aérea do plano de edifícios em lâminas curvilíneas, Le Corbusier, 1929. Fonte: Donato Mello Júnior. Rio de Janeiro, planos, plantas e aparências. Rio de Janeiro: Galeria de Artes do Centro Empresarial Rio, 1988. fonte secundária: Maria Cristina da Silva Leme. Urbanismo no Brasil – 1895 – 1965. São Paulo. Studio Nobel. FAU/USP. FUPAM. 1999. 600p. p.419.

De qualquer forma poderia também se imaginar que nesta sua obra de 1925, Le Corbusier estivesse se referindo às cidades a serem construídas ou mesmo àquelas intervenções que fossem realizadas onde os sítios paisagísticos tivessem menos força e que o território pudesse ser considerado como mero suporte. Este é na verdade o ponto no qual quero chegar: a compreensão e a sensibilização do arquiteto pela força peculiar do sítio paisagístico carioca e a sua real consideração como elemento componente do projeto, que é o que parece ter acontecido aqui.

Esta “visão” do plano do Rio de Janeiro parece suplantar as idéias de resolver o espaço urbano modernista dotando-o de vegetação, iluminação e espaços verdes. Parece mais se aproximar da fenomenologia tão estudada nas décadas de 70 e 80 do século XX. Podemos tomar como exemplo a idéia de “*genius loci*”, apresentada a esta época por Norberg-Schulz¹²⁸. E este termo remete-se a uma concepção romana que diz que cada lugar tem seu espírito guardião; a fenomenologia traduz esta idéia com o entendimento que cada lugar tem o seu caráter, o seu “espírito de lugar”. No ato de fazer arquitetura este espírito tem que ser entendido, este entendimento se dá quando o ato projetual faz com que o homem “dialogue” com o local.

...”ao contrário de Agache, Le Corbusier contrapôs uma visão fenomenológica da cidade. Com certeza o Rio – Cidade Maravilhosa, cidade que radiosamente parece desafiar qualquer contribuição humana – significou o clímax de sua descoberta poética da América”¹²⁹.

Mais do que especular se Agache ou Corbusier (ou mesmo outro urbanista que fosse) traduziu em seu plano, idéia ou proposta para a cidade do Rio de Janeiro a força paisagística de seu sítio geográfico esta análise busca abrir caminhos para outras questões. Talvez a principal questão que se possa explorar a partir desta análise é a de se tentar medir até que ponto a construção da paisagem dependeu de seus planejadores, até que ponto isto foi socialmente e culturalmente construído ou mesmo até que ponto dependeu da força paisagística particular, intrínseca ao sítio e supra-cultural. Vamos explorar isto a seguir:

¹²⁸ Christian Norberg-Schulz. “Genius Loci – Towards a Phenomenology of Architecture”. New York. Rizzoli International Publications. 1980.

¹²⁹ Ibid. Margareth Pereira. p.373.

III.2 - Os Ícones Paisagísticos (Pão-de-Açúcar, Corcovado e Copacabana)

O tempo passa e os urbanistas também, a sociedade e a cultura sofrem alterações, o sítio geográfico e a paisagem que ele inspira parecem permanecer. Vamos investigar agora a força do sítio geográfico e da cena natural na cidade do Rio de Janeiro e em função disto a sua inserção na construção da paisagem da cidade. Fato este que atravessa os períodos da história e convive com interventores e/ou planejadores urbanos, estes às vezes traduzem a sua força em seus planos, às vezes não.

A força paisagística do sítio geográfico se inscreve e se impõe na paisagem da cidade, se impõe aos urbanistas e aos seus planos de intervenção urbana, sobrevive em sua força a todas as intervenções graças mesmo à sua própria força peculiar, intrínseca à sua existência e que poderia mesmo romper os limites de representações histórico-sócio-culturais que temporariamente estiveram presentes e vivos na cidade do Rio de Janeiro. Isso parece acontecer não porque possa existir através do tempo uma determinada diretriz comum aos planejadores da cidade que organizada e sistematicamente coloca conscientemente a cena dos elementos naturais como um dos pontos centrais na construção da paisagem. Parece acontecer devido à própria força paisagística da cena natural que garante a sua permanência e a sua sobrevivência através dos tempos no ato de se produzir a paisagem da cidade.

Para a condução desta argumentação parece ser adequado se aplicar os conceitos derivados da Fenomenologia dos anos 70 e 80 do século XX, presente nas idéias de Norberg-Schulz¹³⁰ como o de *genius loci*¹³¹ para explicar esta força do sítio geográfico que atravessa épocas e momentos culturais distintos. Claro que há épocas da história nas quais a construção da paisagem da cidade usando os elementos da cena natural parece ser conduzida a este fim de maneira construída pelo processo cultural, neste caso para explicar o processo de produção da paisagem poderiam ser aplicados os estudos dos culturalistas tanto da história quanto da geografia. A idéia de paisagem culturalmente e socialmente construída parece perfeita para explicar a construção da paisagem carioca na época Passos, por exemplo.

¹³⁰Christian Norberg-Schulz. “Genius Loci – Towards a Phenomenology of Architecture”. New York. Rizzoli International Publications. 1980.

¹³¹Ibidem p.05.

Paralelamente à matriz teórica na qual possa ser lida, a paisagem carioca parece ter realizado em sua produção um outro fato interessante que gostaria de destacar: a constituição de verdadeiros ícones paisagísticos. Destacarei três destes ícones: o morro do Pão-de-Açúcar com seu caminho aéreo, o morro do Corcovado com a estátua de Cristo e a praia-balneário representada por Copacabana. Na construção destes três elementos temos que levar em conta todo o processo social e cultural existente em suas construções, somado à força peculiar paisagística inerente aos mesmos, no que parece ser um modelo de construção de paisagem na cidade do Rio de Janeiro.

Estes três elementos parecem sintetizar também em sua construção todos os pontos pelos quais esta dissertação discorreu: natureza, imagem e paisagem. Seriam elementos-síntese do processo de construção física e mental da paisagem carioca a partir do início do século XX, são verdadeiros exemplos onde a paisagem é construída incorporando elementos da cena natural e servindo para representar imagetivamente a cidade, e por extensão até mesmo o país, vamos explorá-los então:

O morro do Pão-de-Açúcar foi, desde a fundação da cidade, elemento geográfico marcante para a cidade do Rio de Janeiro. Marcava a entrada da Baía a todos os que chegavam pelo mar, configurando-se em marco natural de sinalização marítima. Próximo a ele e ao Morro Cara de Cão foi fundada a cidade, antes de ser transferida para o Morro do Castelo, podendo também ser entendido como marco de fundação da cidade. O próprio formato ogival já provocou muitas interpretações como a de insinuar as mãos em oração apontadas para o céu. Mesmo descobertas geológicas que classificam-no como rocha primitiva que emergiu do magma, sendo um marco anterior mesmo ao próprio homem, um testemunho da história da terra¹³².

*“A construção dessas imagens, ou seja, a produção desses vários discursos, contribuiu diretamente para a monumentalização do Pão-de-Açúcar”.*¹³³

“As representações construídas sobre o Pão-de-Açúcar compõe o campo de significação simbólica em torno do Pão-de-Açúcar. Com isso, a obra milenar

¹³² Renata Augusta dos Santos Silva. “O Gigante e a Máquina – Pão de Açúcar”. In: Knauss, Paulo et alli (org.) Cidade vaidosa: Imagens Urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Sette Letras. 1999. pp.45-56.

¹³³ Ibidem. p.46.

deixa de pertencer só à natureza, ganhando um pertencimento social pois se constitui como uma imagem da cidade, uma obra, neste sentido, social e histórica.”¹³⁴

À situação geográfica singular soma-se a forma singular do morro, em notável distinção formal dos morros circundantes. O imaginário social acabou por agir intensamente sobre esta rocha.

*“Na cidade do Rio de Janeiro encontra-se ainda um exemplar único da imaginária urbana: o morro do Pão-de-Açúcar e seu caminho aéreo, inaugurado em 1912. É inegável que o morro é percebido como marco urbano e ao mesmo tempo se associa à história do Rio de Janeiro, uma vez que a fundação da cidade ocorreu junto à montanha, segundo a historiografia. Essa identidade do Pão-de-Açúcar com a cidade assegura sua inserção como parte da imaginária urbana. É especial, sobretudo, porque indica uma tipologia peculiar: a escultura ou monumento natural”.*¹³⁵

A representação dos perfis dos morros da cidade e o seu destaque na paisagem são recorrentes em relatos e iconografias. Se tivéssemos que escolher um outro morro que tivesse sofrido processo parecido com o do Pão-de-Açúcar poderíamos destacar o Corcovado. Quanto ao primeiro já foram destacadas as razões, quanto ao segundo temos que imaginar que é o ponto mais alto do relevo da cidade entre a entrada da Baía e o centro da cidade, rocha de perfil peculiar também se destaca das demais por sua forma.

O morro do Corcovado, muito antes da inauguração da estátua do Cristo Redentor em seu cume em 1931, já fazia parte do percurso da Floresta da Tijuca. Em 1882, o governo Imperial já concedera aos engenheiros Francisco Pereira Passos (o mesmo que viria mais tarde a ser prefeito do Rio de Janeiro) e João Teixeira Soares o direito de construir a estrada de Ferro das Laranjeiras até o Alto do Corcovado. Em 1884 já era inaugurado o primeiro trecho da estrada

¹³⁴ Ibid. p.47.

¹³⁵ Marcelo Abreu / Hugo Bellucco / Paulo Knauss. “Esfinges Urbanas – Quadros da Imaginária Urbana”. In: Knauss, Paulo et alli (org.) Cidade Vaidosa: Imagens Urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Sette Letras. 1999. pp.136-168. p.146.

de ferro, logo depois a estrada já chegaria ao Alto do Corcovado e também seriam construídos um restaurante, um hotel e um mirante¹³⁶.

Podemos muito atribuir o entendimento deste percurso ao Alto do Corcovado ainda dentro da lógica romântica do século XIX: da busca do bucólico e do pitoresco, da fuga da cidade repleta de doenças em direção aos arrabaldes salubres, como muito se fazia nas idas ao Alto da Boa Vista e a Petrópolis. Temos que ver também que o acesso ao cume do Corcovado, agora com mais conforto e acessível a um número maior de pessoas, pode ser visto dentro da lógica de construção da paisagem do início do século XX. Tem-se, na imprensa da época, referência a este fato como triunfo da engenharia nacional e a própria vista da cidade de cima faz o morador da cidade e o visitante terem uma visão da cidade como um todo. O panorama se torna mais difundido, a contemplação da paisagem que abarca conjuntamente a cidade e os grandes conjuntos cênicos naturais como o das grandes rochas se difunde entre todos, fato este que só estava presente até então nas pinturas, visto que a fotografia não era amplamente difundida e mesmo a sua impressão em periódicos não tinha acontecido ainda. A paisagem foi mais do que divulgada: foi oferecida para ser vivenciada.

O vivenciamento da paisagem foi oferecido também quando se inaugurou o Caminho Aéreo do Pão-de-Açúcar. A cidade que já havia se aproximado deste Morro após a abertura da Avenida Beira-mar, da Exposição de 1908 e do aterramento para que se constituísse o bairro da Urca, inaugura em 1912 o primeiro trecho e em janeiro de 1913 o segundo que finalmente juntos levariam as pessoas a seu cume. Novamente, além do oferecimento da paisagem os discursos de época apontavam o feito como grande triunfo da engenharia nacional, comparando por analogia à obra de Eiffel e de sua torre em Paris, prova que o Rio de Janeiro se inscrevia na modernidade. Muito foi reforçada a associação com as idéias que circulavam a época de Passos como a de que a interferência através da técnica na natureza mostrava a capacidade realizadora do brasileiro, livre do atraso civilizatório e apto a seguir os caminhos do progresso e da civilização.

Interessante notar o que aponta Maria Pace Chiavari¹³⁷, a existência de um olhar mútuo entre as vistas do Alto do Corcovado e das do Cume do Pão-de-Açúcar. A vista de um potencializa

¹³⁶ Lúcia Grinberg. “República Católica – Cristo Redentor”. In: Knauss, Paulo et alli (org.) Cidade vaidosa: Imagens Urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Sette Letras. 1999. pp.57-72. p.57.

a produção de imagens do outro e o aparecimento de clichês fotográficos de cada um deles em função da tomada de vista tida do outro:

*“Entre o Corcovado e o Pão-de-Açúcar cria-se uma relação, um olha para o outro; é o olhar recíproco que amplia a visualidade urbana carioca”.*¹³⁸



Pão-de-açúcar visto do Corcovado. Fotografia. Foto de 1908. Autor: Augusto Malta. Fonte: PARENTE, José Inácio/ Monte-Mór, Patrícia (org.). “Rio de Janeiro: Retratos da Cidade”. Rio de Janeiro. Interior Produções. 1994. 174p. pp.46-47.

A paisagem não só ‘vista’, mas ‘vivida’. O Pão-de-Açúcar (antes da construção do caminho aéreo) é oferecido a ser visto aos visitantes do Corcovado (ainda sem a estátua de Cristo).

¹³⁷ Maria Pace Chiavari. “Os Ícones da Paisagem do Rio de Janeiro: um Reencontro com a Própria Identidade”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp. 56-75. p.74.

¹³⁸ Ibidem p.74.



Pão-de-Açúcar visto do Corcovado. Cartão Postal. Foto de 1999. Autor: Rodolpho Machado.

A representação do Pão-de-Açúcar tomada do Corcovado atravessa épocas, até hoje é o ponto de vista mais usado e acabou por se configurar em representação ‘clássica’ do morro, verdadeiro clichê fotográfico.

Isso acontece mesmo antes da construção da estátua de Cristo em 1931, quando existia o chapéu-de-sol, proteção aos visitantes do cume do Corcovado contra as intempéries em ferro e vidro. O chapéu-de-sol não era algo para ser visto “de baixo” como a estátua de Cristo.

A própria estátua de Cristo poderia também suscitar interpretações semelhantes à do caminho aéreo realizado no morro do Pão-de-Açúcar referentes a ser um monumento que só fosse possível em ser erigido devido a recursos técnicos da engenharia nacional. Poderíamos assim como no caso do caminho aéreo do Pão-de-Açúcar destacar que compõe junto com o morro que o apóia um único ‘constructo’ que alia na ‘feitura da paisagem’ elementos naturais e a mão do homem expressa pelo domínio da técnica.

Grinberg ¹³⁹ ressalta que quando a Igreja Católica quis ocupar espaço na cena nacional em vez de fundar um partido político a Igreja tenta abarcar a todos (a todos os brasileiros) e para isso usou, dentre outros recursos, o recurso de se construir um monumento. O projeto de inscrição de uma estátua de Cristo na paisagem da cidade teria por objetivo atingir a todos os cidadãos; Grinberg também destaca que no discurso católico e mesmo no da imprensa da época os termos “católicos” e “brasileiros” se confundem¹⁴⁰.

As questões que seriam interessantes de se explorar a partir deste ponto aparentemente secundário são as seguintes: Por quê este foi o local escolhido? Por quê foi erigida uma estátua que se inscrevesse na paisagem e fizesse parte dela?

Parece que, independente do fator religioso, foi usado aqui o caráter peculiar do morro do Corcovado enquanto elemento de relevo destacado dos demais e as particularidades do meio físico que o fazia se destacar da paisagem e ser visível de diversos pontos da cidade. Tinha-se uma visão privilegiada do morro do Corcovado partindo das partes então “nobres” da cidade como a entrada da cidade pelo mar e dos bairros que se abriam para a zona sul. Além disto o seu peculiar formato que pareceria adequado a ser um perfeito altar para uma imagem que lhe correspondesse em escala. Morro e estátua parecem ser feitos um para o outro. Compõem um só elemento. A representação coletiva que o monumento composto por estátua e morro alcançou parece ter logrado mais êxito que o seu próprio intento religioso e ter se tornado muito mais que num símbolo religioso: é um elemento de representação da cidade, reconhecido como seu até pelos não cristãos.

E a cidade segue construindo os seus ícones paisagísticos, que têm força própria e saem até mesmo do controle de seus próprios criadores. Merece destaque na cidade do Rio de Janeiro a praia de Copacabana que atinge seu ponto máximo em termos de fama na década de 50 do

¹³⁹ Para saber mais sobre a construção da estátua e a conjuntura da época ver: Lúcia Grinberg. “República Católica – Cristo Redentor”. In: Knauss, Paulo et alli (org.) Cidade vaidosa: Imagens Urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Sette Letras. 1999. pp.57-72.

¹⁴⁰ A construção da estátua de Cristo no alto do morro do Corcovado se ligava a uma tentativa da Igreja Católica de afirmação de sua presença na própria identidade do povo brasileiro, condição esta que precisaria ser afirmada desde que a República tinha separado o Estado da Igreja. Nas palavras de Grinberg. Ibidem p.59: “*Com a proclamação da República, Estado e Igreja Católica são separados. A Igreja perde seu estatuto oficial. Nas primeiras décadas republicanas tem lugar um embate pela ocupação do espaço público, ou pelo conteúdo da República. (...) A Igreja Católica também participou desta luta; o projeto de construção da estátua do Cristo Redentor foi uma de suas frentes*”.

século XX, mas que já vinha desde o início deste mesmo século se destacando quando na cidade vinha se desenvolvendo a idéia de praia-balneário.

O acesso a Copacabana por bondes só seria possível na última década do século XIX. Nesta época o uso do bairro se dava como local de veraneio e *pic-nics*, alguns moradores da cidade tinham no bairro sua segunda residência, aos ares salitrados do oceano eram atribuídas propriedades benéficas à saúde, isso em um tempo que a tuberculose era comum na cidade.

O uso do mar para banhos e mergulho demorou um pouco para se consolidar, este uso era feito inicialmente em casa de banho no centro da cidade ou em alguns poucos locais públicos nas primeiras ou nas últimas horas de sol do dia, quase sempre com caráter medicinal. O uso da orla se popularizou a partir das reformas de Passos na primeira década do século XX com a abertura da Avenida Beira-mar, seguindo-se do surgimento de diversos *clubs* de regatas, alguns deles na mesma avenida como o Botafogo e o Flamengo.

O gosto pelos esportes náuticos, um primeiro surgimento de cultuadores do corpo e dos *sports* surgiu na cidade neste momento. Assim a cidade vai se aproximando do banho de mar até que nos anos 20 do século XX, por influência da existência dos balneários franceses, o banho de mar se torna cada vez mais comum. O contato com o sol, agora para fins estéticos, é difundido. Copacabana começa a crescer neste momento, já aberta para o mar. A Avenida Atlântica é construída no início do século XX.

Uma das motivações para a construção do Hotel Copacabana Palace foi a de receber os visitantes para a Exposição do Centenário da Independência de 1922, assim como para a construção do Hotel Glória. Fica aqui configurada a intenção de se buscar, a exemplo de localidades européias principalmente francesas, e de se firmar enquanto balneário turístico. Nesta mesma direção foi defendida a construção de cassinos.

A Avenida Atlântica não foi construída só uma vez, sofreu outras intervenções no século XX, sempre para que se alargassem as vias e calçadas, o mar foi aterrado em muito. O sentido de regularização sempre tomou conta destas intervenções, até mesmo o rochedo que existia próximo ao Hotel Copacabana Palace foi ‘desmontado’.

Não se pode esquecer também da força paisagística da praia de Copacabana, com sua curva impressionantemente bela. No “auge” de Copacabana, que ocorreu só nos anos 50 do século XX, não só sua paisagem mas também o comportamento e o modo de vida conjugando balneário e *frisson* de vida noturna pareciam dizer tudo sobre a cidade do Rio de Janeiro. De qualquer forma, antes disto e ainda dentro de nosso período de estudo (1889-1930), já teríamos todo um ensaio do seu auge com a nítida construção da paisagem combinando os aspectos construídos a uma moldagem dos elementos naturais.



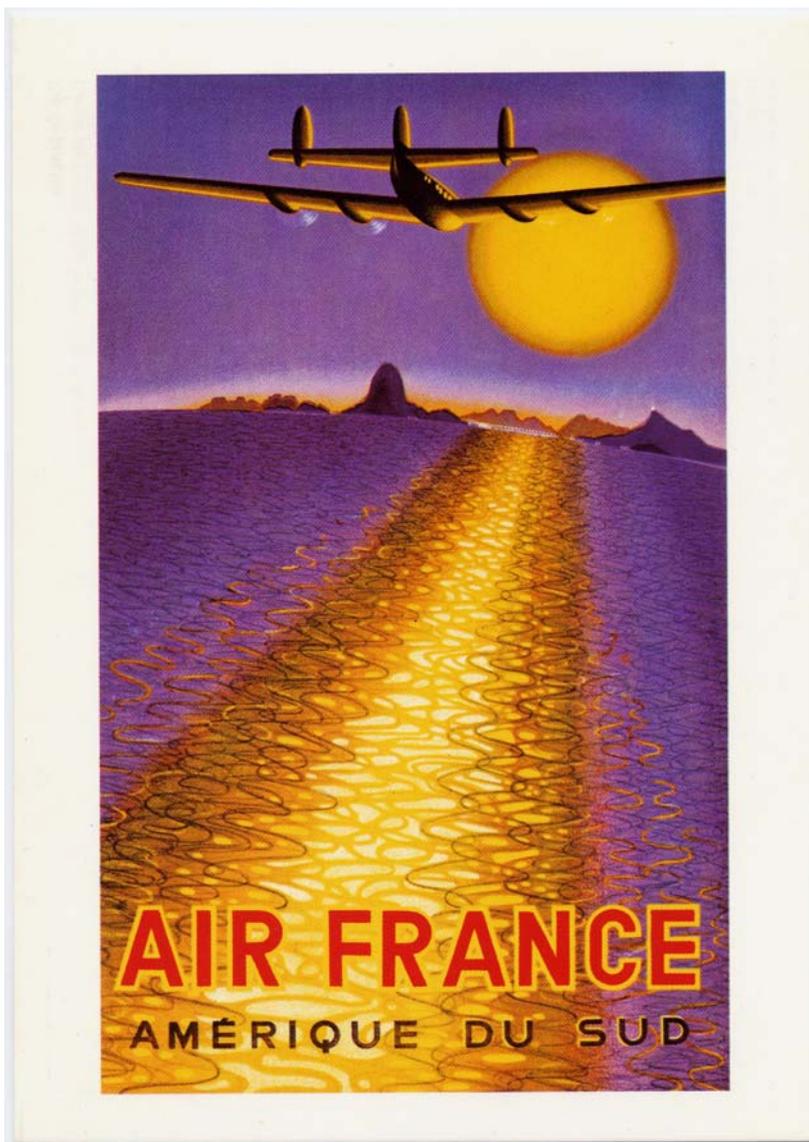
Construção da Avenida Atlântica. Sem data. Foto: Augusto Malta. 17 x 23cm. Museu da Imagem e do Som. Fonte: Parente, José Inácio / Monte-Mór, Patrícia (org.). “Rio de Janeiro: Retratos da Cidade”. Rio de Janeiro. Interior Produções. 1994. 174p. p.79.

“Copacabana, com sua elipse perfeita, balizada pelo Morro do Leme e pela Ponta do forte, aperfeiçoada pelo desmonte de um matacão de granito próximo às areias e delineada pelo traçado da Avenida Atlântica é um perfeito exemplo de paisagem domada e reconstruída pelo homem.”¹⁴¹

¹⁴¹ Carlos Lessa. “O Rio de Todos os Brasis – Uma Reflexão em Busca de Auto-estima”. Rio de Janeiro. Editora Record. 2000. p.244.

O Pão-de-Açúcar e seu caminho aéreo, o Corcovado com a estátua do Cristo e a orla representada por Copacabana são ícones e símbolos paisagísticos que também são ícones e símbolos da cidade, parecem ser elementos que conseguem agrupar em termos de imagem da cidade todo um repertório vocabular que define a cidade em termos de imagem e se formos até mais longe: servem para compor a própria identidade da cidade. Representam a cidade e o seu usufruto e dispor da paisagem, da natureza, suas montanhas, o mar, o calor sugerido, a sintonia particular existente na cidade entre natureza e civilização.

Muito da representação da cidade do Rio de Janeiro, se formos destacar a produção de iconografia e de relatos, está ligada à chegada (e saída) da cidade pelo mar. O tráfego marítimo veio perdendo força lentamente a partir do começo do século XX com a verdadeira multiplicação de ferrovias e rodovias, em se tratando de fluxo de pessoas de dentro do país. Quanto ao fluxo internacional a chegada por mar na cidade demorou um pouco mais a perder passageiros em número significativo, pois perderia passageiros somente para o transporte aéreo, que mesmo assim em seus primeiros tempos tinham os vôos seguindo as rotas do litoral.



Cartaz Publicitário de Companhia de Navegação Aérea – Air France. 1940. Autor: Vasarely 100 x 65 cm. Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Postais Comemorativos da exposição: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000.

Na ilustração a chegada da cidade vai se dando pelo mar, sinalizada pelo reflexo do sol no mar. A cidade também é ladeada pelos morros do Pão-de-Açúcar a esquerda e Corcovado a direita (este último já com o Cristo em destaque). Mais do que representar a chegada à cidade ou mesmo ao país o cartaz apregoa que se está chegando à América do Sul.

Enquanto elementos de representação coletiva podem ser entendidos como se a totalidade da população conseguisse reconhecer nestes ícones paisagísticos os atributos coletivos de representação que esta população atribui à cidade. Pode-se destacar também o caráter de verdadeiros “monumentos” contidos nestes elementos.

Para se investigar o caráter de monumento vamos novamente recorrer aos culturalistas, particularmente aos do campo da História. Pereira¹⁴² faz um resgate da constituição dos monumentos no contexto americano em comparação à constituição do monumento no contexto europeu. A pesquisadora pontua três momentos distintos na constituição dos monumentos no Brasil, o primeiro ainda no século XVIII:

“...o período colonial não parecia exibir vestígios construídos relevantes, capazes de rememorar grandes realizações passadas e forjar ao mesmo tempo a identidade do grupo. Assim, primeiramente, será a cena natural – e não a construção – que será elevada à categoria de monumento, (...).”¹⁴³

Um segundo momento no século XIX, ainda sob o peso da tradição eurocêntrica:

“O peso da visão eurocêntrica dos ‘monumentos históricos construídos’ levaria a tentativas cada vez mais insistentes de construir no presente os símbolos de conquistas históricas recentes, como a independência, ou de formas capazes justamente de garantir o pertencimento desta parte da América à longa história ocidental – cúpulas, frontões, colunas e capitéis nos diferentes estilos consagrados pela arquitetura européia”.¹⁴⁴

E o terceiro momento, já nas primeiras décadas do século XX onde pareceria haver a síntese no natural com o construído, dentro de uma experiência de se constituir monumentos:

“No caso carioca, (...) construiria uma nova síntese magistral entre a ‘celebração das obras humanas’ e um fundo de natureza ‘celebrada in natura’ que, embora sucumbido à tentação de ‘monumento histórico’, já aponta para seu próprio questionamento.”¹⁴⁵

¹⁴² Margareth da Silva Pereira. “Corpos Escritos – Paisagem, Memória e Monumento: visões da Identidade Carioca”. In: Ferreira, Glória/ Venâncio filho, Paulo (org.) Revista Arte & Ensaio, 2000, nº7. Editora UFRJ. pp.99-113.

¹⁴³ Ibidem p.110.

¹⁴⁴ Ibid. p.111.

¹⁴⁵ Ibid. p.111.

Neste mesmo caminho parece seguir o artigo de Knauss¹⁴⁶ sobre esculturas e monumentos da cidade do Rio de Janeiro ao longo de sua história. Em meio ao estudo de: bustos, cabeças, efígies, marcos, placas, esculturas, estátuas, conjuntos monumentais e pontuando as implicações destes elementos na constituição de um elenco formador da imaginária urbana, chega a algumas conclusões. Destaco as seguintes palavras do autor na parte conclusiva de seu artigo:

*“De um modo geral, um acervo de imagens urbanas encontra múltiplos sentidos associados ao desenvolvimento e processo da vida na cidade. Do ponto de vista dos enunciados, impõe-se à cidade do Rio de Janeiro imagens de sua vaidade: o Pão-de-Açúcar, o Cristo Redentor, o Monumento dos Pracinhas – feitos para admirar a cidade e confundir a representação temática com a geografia”.*¹⁴⁷

Além de serem monumentos e como tais instrumentos de rememoração coletiva de conquistas e vitórias alcançadas, aqui talvez da vitória da civilização brasileira que tivesse conseguido suplantar as adversidades e construir uma civilização nos trópicos, são também ícones e símbolos da cidade e como tais se prestam a ser estampados em uma série de elementos que representam a imagem da cidade. Impressos turísticos, estampas, chaveiros e uma infinidade de objetos.

A cidade do Rio de Janeiro parece realizar em muitos de seus ícones paisagísticos uma síntese entre natureza, imagem e paisagem. Onde este ícone paisagístico, inicialmente constituído só por elementos naturais é individualizado e destacado dos demais elementos naturais sendo transformado pelas mãos humanas e construído enquanto paisagem e, mais que isso, consegue ser reconhecido como elemento de representação coletiva da própria cidade, elemento representativo da imagem da cidade, muitas vezes até do país.

¹⁴⁶ Paulo Knauss. “Imagens da Cidade: Monumentos e Esculturas no Rio de Janeiro”. in: Lopes, Antônio Herculano (org.). Rio de Janeiro. Edições Casa de Rui Barbosa. 2000. pp. 289-302.

¹⁴⁷ Ibidem. p.299.



Cédula de 100.000 réis. Waterlow & Sons Limited. Londres, Inglaterra, 1936. 7,5 x 14,5cm. Centro Cultural Banco do Brasil. Fonte secundária: Carlos Martins. “A Paisagem Aplicada”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.76-81. p.78.

As estampas em cédulas de dinheiro trazem tradicionalmente imagens representativas da nação. Esta cédula de 1936 traz estampada paisagem da cidade do Rio de Janeiro. Notam-se os morros graníticos perfeitamente representados e individualizados com o Corcovado em destaque no centro, já com a imagem do Cristo Redentor. Litoral ordenado em curva geométrica e árvores regularmente plantadas. Paisagem construída através da domesticação/regularização da natureza pronta a transmitir a imagem da cidade e do país.

Conclusão

As conclusões às quais poderia chegar ao fim deste trabalho surgem a partir de um percurso pelas páginas anteriormente escritas. Neste percurso algo daqui e dali poderia ser costurado e inter-relacionado. A construção da paisagem na cidade do Rio de Janeiro e o seu entrelaçamento com o entendimento sobre a natureza e com a imagem da cidade dominam o percurso da dissertação. É de fundamental importância para que se possa realizar um exercício de estabelecimento de algumas conclusões que estes aspectos sejam levados em conta de forma conjunta.

Neste trabalho analiso como a cidade passa pelos períodos colonial e imperial por um processo de construção da paisagem menos articulado com as peculiaridades paisagísticas do sítio natural. O processo de evolução urbana foi condicionado pelo sítio natural, este último sendo tão cheio de variações em termos de forma e tipo muito determinou a própria conformação física da cidade sobre o território; no entanto aspectos paisagísticos da cena natural foram pouco explorados, exceções à parte como o Passeio Público.

Nos primeiros tempos de colonização as produções de forma urbana e de paisagem se relacionavam com o natural muito mais no que tangiam as necessidades de sobrevivência e a viabilização de uma cidade em um território hostil. O elemento construído era marca de vitória frente ao natural: o forte sobre a rocha e a rua sobre o pântano poderiam trazer em si o contraste e a diferenciação entre natural e não natural. A polaridade natural/construído poderia sob este aspecto fazer sentido e até mesmo ser desejável.

Se formos entrar no terreno das representações sobre a cidade, sejam estas manifestadas através de relatos ou iconografias, o mesmo valeria para o construído e as atividades cidadinas em contraponto ao que era considerado natural; o elemento não natural conjugado a atividades cidadinas daria sentido à cidade colonial. Exemplo disto temos nas iconografias analisadas no Capítulo II desta dissertação. Esta visão partida (construído X natural) parece ter existido desde os tempos remotos de fundação da cidade e de certa forma perdurou ainda por todo o período imperial. Visão útil para enfatizar a oposição natural construído e marcar a existência da civilização “sobre” o território natural hostil.

Com o crescimento da importância da cidade do Rio de Janeiro que passou a ser capital da Colônia no século XVIII, e no século XIX notadamente após a chegada da família real

portuguesa, a cidade já passaria a agrupar funções diversas. Na medida que a cidade com o seu crescimento em importância e tamanho demandava novas funções, esta mesma cidade tinha que dar conta da representação destas funções, funções de cidade mais importante da Colônia e posteriormente do Império.

No Império as intervenções urbanas e a construção de uma nova paisagem puderam refletir este momento histórico. Ainda na Colônia, a Missão Francesa, ao documentar a cidade e projetar para a cidade, denunciava no primeiro ato cenas dos habitantes da cidade e cenários dominados por uma arquitetura longe do que seria considerada ideal. Em seguida, ao projetar, poderia propor outros elementos para a cidade, uma arquitetura classicizante por exemplo, enfim: elementos componentes da paisagem que viessem a ser mais “adequados” à situação da cidade de então, em vista dos valores dominantes da época.

Ao longo do século XIX, temos na produção de paisagem (tal como no período colonial) uma visão partida entre o que é construído e o que é natural. As complexidades que viriam poder se apresentar com o incremento populacional da cidade e com a sua crescente tomada de importância no cenário do Império não chegaram a alterar esta visão partida (ou dupla). Se a natureza deixara de ser hostil como no período colonial e passara a ser bela dentro de uma visão romântica, ela ainda envolvia a cidade e não conjugava com ela de um mesmo cenário. Embora tenhamos algumas representações da cidade (relatos e iconografias) que abarquem todo um conjunto de cidade (construído) e grandes massas de águas e montanhas (natural); aí temos os exemplos das *panorâmicas* da cidade; temos ainda uma visão partida, quase que bifocal. Apesar de natural e construído serem representados simultaneamente (lado a lado) faltaria algo ainda pra que fossem entendidos como se fosse coisa única: o ato de terem sido construídos e constituídos *juntos*.

Outro fator importante que merece ser destacado é a trajetória da construção da paisagem dentro do próprio recorte temporal principal deste trabalho, que foi o período da Primeira República (1889-1930). Neste percurso temporal podemos identificar uma mudança substancial no modo de construção da paisagem carioca, tanto construção cultural (mental) como construção no que se refere à produção física de intervenções urbanas. Há nestas construções um contínuo e crescente entrelaçamento dos elementos da natureza com a própria busca de uma nova imagem para a cidade e para o país. Temos assim a quebra da visão

partida entre natural e construído, estas polaridades se aproximam no ato de se construir paisagem.

Durante o período republicano a cidade parece superar muitos dos obstáculos naturais ao seu desenvolvimento tais como a viabilização de sua própria existência nos trópicos e seu crescimento sobre território pantanoso. Parece ter resolvido também o seu acesso à água potável. Nota-se, no entanto, um desequilíbrio ambiental, resultado do incremento populacional acelerado que fazia com que não se desse conta de se estabelecer uma infraestrutura de saneamento e higienização adequada para a coletividade. O aparecimento de doenças na cidade é emblemático na exemplificação deste desequilíbrio.

No âmbito da relação da cidade com os seus elementos naturais temos um período de crise e tensão. O ideário romântico que poderia ter sugerido um equilíbrio entre cidade e natureza, principalmente frente aos olhos de viajantes estrangeiros ao longo do século XIX, vai se enfraquecendo à medida que a cidade cresce e desequilíbrios ambientais vão surgindo. Idéias como a de que estaríamos condenados ao fracasso civilizatório, por ser inviável uma civilização nos trópicos, acabam por tomar força.

A própria paisagem da cidade em escala urbana é questionada. A cidade de características coloniais, dada a estreiteza e configuração de suas ruas, é questionada enquanto cenário ideal de capital da jovem nação brasileira. A própria estrutura urbana não era considerada adequada às novas complexidades das funções de capital e de novas demandas enquanto cidade mercantil (vide circulação de mercadorias). Os habitantes da cidade desenvolviam no espaço público atividades consideradas pouco asseadas e anti-higiênicas como a venda de mercadorias a céu aberto.

A cidade estabelece nos primeiros tempos da República uma tríplice tensão: com a natureza, com a sua paisagem (notadamente em escala urbana da caixa de rua) e com a sua própria imagem. Imagem esta que tinha que dar conta (ou acabava dando conta) da própria imagem do país já que era sua capital. Não podia mais ser considerada uma cidade obsoleta em suas estruturas e repleta de doenças. A jovem República ao ter escolhido manter o Rio de Janeiro como sua capital certamente teria que resolver estas tensões e viabilizar a cidade, e por extensão a nação, a que fizessem parte do mundo civilizado. Esta necessidade de superação dos problemas da cidade ia além dos limites governamentais e mesmo na imprensa de época,

se nota o transbordamento destas questões para a população em geral, o assunto é então colocado na ordem do dia.

A cidade entra no século XX buscando resolver seus problemas urbanos capitaneada por intervenções coordenadas pelos agentes governamentais. Estas intervenções atacam de uma só vez três diferentes frentes onde as tensões pareciam existir: a natureza, a paisagem e sua imagem. As ações e discurso governamentais acabam por mesclar natureza, paisagem e imagem da cidade. A percepção por parte da população destas três vertentes também se dá de maneira inter-relacionada. Temos então soluções para os problemas da cidade apresentadas como planos de intervenção ou mesmo intervenções de fato na cidade, que levam em conta simultaneamente estas três frentes.

A tentativa da superação da tensão existente entre a cidade e suas: natureza, paisagem e imagem, acabaram por ajudar na configuração de um tipo de intervenção urbana que fundiu estas três frentes nas suas diretrizes de intervenção. As intervenções urbanas da época Passos são um exemplo notório. A partir do sucesso destas reformas houve uma superação da sensação de fracasso civilizatório que dominava a cidade e o país na virada do século XX. Havia a sensação de que pela mão da ciência (vide positivistas) era possível se constituir no país e em sua bela capital renovada uma civilização tropical viável e em direção ao progresso.

O sucesso das intervenções pareceu consagrá-las enquanto modelo a ser seguido por intervenções vindouras e, mais do que isso, pareceu ser um momento em que foi forjado mesmo um modelo de intervenção urbana. Mais ainda do que um modelo de intervenção urbana, teria sido forjado um modelo de construção física e mental da paisagem que levaria em conta conjuntamente os aspectos da natureza indo mesmo além da resolução de desequilíbrios ambientais. Teria se aberto espaço também para que nesta construção da paisagem os macro-conjuntos natural-paisagísticos existentes na cidade do Rio de Janeiro pudessem ser oferecidos à fruição visual e serem colocados em sintonia com a cidade. Melhor dizendo; a cidade foi colocada paisagisticamente à altura do seu patrimônio natural e com ele constituiu em conjunto a mesma paisagem. A paisagem foi se impregnando na experiência dos moradores da cidade.

Neste momento que se forja um novo *modo* ou *modelo* de intervenção urbana há também a aparente superação da polaridade natural/construído. A paisagem é construída conjugando-se as construções humanas ao sítio paisagístico natural. O propósito final era o de se construir

uma imagem de cidade e de país que atendesse aos objetivos econômicos e políticos da nação. A tentação de repetição do modelo recém-forjado é inevitável, principalmente se levarmos em conta o sucesso que a aplicação deste modelo traduzido em intervenções urbanas teve na época Passos.

O modelo de construção da paisagem é repetido e tacitamente aceito por todos. Não por que fosse um modelo consolidado através de leis governamentais, mas sim por ter sido coletivamente e culturalmente construído. A aplicação do modelo irrompe a época Passos e encontram-se registros desta forma de se intervir na paisagem nas discussões sobre a cidade em todo o período que vai de Passos até 1930.

Nesta época, em maior ou menor grau, este *modelo* permeia as discussões sobre a cidade e é traduzido nos planos de intervenção urbana. No próprio desenvolvimento deste trabalho foi tratado o entendimento de Agache a respeito do sítio paisagístico da cidade e foi relativizada a sua tradução e importância dentro de seu plano. De qualquer forma, pode-se afirmar que em termos gerais, tem-se uma conjuntura histórica nas três primeiras décadas do século XX quando a produção de paisagem da cidade do Rio de Janeiro leva em conta os elementos do sítio paisagístico natural e a imagem da cidade de forma conjunta.

O *modelo* se presta a moldar os ícones paisagísticos da cidade como o Pão-de-Açúcar com o teleférico ou o Corcovado com a estátua de Cristo, verdadeiras sínteses imagético-natural-paisagísticas. Construções individualizadas onde elemento natural é construído paisagem (elemento natural se mescla com o construído e configura-se enquanto paisagem) pelas mãos do homem e se torna também elemento coletivo de representação da imagem da cidade.

Caberia ainda especular, se a construção deste modelo se situaria melhor enquanto construção cultural, ou se o sítio paisagístico natural tão peculiar da cidade do Rio de Janeiro necessariamente mostraria sua força na construção da paisagem e na representação da imagem da cidade. Neste último caso esta força seria supra-cultural e intrínseca à sua existência, podendo ser entendida pela fenomenologia. Parece que todos os dois caminhos têm que ser considerados e a escolha de um deles não anularia o entendimento da paisagem, apesar deste trabalho ter se detido mais no âmbito da construção cultural da paisagem.

Talvez seja mais interessante explorar como os desdobramentos que um *modelo* construído em uma determinada época possa ser aplicado de forma acrítica em outras épocas. Este

trabalho poderia apontar especulações sobre a aplicação deste *modelo* em épocas futuras a seu recorte temporal de instauração (1889-1930). Poderíamos questionar se nos dias de hoje a cidade em sua construção da paisagem sintoniza natureza e obra humana, colocando o resultado a serviço da reafirmação da imagem da “cidade maravilhosa”. E, também, como isso parece continuar acontecendo justamente (e tal como no período da Primeira República) nas áreas de maior representação coletiva da cidade como as zonas central e sul, e mais recentemente no litoral da zona oeste (Barra da Tijuca).

Considero que este trabalho pode servir de subsídio a questões atuais como esta que é a da aplicação nos dias de hoje no Rio de Janeiro de um *modelo* de produção de paisagem forjado no início do século XX numa cidade que já não apresenta as mesmas características nem os mesmos problemas daquela do início do século XX. Algumas demandas da atualidade são baseadas em conceitos como o de desenvolvimento sustentável e de preceitos ecológicos que chegaram ao grande público principalmente a partir dos anos 70 do século XX e que não poderiam ser previstos no início do século XX.

Cria-se então uma nova tensão entre as demandas da realidade e a cidade que se pratica. Esta tensão levada a um ponto extremo pode provocar crises como a própria crise sanitária e crise de imagem que a cidade viveu na virada dos séculos XIX para XX. A despeito de momentos de crise, se olharmos a paisagem carioca por duas vertentes teórico-metodológicas distintas como a Cultural e a Fenomenológica, esta paisagem parece guardar força latente suficiente para resistir a momentos de crise, constituindo-se num verdadeiro elemento de *vitalidade* da cidade.

Independentemente das particularidades da atualidade, temos no Rio de Janeiro uma natureza que parece estar sempre vigilante, guardando a semente da paisagem espetáculo, esperando terreno fértil para brotar. A própria construção cultural da paisagem parece ter cunhado historicamente um modo particular de exaltação da natureza que impregnou na memória dos seres “do lugar” e do imaginário coletivo os atributos da *paisagem espetáculo*. A cidade estará sempre pronta a renascer das cinzas a partir de sua paisagem.

Referências Bibliográficas:

- ABREU, Marcelo/ BELLUCCO, Hugo/ KNAUSS, Paulo. “Esfinges Urbanas – Quadros da Imaginária Urbana”. In: Knauss, Paulo et alli (org.) Cidade Vaidosa: Imagens Urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Sette Letras. 1999. pp.136-168.
- ABREU, Maurício de A. “A Cidade, a Montanha e a Floresta”. in: Abreu, Maurício de A. (org.) Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. pp. 54-103.
- ABREU, Maurício de A. “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro. IplanRio. 1997.
- ABREU, Maurício de A. “Reconstruindo uma História Esquecida: Origem e Expansão Inicial das Favelas do Rio de Janeiro”.In: Espaço e Debates nº37, ano XIV. 1994.
- AGACHE, Alfred Hubert Donat. “Cidade do Rio de Janeiro, Extensão, Remodelação, Embellezamento.” Paris. Foyer Bresilien. 1930.
- AMADOR, Elmo da Silva. “Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos”. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia – UFRJ.1996. Vol. 2.
- AMADOR, Elmo da Silva. “Baía de Guanabara: Um Balanço Histórico”. In: Abreu, Maurício de A. (org.) Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. pp. 201-258.
- ARESTIZÁBEL, Irna (curadora). “A Paisagem Desenhada: O Rio de Pereira Passos”. Rio de Janeiro. Centro Cultural Banco do Brasil. 1994.
- BACHELARD, Gaston. “A Poética do Espaço” São Paulo. 1989. Martins Fontes Editora.
- BARBOSA, Jorge Luiz. “Olhos de ver, Ouvidos de Ouvir: Os Ambientes Malsãos da Capital da República. In: Abreu, Maurício de A. (org.) Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. pp. 317-329.
- BELUZZO, Ana Maria. “O Brasil dos Viajantes”. Tese de Doutorado. Programa de Pós graduação em Geografia – UFRJ.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. “Pereira Passos: Um Hausmann Tropical: a Renovação Urbana da Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século XX”. Rio de Janeiro. 1990. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.
- BENETTI, Pablo. “Projetos de Avenidas no Rio de Janeiro (1830-1995)”. Tese de Doutorado-FAU-USP,1997. Cap. II – Um Palco para a Sociedade Elegante: A Abertura da Avenida Central. pp.78-130.
- BERQUE, Augustin. “Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural”. In: Corrêa, Roberto Lobato/ Rosendahl, Zeny (org.) Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro. EdUERJ. 1998. pp. 84-91.

- BERNARDES, Lysia M. C. “Evolução da Paisagem Urbana do Rio de Janeiro até o Início do século XX”. In: Abreu, Maurício de A. (org.) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. pp. 37-53.
- BLOCH, Marc. “The Historian’s Craft”. New York. Vintage Books. 1953.
- BORDIEU, Pierre. “O Poder Simbólico”. Lisboa. 1989. Editora Difel.
- BOUÇAS, Edmundo. “Mascaramentos da Cidade: Poses de Modernização” In: *O Imaginário da Cidade*. Brasília. Editora Universidade de Brasília. São Paulo. Imprensa oficial do Estado. 2000. pp. 137-159.
- BRESCIANI, Maria Stella. “Metrópoles: As Faces do Monstro Urbano (As Cidades do Século XIX). In: *Cultura e Cidade - Revista Brasileira de História* 8/9, set.1984/abr.1985. pp. 35-68.
- CANABRAVA, B. Eduardo. “Átlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro/Ensaio/1565-1965”. Rio de Janeiro. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1965.
- CARONE, Edgard. “A Primeira República.” Rio de Janeiro-São Paulo. Editora Difel. 1976.
- CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. “A Construção da Imagem da Baía de Guanabara”. In: *A Paisagem Carioca*. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.32-55.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. “História da Cidade do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Depto. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1988.
- CARVALHO, Rachel C. M. da Silva. “The Urban Renewal Plan for Rio de Janeiro under Pereira Passos: 1902-1906”, Dissertação de Mestrado, Cornell University, Ithaca, 1984.
- CASTRO, Celso. “Narrativas e Imagens do Turismo no Rio de Janeiro”. In: Velho, Gilberto (org.) *Antropologia Urbana: Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora. 1999. pp.80-87.
- CENIQUEL, Mario. “Paisagem e Configuração Espacial no Rio de Janeiro: os Espaços Livres Urbanos no Século XIX”. In: *Revista Paisagem e Ambiente (Ensaio) – Número 8*. São Paulo. Editora FAU-USP.1995. pp. 233-275.
- CHIAVARI, Maria Pace. “Rio de Janeiro: de Paraíso a Narciso”. In: Machado, Denise B. Pinheiro/ Vasconcellos, Eduardo Mendes (org.) *Cidade e Imaginação*. Rio de Janeiro. UFRJ/FAU/PROURB. 1996. pp.81-86.
- CHIAVARI, Maria Pace. “Os Ícones da Paisagem do Rio de Janeiro: um Reencontro com a Própria Identidade”. In: *A Paisagem Carioca*. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp. 56-75.

- CHOAY, Françoise. “O Urbanismo”. São Paulo. Editora Perspectiva. 1998.
- CORRÊA, Roberto Lobato. “O Meio Ambiente e a Metrópole”. In: Abreu, Maurício de A. (org.) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. pp. 27-36.
- CORRÊA, Roberto Lobato / ROSENDAHL, Zeny. “Paisagem, Tempo e Cultura”. Rio de Janeiro. EdUERJ. 1998.
- COSGROVE, Denis E. “A Geografia está em toda a Parte: Cultura e Simbolismo Nas Paisagens Humanas”. In: Corrêa, Roberto Lobato/ Rosendahl, Zeny (org.) *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro. EdUERJ. 1998. pp. 92-123.
- COSGROVE, Denis E. “Social Formation and Symbolic Landscape”. London. 1994. the University of Wisconsin Press. 332p.
- COSGROVE, Denis E. “The Iconography of Landscape”. Cambridge. Cambridge University Press. 1988.
- COSTA, Jurandir Freire. “Ordem Médica e Norma Familiar”. Rio de Janeiro. Graal. 1989.
- COSTA, Lucia M. “Paisagem e Cultura: Agache e a Entrada do Brasil”. In: *Revista Paisagem e Ambiente (Ensaio) – Número 13*. São Paulo. Editora FAU-USP. 1997. pp. 147-157.
- COSTA, Lúcio. *Lúcio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: UNB, Empresa das Artes, Fundação Banco do Brasil, 1995. 608 p.
- CRICHYNO, Jorge. “Paisagem Urbana: Território da Cidade e Signos do Imaginário”. In: *Revista Paisagem e Ambiente (Ensaio) - Número 9*. São Paulo. Editora FAU-USP. 1996. pp. 201-215.
- CZAJKOWSKI, Jorge. (org.) “Do Cosmógrafo ao Satélite – Mapas da Cidade do Rio de Janeiro”. Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. julho 2000.
- DAMASCENO, Ângela Nunes. “Os Miasmas, os Médicos e a Relação Homem-natureza na Cidade do Rio de Janeiro no Séc. XIX”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia – UFRJ. 1993.
- DIEGUES, Antonio Carlos. “O Mito Moderno da Natureza Intocada”. São Paulo. Editora Hucitec. 1996. FABRIS, Annateresa. “Fragmentos Urbanos – Representações Culturais”. São Paulo. Studio Nobel. 2000.
- FARIAS, José Almir Filho. “Utopia e Fetiche Na Aventurosa Relação Cidade-Natureza”. In: Machado, Denise B. Pinheiro/ Vasconcellos, Eduardo Mendes (org.) *Cidade e Imaginação*. Rio de Janeiro. UFRJ/FAU/PROURB. 1996. pp. 250-256.
- GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. “Focos sobre a Questão Ambiental no Rio de Janeiro”. In: Abreu, Maurício de A. (org.) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Ed. Biblioteca Carioca. 1992. pp. 13-26.

- GARCIA, Fernanda E. Sanchez. “Curitiba, Imagem e Mito – Reflexão Acerca da Construção Social de uma Imagem Hegemônica”. Dissertação de Mestrado. IPPUR – UFRJ. 1993.
- GARCIA, Sérgio. “Rio de Janeiro – Passado e Presente”. Rio de Janeiro. Conexão Cultural. 2000. pp.173.
- GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. “Inquietação em Torno do Debate Sociedade-Natureza no Espaço da Cidade”. In: Souza, Maria Adélia A. et alli (org.). Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica. São Paulo. Editora Hucitec. 1993. pp.149-152.
- GRINBERG, Lúcia. “República Católica – Cristo Redentor”. In: Knauss, Paulo et alli (org.) Cidade vaidosa: Imagens Urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Sette Letras. 1999. pp.57-72.
- GUTIÉRREZ, Ramón. “Modelos e Imaginarios Europeos en Urbanismo Americano”. In: Revista de Arquitectura n.8. 1996. Santiago. Facultad de Arquitectura y Urbanismo. pp. 2-19.
- HEYNEMANN, Claudia. “Floresta da Tijuca: Natureza e Civilização no Rio de Janeiro – Século XIX”. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura.. Biblioteca Carioca. 1996. 196p.
- KNAUSS, Paulo. “Imagens da Cidade: Monumentos e Esculturas no Rio de Janeiro”. in: Lopes, Antônio Herculano (org.). Rio de Janeiro. Edições Casa de Rui Barbosa. 2000. pp. 289-302.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. “Morfologia Urbana e Desenho da Cidade”. Lisboa. 1993. Fundação Calouste Gulbenkian.
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. “A Paisagem, a Natureza e a Natureza das Atitudes do Homem”. In: Revista Paisagem e Ambiente (Ensaio) – Número 4. São Paulo. Editora FAU-USP. 1993.
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. “A Natureza e a Cidade: Rediscutindo suas Relações”. In: Souza, Maria Adélia A. et alli (org.). Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica. São Paulo. Editora Hucitec. 1993. pp.139-145.
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. “Destruição ou Desconstrução. ” São Paulo. 1994. Editora Hucitec.
- LEME, Maria Cristina da Silva. “A Formação do Pensamento Urbanístico no Brasil, 1895 - 1965”. In: Leme, Maria Cristina da Silva (org.) Urbanismo no Brasil – 1895 – 1965. São Paulo. Studio Nobel. FAU/USP. FUPAM. 1999. 600p. pp.20-38.
- LENOBLE, Robert. “História da Idéia de Natureza”. Lisboa. 1990. Ed. 70. 367p.
- LERY, Carlos Roberto Maciel. “Iconografia e Paisagem”. Rio de Janeiro. 1994. Editora Pinakotheke.

- LÉRY, Jean de. “Viagem à Terra do Brasil. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1961.
- LESSA, Carlos. “O Rio de Todos os Brasis – Uma Reflexão em Busca de Auto-estima”. Rio de Janeiro. Editora Record. 2000.
- MACEDO, Silvio S. “Paisagem, Urbanização e Litoral”. Tese de livre docência. São Paulo. FAU-USP. 1993.
- MAGINA, Jeanice de Freitas. “A transposição do modelo de Cidade-Jardim para um subúrbio do Rio de Janeiro: o Loteamento Jardim Guanabara”. Dissertação de Mestrado, Prourb/FAU/UFRJ, janeiro 2003.
- MAGNOLI, Miranda. “O Parque no Desenho Urbano”. In: Turkienicz, Benamy e Malta, Maurício. Anais do II SEDUR. São Paulo. CNPq/FINEP/PINI. 1986.
- MAUAD, Ana Maria. “Flagrantes e instantâneo: Fotografia de Imprensa e o jeito de ser da Belle Époque”. In.: Lopes, Antônio Herculano (org.) Entre Europa e África – A Invenção de Carioca”. Rio de Janeiro. 2000. Fundação Casa de Rui Barbosa. Topbooks. pp.267-288.
- MARTINS, Luciana de Lima. “Paisagens Brasileiras, Olhos Britânicos, Rio de Janeiro dos Viajantes – 1800/1850”. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia – UFRJ.1998.
- MARTINS, Carlos. “A Paisagem Aplicada”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.76-81.
- NEEDELL, Jeffrey. “Belle Époque Tropical”, São Paulo. Cia. Das Letras. 1993.
- NEVES, Margarida de Souza. “A Cidade e a Paisagem”. In: A Paisagem Carioca. Rio de Janeiro. 2000. Prefeitura do Rio. pp.20-31.
- NEVES, Margarida de Souza. “As Vitrines do Progresso. O Brasil nas Exposições Internacionais”. Rio de Janeiro. 1996. PUC/Finep.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. “Genius Loci – Towards a Phenomenology of Architecture”. New York. Rizzoli International Publications. 1980.
- PARENTE, José Inácio/ Monte-Mór, Patrícia (org.). “Rio de Janeiro: Retratos da Cidade”. Rio de Janeiro. Interior Produções. 1994. 174p.
- PECHMAN, Robert Moses. “O Urbano Fora do Lugar? Transferências e Traduções das Idéias Urbanísticas nos Anos 20”. In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz/ Pechman, Robert (org.). Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1996. pp. 331-361.
- PEREIRA, Margareth da Silva. “Corpos Escritos – Paisagem, Memória e Monumento: visões da Identidade Carioca”. In: Ferreira, Glória/ Venâncio filho, Paulo (org.) Revista Arte & Ensaio, 2000, nº7. Editora UFRJ. pp.99-113.

- PEREIRA, Margareth da Silva. “Pensando a Metrópole Moderna: Os Planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro”. In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz/ Pechman, Robert (org.). Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1996. pp. 363-376.
- PESSÔA, José. “Em Tudo Semelhante, em Nada Parecido, Modelos e Modos de Urbanização na América Portuguesa”. In: Revista Oceanos, nº.41. Janeiro/março 2000. pp. 70-81.
- POLIZELLI, Dermeval L. “O Poder Higiênico e suas Influências na Ocupação do Espaço no Brasil”. In: Revista Paisagem e Ambiente (Ensaios) – Número 9. São Paulo. Editora FAU-USP.1997. pp. 177-199.
- PORTAS, Nuno. “Os Tempos das Formas das Cidades Lusas do Brasil”. in: Revista Oceanos, nº.41. Janeiro/março 2000. pp. 162-172.
- REIS, N. Goulart. “As Principais Cidades e Vilas do Brasil - Importância da Vida Urbana Colonial”. in: Revista Oceanos, nº.41. Janeiro/março 2000. pp. 60-67.
- REZENDE, Vera F. “Evolução da Produção Urbanística na Cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965”. In: Leme, Maria Cristina da Silva (org.) Urbanismo no Brasil – 1895 – 1965. São Paulo. Studio Nobel. FAU/USP. FUPAM. 1999. 600p. pp.39-70.
- REZENDE, Vera F. “Planejamento Urbano e Ideologia: Quatro Planos para a Cidade do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1982.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz/CARDOSO, Adauto Lúcio. “Da Cidade à Nação: Gênese e Evolução do Urbanismo no Brasil”. In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz/ Pechman, Robert (org.). Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1996. pp. 53-77.
- RODRIGUES, Eduardo Luiz Pereira. “Ideologia e Meio Ambiente – A Construção de uma Imagem pela Imprensa Carioca”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia – UFRJ.1991.
- SALGUEIRO, Valéria. “Da Forma Para o Significado – Cultura e Imaginação nas Paisagens Panorâmicas da Cidade do Rio de Janeiro pelo Artista Viajante Rugentás”. In: Machado, Denise B. Pinheiro/ Vasconcellos, Eduardo Mendes (org.) Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro. UFRJ/FAU/PROURB. 1996. pp.241-245.
- SANTOS, Paulo. “Formação de Cidades no Brasil Colonial”. In: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Coimbra. 1968. pp.50.
- SAUER, Carl. “A Morfologia da Paisagem”. In: Corrêa, Roberto Lobato/ Rosendahl, Zeny (org.) Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro. EdUERJ. 1998. pp. 12-74.
- SEGAWA, Hugo. “Ao Amor do Público - Jardins no Brasil”. São Paulo. 1996. Studio Nobel: FAPESP.
- SEVCENKO, Nicolau. “História da Vida Privada No Brasil 3”. Coleção dirigida por Fernando Novais. São Paulo. Cia das Letras. 1998.

- SILVA, Renata Augusta dos Santos. “O Gigante e a Máquina – Pão de Açúcar”. In: Knauss, Paulo et alli (org.) Cidade vaidosa: Imagens Urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Sette Letras. 1999. pp.45-56.
- STADEN, Hans. “Duas Viagens ao Brasil”. Edição fac-similar. Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 1974.
- STUCKENBRUCK, Denise Cabral. “O Rio de Janeiro em Questão: o Plano Agache e o Ideário Reformista dos Anos 20”. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1996.
- TÂNGARI, Vera Regina. “Da Avenida Central ao Rio cidade, o Rio de Janeiro Constrói e Reconstrói a sua Imagem”. In: Revista Paisagem e Ambiente (Ensaios) – Número 9. São Paulo. Editora FAU-USP.1997. pp. 149-176.
- TARDIN, Raquel. “Av. Rio Branco na Cidade do Rio de Janeiro – Valores Coletivos: Forma e Uso Cotidiano”. Dissertação de mestrado – UFRJ – PROURB. 2000.
- THOMAS, Keith. “O Homem e o Mundo Natural - Mudanças de Atitude em Relação às Plantas e aos Animais (1500-1800)”. Companhia das Letras.
- TUAN, Yi-Fu. “Topofilia – Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente”. São Paulo. Difel. 1980. 288p.
- TURNER, F. “O Espírito Ocidental Contra a Natureza”. Rio de Janeiro. Campus. 1990.
- VILLAÇA, Flávio. “Espaço Intra-urbano no Brasil”. São Paulo. Studio Nobel. Fapesp. Lincoln Institute. 1998.